



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Joana Dark da Silva Souza

**As vicissitudes do Eu na obra de Freud e Lacan**

Rio de Janeiro

2014

Joana Dark da Silva Souza

**As vicissitudes do Eu na obra de Freud e Lacan**



Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Clínica e Pesquisa em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sonia da Costa Leite

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S729 Souza, Joana Dark da Silva.  
As vicissitudes do Eu na obra de Freud e Lacan / Joana Dark da Silva Souza.  
– 2014.  
118 f.

Orientadora: Sonia da Costa Leite.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Instituto de Psicologia.

1. Psicanálise – Teses. 2. Freud, Sigmund, 1856-1939 – Teses. 3. Lacan, Jacques, 1901-1981 – Teses. I. Leite, Sonia da Costa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

es CDU 159.964.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Joana Dark da Silva Souza

**As vicissitudes do Eu na obra de Freud e Lacan**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Clínica e Pesquisa em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 12 de novembro de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sonia da Costa Leite (Orientadora)  
Instituto de Psicologia da UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Betty Bernardo Fuks  
Instituto de Psicologia da UVA

---

Prof. Dr. Marco Antonio Coutinho Jorge  
Instituto de Psicologia da UERJ

Rio de Janeiro

2014

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu marido Rogério e aos nossos filhos Gabriel e Rogerinho, pelo apoio incondicional nos momentos em que precisei me ausentar, a fim de concluir esta jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero registrar um agradecimento especial à Sonia Leite, pessoa por quem tenho um carinho enorme e que tem acompanhado meu percurso desde a graduação em psicologia. Sou imensamente grata pela forma com que me transmitiu a psicanálise, por ter acolhido meu desejo de enveredar no caminho da pesquisa, pelo rigor, carinho e cuidado com que me orientou na graduação, na especialização e no mestrado, pelos ricos momentos compartilhados nestes últimos anos.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise da UERJ, pela transmissão do conhecimento.

Às minhas colegas de turma Lorena Souza, Alda Carla, Alcione Vasconcelos, Rosana Maldonado e Mingnon Lins, pelas parcerias estabelecidas em torno da Psicanálise.

À psicanalista Clarice Gatto, pela escuta sempre atenta e generosa.

Aos funcionários da Secretaria: Rita, Flávio, Unária, Carla e Nazaré, pelo carinho e presteza no atendimento.

Ao Corpo Freudiano Escola de Psicanálise, espaço que acolheu meu desejo de empreender uma formação em psicanálise.

Às psicanalistas Terezinha Costa, Lucia Perez e Denise Maurano, pelas trocas que tanto enriquecem minha formação.

Ao professor Marco Antonio Coutinho Jorge, pela generosidade com que acolheu o convite para participar da banca de mestrado.

À professora Betty Fuks, pelas preciosas contribuições teóricas durante a banca de qualificação e, também, pela disposição com que acolheu o convite para integrar a banca de mestrado.

Aos colegas do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise Núcleo Teresópolis, pelo laço estabelecido em torno da transmissão da psicanálise.

Minha pergunta, se havia, não era: “que sou”, mas “entre quais eu sou”. Um olho vigiava a minha vida. A esse olho ora provavelmente eu chamava de verdade, ora de moral, ora de lei humana, ora de Deus, ora de mim. Eu vivia dentro de um espelho.

*Clarice Lispector*

## RESUMO

SOUZA, Joana Dark da Silva. **As vicissitudes do Eu na obra de Freud e Lacan**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A proposta do trabalho é delimitar quais as relações existentes entre o eu e a temática da constituição da realidade para o sujeito humano. Para tanto, abordaremos a importância da temática do eu na obra de Freud e no ensino de Lacan, delimitando os diferentes tempos da construção dessa noção no percurso desses autores. Nossa proposta é mostrar que, desde o início, o eu é definido como uma instância psíquica responsável por estabelecer defesas contra o desejo. O desenvolvimento da noção de narcisismo foi o que possibilitou que o eu recebesse um estatuto próprio ao campo psicanalítico. Freud sustenta que o eu não existe desde o início, mas se constitui a partir do encontro com o outro. Sua função seria, nesse contexto, a de unificar as pulsões autoeróticas numa imagem de corpo próprio. Por sua parte, Lacan afirmará que o eu é uma instância que se constitui a partir da imagem ideal do outro e, por isso, possui um fundamento ilusório. Distingue o eu (*moi*) – instância que se constitui a partir do registro imaginário do sujeito (*je*), conceito articulado a fala e que, por essa razão, se vincula ao registro simbólico. Lacan subverte a noção de sujeito, na medida em que o situa como sendo homólogo ao objeto *a*. O objeto *a* está ligado ao que é mais *intimo* e, ao mesmo tempo, *ex-timo* ao sujeito. Situando-se do lado do real ele é causa do desejo, um desejo que insiste em se revelar as expensas do eu, nos domínios da fala e da linguagem. Considera-se que, enquanto que o sujeito do inconsciente está do lado da verdade, isto é, da falta, o *eu*, por outro se encontra do lado da alienação ao outro, o quer dizer que ele está fixado em uma relação dual, intersubjetiva, que faz oposição, que busca se defender de qualquer aproximação do desejo. O que nos faz concluir que é contra o desejo, que o eu se defende, afinal. Conclui-se que o percurso empreendido evidenciou a importância que a temática do eu em suas relações com a constituição da realidade psíquica ganha para a *práxis* analítica, pois, é em torno da noção de eu que veremos se constituírem diferentes maneiras de se pensar tanto a formação do analista quanto a direção do tratamento psicanalítico.

**Palavras-chave:** Eu. Sujeito. Realidade Psíquica.



## ABSTRACT

SOUZA, Joana Dark da Silva. **The vicissitudes of the self in the work of Freud and Lacan.** 2014.118 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Our purpose is to define what the relationship between the self and the subject of the constitution of reality to the human subject. To do so, we discuss the importance of the theme of the self in the work of Freud and Lacan's teaching, delimiting the different times of the construction of this notion in the course of these authors. Our purpose is to show that, from the beginning, the self is defined as a psychic instance responsible for establishing defenses against desire. The development of the concept of narcissism was what made it possible for me to receive a proper status to the psychoanalytic field. Freud maintains that the self does not exist from the beginning, but it is from the encounter with the other. Its function would be, in this context, to unify the autoeróticas drives an image of own body. For his part, Lacan will claim that the self is an instance that is from the ideal image of the other and therefore has an illusory foundation. Distinguishes the self (moi) - instance that is from the imaginary register of the subject (je), articulate speech and, therefore, is linked to the symbolic concept record. Lacan overturns the concept of the subject, inasmuch as the same is set to the object. The object to which it is connected to the innermost and at the same time, thymus former to the subject. Standing on the side of it is real cause of desire, a desire that insists on revealing the expense of the self, in the areas of speech and language. It is considered that, while the subject of the unconscious is telling the truth, ie, the missing, I, on the other hand is the alienation of the Other, the mean it is set in a dual relationship, intersubjective which makes opposition, which seeks to defend any approach of desire. What makes us conclude that it is against the wish, that I defends itself after all. We conclude that the route undertaken highlighted the importance of the theme of the self in its relations with the constitution of psychic reality wins for analytic praxis, therefore, is around the notion that I'll see if they constitute different ways of thinking about both formation of the analyst as the direction of psychoanalytic treatment.

**Key-words:** I. Subject. Psychic Reality.

## SUMÁRIO

|         |                                                                           |     |
|---------|---------------------------------------------------------------------------|-----|
|         | INTRODUÇÃO.....                                                           | 9   |
| 1       | <b>O EU NA TEORIA FREUDIANA – PRIMEIRO TEMPO.....</b>                     | 14  |
| 1.1     | Formulações iniciais sobre o <i>eu</i> na teoria freudiana.....           | 14  |
| 1.2     | A teoria do narcisismo e a questão das identificações.....                | 28  |
| 1.2.1   | <u>A constituição do eu e as instâncias ideais.....</u>                   | 29  |
| 1.3     | <i>Eu-prazer e eu-real</i> .....                                          | 34  |
| 1.4     | Melancolia: a identificação em questão.....                               | 35  |
| 2       | <b>O EU NA TEORIA FREUDIANA - SEGUNDO TEMPO.....</b>                      | 39  |
| 2.1     | A virada teórica da década de vinte e a segunda tópica.....               | 40  |
| 2.2     | O <i>eu</i> e a questão das defesas.....                                  | 49  |
| 2.2.1   | <u>Verdrängung (recalque)</u> .....                                       | 50  |
| 2.2.1.1 | <i>Verneinung</i> (denegação) .....                                       | 56  |
| 2.2.2   | <u>Verwerfung (rejeição)</u> .....                                        | 59  |
| 2.2.3   | <u>Verleugnung (desmentido)</u> .....                                     | 64  |
| 3       | <b>LACAN E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO EU – PRIMEIRO TEMPO.....</b> | 70  |
| 3.1     | As origens do eu ( <i>moi</i> ) e do sujeito ( <i>je</i> ).....           | 71  |
| 3.1.1   | <u>Do eu ideal ao Ideal do eu</u> .....                                   | 78  |
| 3.2     | O esquema L.....                                                          | 82  |
| 4       | <b>LACAN E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO EU – SEGUNDO TEMPO.....</b>  | 88  |
| 4.1     | A função da fala e a ordem simbólica.....                                 | 88  |
| 4.2     | O sujeito de Lacan: uma subversão.....                                    | 94  |
|         | CONCLUSÃO.....                                                            | 108 |
|         | REFERÊNCIAS.....                                                          | 112 |

## INTRODUÇÃO

A questão que norteia esta dissertação de mestrado surgiu da necessidade de entender quais as relações existentes entre o eu e a temática da constituição da realidade para o sujeito humano. A delimitação deste tema como objeto de pesquisa é fruto de um percurso, cujo início traz como marca a experiência de encontro com a psicanálise na Universidade, durante a graduação em psicologia. O encontro com a psicanálise na Universidade consistiu em um “divisor de águas” na minha vida, despertando um entusiasmo tal, que possibilitou o surgimento do desejo de enveredar cada vez mais pela psicanálise. Esse processo, que incluiu a experiência psicanalítica e a angústia que ela suscitou, levou-me a empreender uma investigação a respeito da Angústia, a partir da leitura de alguns textos freudianos.

O interesse pelo tema, inicialmente marcado por uma experiência pessoal, delineou-se ainda mais, na medida em que pude participar de grupos de pesquisa, seminários, jornadas e congressos em que o tema era abordado. Esse conjunto de fatores norteou a escrita de meu trabalho de conclusão de curso na graduação em psicologia, intitulado “*A angústia e o desejo do analista*”. O tema em questão foi retomado, posteriormente, durante a Especialização em Psicanálise e Saúde Mental da UERJ, em uma monografia na qual procurei delimitar a função da angústia na formação do analista. A escrita dessa monografia foi extremamente importante, não só no que se relacionou à construção dos conceitos, mas também por consistir em uma elaboração escrita, de um trajeto marcado por muitas experiências. Uma delas foi o surgimento do desejo de mudar de analista, na medida em que descobri que existem diversas maneiras de se pensar a direção do tratamento, bem como a própria formação do psicanalista. Entendo que o contato com o ensino de Lacan me fez perceber que havia uma divergência teórica entre a análise que eu empreendia, de orientação kleiniana, e a formação que iniciara, em uma Escola orientada pelo ensino de Lacan.

O desejo de enveredar cada vez mais pelo caminho da pesquisa, da transmissão da psicanálise e da práxis clínica, foi o que motivou o início de um novo percurso de análise, desta vez com uma psicanalista lacaniana.

Sem dúvida, foi o desejo de prosseguir nesse caminho que viabilizou a escrita de um pré-projeto de pesquisa de mestrado, com o tema “A estruturação do eu e suas relações com a angústia”.

Entretanto, no decorrer do primeiro ano do mestrado outras questões surgiram, à medida que procurava delimitar mais claramente a interrogação que nortearia a pesquisa. O

estágio clínico em uma instituição psiquiátrica e a participação no Grupo de Pesquisa “As psicoses e a instituição de saúde mental”, coordenado pela professora Sonia Leite, possibilitaram que um interesse cada vez maior pela questão do *eu* em suas relações com a constituição da realidade se delineassem. A escuta dos pacientes com os quais tive contato durante o estágio, os relatos de casos clínicos nas reuniões do grupo de pesquisa, juntamente com o estudo teórico sobre as psicoses, evidenciaram a importância do tema da “realidade” para a psicanálise. Nesse momento algumas questões fundamentais se apresentaram, tais como: *Que realidade é essa que desmorona no momento de uma crise? O que é a realidade para a psicanálise?*

É importante observar que a formulação de tais questões revela que, mais uma vez, a experiência se impôs, indicando o caminho a ser percorrido na pesquisa do mestrado em psicanálise. Dessa forma, depois de vivenciar alguns momentos de incertezas quanto ao caminho a ser percorrido, chegamos à conclusão de que não era mais a questão da angústia que se colocava como central para mim. Lembro-me bem de uma fala de minha orientadora em um dos nossos encontros: “*chega uma hora em que temos que atravessar a angústia, você não acha?*”. Após essa intervenção, que considerei “analítica”, não me restou alternativa senão a de fazer o *luto* de meu projeto inicial, e deslocar minha atenção para aquilo que já vinha ocupando minha mente: as relações entre o *eu* e a constituição da realidade. Chegamos então à seguinte questão de pesquisa: *Qual a importância do eu (moi) e do sujeito (je) em suas relações com a constituição da realidade para o sujeito humano?*

Com a questão delimitada, enveredo em minha pesquisa. Logo de início percebi que tanto a tema do eu quanto o da realidade já haviam sido amplamente discutidos pela filosofia, porém em Freud tais questões haviam ganho novos contornos.

Observamos que as descobertas feitas por Freud, a partir de sua clínica, provocaram um abalo nos campos epistemológico e filosófico, na medida em que põe em questão a existência de uma verdade universal, que se aplicaria a todos os sujeitos, de maneira indistinta. Freud acreditava que a verdade é a verdade do sujeito do inconsciente, e que ela se revela nas trilhas do tratamento psicanalítico, sendo, portanto de caráter particular.

O paradoxo que se depreende do pensamento freudiano diz respeito à noção de realidade: enquanto o campo científico vê a realidade como um conjunto de dados imutáveis, um conjunto pronto, que pode ser apreendido através da observação rigorosa e onde a percepção não é colocada em questão em seu papel de apreendê-la, Freud a concebe como sendo psíquica, razão pela qual designa tudo o que abarca a relação do sujeito humano com o desejo inconsciente. Em outros termos, para a psicanálise a realidade é algo que se constrói na

relação com o Outro.

Outro fato observado é que Freud inaugurou um novo campo do saber ao transpor as barreiras colocadas pelo racionalismo cartesiano, ao mesmo tempo em que alterou as relações do homem consigo mesmo e com o mundo, ao propor a existência do inconsciente. Com a descoberta do inconsciente e suas asserções acerca do determinismo psíquico Freud, desferiu um golpe mortal no narcisismo humano ao afirmar que o “eu não é senhor nem mesmo em sua própria casa.” (FREUD, 1917, p. 153).

Entendo que não foi sem razão que a psicanálise, desde o início, tenha enfrentado tantas críticas por parte de seus opositores, tendo em vista o abalo que provocou na ciência moderna, na medida em que relativiza a racionalidade do sujeito humano. É sabido que o chamado racionalismo cartesiano, introduzido por Descartes no século XVII, em sua importante obra “Discurso sobre o método”, foi o que permitiu o advento do sujeito, na proporção em que este começa a desvincular-se dos mitos criacionistas e de toda a ideologia teológica instituída durante a Idade Média. O sujeito moderno, nesse contexto, é o sujeito do conhecimento e, portanto, da razão, na medida em que é capaz de produzir conhecimento. A ciência moderna surgiria como consequência do afastamento do homem da filosofia platônica, da teologia e da metafísica.

Para Lacan, a visão de um sujeito dotado de razão é uma utopia e por isso procura, a partir de uma retomada da segunda tópica freudiana, situar o sujeito da psicanálise na “divisão entre o saber e a verdade” (LACAN, 1966). Com isso, Lacan não desconsidera a importância da obra de Descartes para o avanço da ciência, propondo que o *cogito*, ao instituir a dúvida como método, inaugura um momento em que o saber absoluto é colocado em questão.

Podemos afirmar que Freud promove uma ruptura com a medicina científica quando se propõe a escutar os sujeitos que o procuravam em sua clínica sem, na verdade, deixar de ser guiado pelos ideais da ciência. A psicanálise, portanto pode ser considerada uma ciência que opera de uma maneira muito particular, encontrando em seus conceitos e em sua prática as bases para novos princípios e método.

Conforme indica Lacan, a *Ichspaltung* freudiana apresentada na segunda tópica, aponta para um corte, uma cisão fundamental, que situa o sujeito entre o saber e a verdade. Nessa mesma direção, a segunda tópica freudiana propõe um contraponto à proposição “Penso, logo sou” na medida em que indica a existência de uma divisão constitutiva no sujeito. Essa divisão se revela, de acordo com Lacan, no momento em que a dúvida se estabelece, ou seja, é no momento da dúvida que um saber não sabido pode surgir. Por essa via é que Lacan propõe uma subversão ao cogito cartesiano, ao afirmar que “penso onde não

sou, logo, sou onde não penso”.

Tais pontos conduziram a indagação primeiro, sobre as distinções entre o eu e o sujeito e, a seguir, sobre a influência exercida pelo eu no vínculo do sujeito com a realidade. Para tentar responder essas indagações empreenderemos essa investigação.

A pesquisa que norteará nossa investigação tem como foco a temática do eu na obra de Freud e no ensino de Lacan, delimitando os diferentes tempos da construção dessa noção no percurso desses autores. Em Lacan priorizaremos os principais trabalhos, situados nas décadas de 50 e 60, quando predomina uma discussão em torno do registro simbólico. Nosso objetivo principal é delimitar o que é o eu, o que é o sujeito e o que é a realidade, tendo-se em vista a subversão operada pela psicanálise em torno desses temas.

Os capítulos I e II desta dissertação serão dedicados a Freud. No Capítulo I mostraremos como a problemática em torno do eu e da questão da constituição da realidade psíquica está presente na obra freudiana desde os primeiros momentos de sua trajetória na construção do campo psicanalítico. Esse capítulo corresponde a um primeiro tempo das contribuições de Freud para o estudo do eu, quando procura delimitar suas funções a partir da noção de defesa. Inicialmente o que vamos encontrar é a ideia de eu como instância psíquica responsável pela autoconservação do indivíduo.

A seguir, evidenciaremos como o desenvolvimento da noção de narcisismo possibilitou que o eu recebesse um estatuto próprio no campo psicanalítico. Freud indica que o eu não é um dado a priori, mas se constitui a partir do encontro com o outro. O eu seria para Freud o resultado de uma nova ação psíquica, cuja função seria a de unificar as pulsões autoeróticas numa imagem de corpo próprio. Nesse período acontece também o desenvolvimento da noção de fantasia, o que possibilitou a ampliação da noção de realidade psíquica.

No Capítulo II da dissertação descreveremos a virada teórica da década de 1920, quando a construção do conceito de pulsão de morte permitiu a introdução de um novo dualismo pulsional (pulsão de vida x pulsão de morte) e o estabelecimento da segunda tópica do aparelho psíquico (eu, isso e supereu). A questão da função defensiva do eu que é indicada desde as origens da obra freudiana, é delimitada nesse momento sempre ligada ao quadro das estruturas psíquicas. Veremos que os diferentes mecanismos de defesa utilizados revelam que a defesa é sempre defesa contra a angústia de castração. É nesse período que Freud desenvolve a noção de clivagem do eu, mostrando sua divisão estrutural.

Posteriormente, no Capítulo III delimitaremos um primeiro tempo das contribuições de Lacan para o estudo do eu, momento marcante do “retorno a Freud”, quando se empenha

em mostrar que o eu é uma instância que se constitui a partir da imagem ideal do outro e, por isso, tem um fundamento ilusório. Para tanto, abordaremos a noção de estágio do espelho e a construção teórica em torno do registro imaginário, quando Lacan passa a diferenciar o eu (*moi*) - instância que se constitui a partir do registro imaginário - do Sujeito (*je*), conceito articulado à fala e à linguagem e que, por essa razão, se vincula ao registro simbólico.

Finalizando, no quarto capítulo, ressaltaremos a importância do registro simbólico na constituição do sujeito, para, em seguida, delimitar como Lacan se apropria da noção de sujeito desenvolvida por Descartes no século XVII, para dar a ele uma especificidade característica do campo psicanalítico. Apontaremos como Lacan subverte a noção de sujeito, na medida em que o situa em sua relação com objeto *a*, objeto faltoso e ao mesmo tempo, causa de desejo. Por fim, o que veremos se delinear em Lacan nesse período a que chamamos de segundo tempo, é uma teorização sobre a realidade psíquica, a partir da delimitação de três registros: simbólico, imaginário e real que, em outro momento, constituirá sua teoria a respeito do nó borromeano.

## 1 O EU<sup>1</sup> NA TEORIA FREUDIANA – PRIMEIRO TEMPO

...estamos muito menos familiarizados com o desenvolvimento do eu do que com a evolução da libido, de vez que apenas o estudo das neuroses narcísicas é que promete dar-nos uma compreensão interna (*insight*) da estrutura do eu.

FREUD, S. (1916 [2006])

O conjunto dos textos freudianos nos permite verificar que o interesse de Freud pela questão do eu percorre toda a sua obra, passando em diversos momentos por reformulações, até assumir sua forma final, a partir do estabelecimento da segunda tópica do aparelho psíquico. As primeiras formulações acerca da noção de eu deram-se no contexto da clínica com as neuroses, entretanto, seu avanço só foi possível a partir do estudo das neuroses narcísicas, tal como testemunha Freud na citação acima. No presente capítulo faremos uma investigação a respeito da noção de eu em Freud, procurando percorrer os caminhos que ele trilhou na construção dessa noção.

### 1.1 Formulações iniciais sobre o eu na teoria freudiana

No momento em que Freud iniciou suas pesquisas, a hipótese de um eu, sede da consciência, era a concepção que predominava na psicologia corrente. Talvez possamos inferir que, num primeiro momento, Freud tenha utilizado o termo eu em consonância com a forma com que ele havia sido teorizado até aquele momento, referindo-o por algum tempo em sua relação com a consciência, fato que nos coloca diante do desafio de detalhar as

---

<sup>1</sup> James Strachey ao traduzir para o inglês as *Gesammelte Schriften* – edição das obras completas de Freud em alemão - traduziu o termo alemão *Ich* por *Ego*, utilizando um vocábulo retirado do latim em detrimento do termo inglês *I*. Segundo Paulo Cesar de Souza autor do livro “As palavras de Freud”, Strachey, em sua tradução, valorizou mais a erudição do que a vitalidade da língua. Por conseguinte, a Edição Standard Brasileira das Obras Completas publicada pela editora Imago, optou por manter o termo *Ego* ao invés de *Eu*, que seria a tradução correta de *Ich* para o português. Optei por utilizar, nesse trabalho, o termo *Eu* por ser a tradução fiel do termo alemão *Ich*.



transformações que essa noção sofreu ao longo do percurso freudiano. Por outro lado, percebemos que a experiência clínica sempre se impôs a Freud, em relação ao que era aceito tanto pelo campo médico, quanto pelos campos epistemológico e filosófico de sua época. O trabalho na clínica levou Freud, progressivamente, a diferenciar o eu da consciência, dando-lhe aos poucos, contornos próprios no contexto do campo psicanalítico.

As primeiras formulações freudianas acerca do eu aconteceram em estreita conexão com o desenvolvimento da noção de defesa. Freud utilizou a expressão defesa (*Abwehr*), no sentido de delimitar as técnicas de que o eu se serviria para manter afastado tudo o que poderia ameaçar sua integridade. Conclui-se, portanto, que inicialmente Freud concebe o eu como estando ligado à autoconservação do sujeito. Em suas investigações sobre a histeria, propôs que a condição para que a defesa se estabeleça seria o surgimento de uma incompatibilidade entre o eu e “alguma ideia a ele apresentada”. (FREUD, 1893-1895 p.148).

Em “Estudos sobre histeria”, (1893-1895), Freud afirma que as análises de suas pacientes revelaram que estas gozavam de boa saúde mental até que, em um momento de suas vidas “houve uma incompatibilidade em sua vida representativa”, ou seja, algo que não fora representado na esfera psíquica suscitou o surgimento de um “afeto aflitivo”. Freud constata que o eu não consegue resolver, por meio da atividade do pensamento, o conflito entre uma representação insuportável e o afeto correspondente, só lhe restando esquecê-lo, ou seja, retirá-lo para fora da consciência tornando-o inconsciente. Temos então dois elementos envolvidos no conflito: de um lado está a representação ideativa e do outro o afeto.<sup>2</sup>

Em última instância, o conflito psíquico faz com que o *eu* estabeleça defesas, com o

---

<sup>2</sup> A expressão representação (*Vorstellung*) é utilizada por Freud praticamente em toda a sua obra, sendo muitas vezes substituída pela expressão ideia. Hans, no Dicionário Comentado do Alemão, (pg. 387-388), indica que *Vorstellung* é um substantivo que “implica a visualização de um movimento de colocação de algo diante de nós”. Trata-se, portanto, “de invocar e montar uma cena ou imagem a partir de elementos disponíveis” ou o ato de “conceber-construir visualmente” uma situação hipotética ou ideia. Nesse sentido, aproxima-se da atividade da “fantasia” ou “imaginação”. É, portanto, a capacidade de reconstruir internamente um cenário visual. Kaufmann, em seu Dicionário enciclopédico de Psicanálise, (pg. 453), citando o dicionário Robert, entende o termo representação (*Vorstellung*) como “o fato de tornar sensível (um objeto ausente ou um conceito) por meio de uma imagem, de uma figura, de um signo; trata-se de fazer ver, de pôr diante dos olhos. O pensamento, de saída, parece ir de par com a imagem.” Para Freud, a representação abarca tudo que é inscrito no psiquismo a partir da experiência de encontro com o objeto. Desse encontro resultam as representações de objeto (*Objektvorstellung*), a representação coisa (*Sachvorstellung*) e a representação palavra (*Wortvorstellung*). A associação entre uma imagem verbal e a imagem mnêmica da coisa funda o campo representativo. Por outro lado, o campo representativo é responsável pela produção de sentido, o que indica que é em relação a esse campo que a realidade pode ser assimilada pelo sujeito. A partir das considerações feitas por Freud no *Projeto* de 1895, a respeito da experiência de satisfação, entendemos que o campo representativo é fortemente influenciado pelos processos desejantes. O outro pólo participante do conflito, isto é, o afeto, também ocupa um lugar privilegiado na obra freudiana. Freud liga o afeto a um estado em que o organismo é invadido por um excesso de ordem pulsional não representável pelo psiquismo, capaz de produzir uma sensação de desprazer de magnitude imensurável. Em sua obra, destaca três formas em que o afeto se presentifica: a dor, a tensão e a angústia, sendo que, esta última, foi a que mais despertou seu interesse.

objetivo de aplacar o desprazer que é sentido quando uma representação de desejo é ativada na esfera psíquica.

Em 1893 no texto “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar”, texto escrito por Freud e Breuer, vamos encontrar no relato do caso Elizabeth Von R. a seguinte indicação:

O resultado deste conflito foi que a ideia erótica foi recalcada da associação e a emoção ligada àquela ideia foi utilizada para intensificar ou reviver uma dor física que se achava presente simultaneamente, ou pouco antes. Assim, tratava-se de um exemplo do mecanismo de conversão com finalidade de defesa a qual descrevi com detalhes em outro texto. (FREUD, 1893-95, p. 171).

Como é possível verificar, a noção de recalque e defesa aparecem muito cedo em Freud, tendo sido desenvolvida ao longo de sua obra. Fica evidente também, que Freud começa a delimitar a importância do fator sexualidade na etiologia das neuroses, a partir da observação de que as representações insuportáveis estavam ligadas principalmente ao campo das experiências sexuais e às sensações que estas provocavam.

O abandono da hipnose como método de tratamento e o advento da associação livre foram fatores decisivos para o avanço da psicanálise. A escuta clínica possibilitou que Freud inferisse a existência dos processos de defesa, das resistências e do recalque.

A questão das defesas será o tema central do artigo “As Neuropsicoses de defesa”, onde Freud trata exclusivamente da questão das neuroses, subdividindo-as em dois grupos, sendo o primeiro o das psiconeuroses propriamente ditas (histeria, neurose obsessiva, fobia e paranoia) e o segundo o das neuroses atuais (neurose de angústia, neurastenia e hipocondria).<sup>3</sup> Entretanto seu foco, nesse artigo é tratar principalmente as formas de defesa utilizadas pelo eu nas psiconeuroses. A escrita desse artigo inaugura o momento em que testemunhamos o encontro, entre a experiência clínica e a construção da teoria, marca fundamental do campo psicanalítico construído por Freud.

Em “As neuropsicoses de defesa” Freud (1894, p. 56) indica claramente que o mecanismo defensivo posto em ação pelo eu nas diversas psiconeuroses consiste no recalque da ideia ou representação e no deslocamento da soma de afeto a ela vinculado.

<sup>3</sup>As neuroses atuais e sua etiologia serão tratadas por Freud no artigo *Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome denominada neurose de angústia*, (1895). Freud define que tanto na neurastenia quanto na neurose de angústia a causa precipitante do distúrbio é somática (emprego inadequado da energia sexual), enquanto que na histeria e neurose obsessiva a causa origina-se na esfera psíquica. Freud relaciona o surgimento da angústia a uma impossibilidade de representação, o que em última instância, seria aquilo que é impossível de ser pensado no paradigma da representação. Essa questão será reformulada a partir do estabelecimento da segunda tópica.

O eu se esforça por manter a representação ideativa indesejável afastada da consciência e em diminuir a força da representação para que esta não faça a exigência do trabalho de associação, o que é conseguido através do deslocamento do afeto, ou seja, “a soma de excitação do qual ela está carregada”. Será o destino dado à soma de afeto que caracterizará as diferentes psiconeuroses. Com isso podemos afirmar que a noção de quantidade, ou seja, quantum de excitação servirá como fundamento dos processos de defesa ativados pelo eu.

Freud, (1894), classificará as defesas utilizadas pelo eu nas diferentes neuropsicoses da seguinte forma:

- Histeria: ocorrerá a conversão que é a descarga da excitação para o somático.
- Neurose obsessiva: transposição, deslocamento ou falsa conexão. O afeto, tornado livre, liga-se a outras representações que são associáveis, criando um substituto da ideia (falsa ligação), cuja consequência é o aparecimento dos rituais obsessivos.
- Fobia: o mecanismo é similar ao da neurose obsessiva. A diferença consiste em que a afeto liberado se liga a outros objetos, como por exemplo: animais, tempestades, escuridão.
- Psicose alucinatória: o mecanismo consiste na rejeição. O eu rejeita a representação incompatível juntamente com seu afeto e se comporta como se a representação jamais tivesse ocorrido.
- Paranoia: o mecanismo é a projeção, onde a excitação é transposta para um objeto externo.

O que Freud começa a delinear nesse texto compõe o primeiro quadro geral acerca dos mecanismos defensivos utilizados pelo eu, e as respectivas psicopatologias que se vinculam a esses mecanismos.

Nessa época o interesse de Freud estava voltado para a questão das psiconeuroses, por isso não vamos encontrar, nesse início, uma elaboração teórica acerca da etiologia da psicose separada da neurose. Entretanto, é possível encontrar algumas indicações a respeito da defesa específica da psicose, no uso que é feito por Freud da expressão rejeição (*Verwerfung*) da realidade. Essa questão será retomada por Lacan em suas investigações acerca da psicose, assunto que trataremos mais adiante.

É notório que o mecanismo do recalque foi utilizado por Freud ao longo de sua obra, como modelo em suas concepções acerca dos mecanismos defensivos postos em ação pelo eu. Uma possível solução para essa questão talvez esteja no fato de que Freud, por algum tempo, utilizou os termos defesa e recalque de maneira homóloga, o que mais tarde foi retificado

por ele. A expressão defesa passou a indicar todas as técnicas de que o eu se serve em seus conflitos e o termo recalque como a defesa específica utilizada pelo eu na neurose.

Um fato que precisa ser destacado é que, a hipótese do conflito, ou seja, a ideia de uma oposição entre forças supostamente antagônicas, será empregada por Freud durante todo o desenvolvimento de sua obra. Inicialmente o conflito se caracterizou pela incompatibilidade entre uma representação e o eu. A ação defensiva teria o objetivo de preservar o eu do conflito.

Nas cartas endereçadas a Fliess, Freud demonstrava que o interesse em construir uma base científica para sua nova psicologia o consumia. Sua ambição era demonstrar, através da construção de uma teoria neurológica acerca do funcionamento do “aparelho psíquico”, que as defesas são processos que estruturam o sujeito humano.

Afinal, eu queria apenas explicar a defesa, mas, quando dei por mim, estava tentando explicar algo que pertence ao próprio núcleo da natureza. Tive que elaborar os problemas da qualidade, do sono, da memória – em suma, a psicologia inteira. (FREUD, 1895, p. 336).

Assim, no encalço das defesas, Freud constrói uma brilhante exposição acerca da topologia da subjetividade humana apresentada no ensaio intitulado “Projeto para uma psicologia científica”. Nesse texto, utilizando uma linguagem biológica, estabelece uma hipótese de como o eu humano se estrutura e quais as suas especificidades. Como referiu Lacan (1959-60, p. 48-50), o “Projeto” é um texto em que encontramos muito mais do que uma explanação fisiológica a respeito do psiquismo. Nele encontramos todo o embasamento da reflexão freudiana que se produziu a partir de sua experiência clínica.

O texto referido foi escrito nos meses de setembro e outubro de 1895 e divide-se em três sessões: a primeira ocupa-se em estabelecer os alicerces fisiológicos do que Freud chamou de inibição psíquica, a segunda pretende explicar o mecanismo do recalque e a psicopatologia da histeria por um ponto de vista neurológico e, por fim, na terceira parte, Freud aborda os processos psíquicos, tais como o pensamento, a atenção, o juízo, e a memória.

Devemos observar que Freud utilizará um modelo energético para mostrar que o objetivo do aparelho psíquico humano é o de administrar quantidades de energia (Q), com a finalidade de proteger o sistema de um excesso de tensão. Seguindo o modelo do arco reflexo, Freud propõe que a função primária do aparelho seria a descarga das Qs pela via motora, com o objetivo de manter a estimulação neuronal em nível zero. Entretanto, Freud observa que

essa tendência a manter os níveis de estimulação em nível zero não pode ser realizada pelo organismo, uma vez que este, além de receber estímulos do mundo externo, recebe também, estímulos endógenos. A solução, de acordo com Freud, seria que o sistema fosse capaz de suportar certa acumulação de energia. Sua tarefa seria, nesse momento, mantê-la num nível controlado, até que ela pudesse ser descarregada de forma adequada no mundo exterior, o que Freud chamou de “ação específica” (FREUD, 1895, p. 348-349).

Para explicar como acontecem as transferências de energia, Freud concebe um modelo de aparelho psíquico composto por três sistemas de neurônios: os neurônios  $\phi$  (PHI),  $\psi$  (PSI) e  $\omega$  (Omega). O sistema de neurônios  $\phi$  possui a característica de serem permeáveis, ou seja, não oferecem nenhuma resistência aos estímulos, sendo, portanto permanentemente influenciados pela excitação proveniente do mundo exterior. O sistema  $\psi$ , por sua vez é composto por neurônios impermeáveis que possuem a capacidade de oferecer resistência, reter as Qs, ao mesmo tempo em que possibilitam a função da memória. (FREUD, 1895, p. 352). Freud afirma que esse sistema “está fora de contacto com o mundo externo; ele apenas recebe Q, de um lado, dos próprios neurônios  $\phi$ , e de outro dos elementos celulares no interior do corpo.” ((FREUD, 1895, p. 356). O sistema  $\omega$  teria uma função especial no aparelho psíquico. Compete a  $\omega$  o trabalho de capturar as informações provenientes de  $\phi$ , produzindo “diversas qualidades” também chamadas de “sensações conscientes”. (FREUD, 1895, p. 361). Esse sistema de neurônios constitui, portanto, o sistema percepção-consciência.

Nesse texto, Freud situará o eu em relação ao sistema  $\psi$ , conferindo-lhe a característica de ser um sistema inconsciente que só recebe cargas de energia provenientes do interior do próprio corpo. Freud destacará que a função do eu é essencialmente inibidora. Compete a esse sistema neuronal inibir o processo primário de funcionamento do psiquismo, cuja tendência original seria a descarga das Qs com objetivo de evitar a dor ou o desprazer que resultam do acúmulo excessivo. Entretanto, para que o eu seja capaz de realizar sua função, faz-se necessário que o aparelho psíquico seja permanentemente alterado, a partir de seu contato com o mundo exterior. É interessante notar, que Lacan ao reler o “Projeto” aponta que a função do *Ich* freudiano é a de regular os processos de pensamento, mantendo-os tão iguais e uniformes quanto possível.

Freud acreditava que o ser humano - em virtude de sua prematuração tanto física quanto psicológica - traz como marca estrutural o desamparo primordial. De acordo com o autor, o desamparo primordial revela a incapacidade do sujeito humano de garantir sua sobrevivência sem o auxílio de um semelhante. Ele está, portanto, marcado por sua

dependência em relação ao outro.

Para Freud, o desamparo que é experimentado pelos seres humanos no momento do nascimento, provoca um aumento de excitação em  $\psi$  que é sentida no corpo. Essa excitação, por sua vez, só pode ser eliminada por meio do que ele chamou de “*experiência de satisfação*”. Explica que quando outro ser humano intervém com seus cuidados, o desamparo (aumento de excitação) experimentado pelo organismo é aplacado, proporcionando um alívio da tensão. É, pois, a eliminação da tensão que provoca no organismo a sensação de prazer que caracteriza a primeira experiência de satisfação, tal como indica Freud:

O organismo humano é, a princípio, incapaz de promover essa ação específica. Ela se efetua por ajuda alheia, quando a atenção de uma pessoa experiente é atraída para o estado em que se encontra a criança, mediante a condução de descarga pela via de alteração interna. Essa descarga adquire, assim a importantíssima função secundária de comunicação, e o desamparo inicial dos seres humanos é a *fonte primordial de todos os motivos morais*. (...) A totalidade do evento constitui então a *experiência de satisfação*, que tem conseqüências mais radicais no desenvolvimento das funções do indivíduo. (FREUD, 1895, p. 370)

Freud sugeriu que tais experiências primitivas de satisfação constituirão os primeiros traços mnêmicos (representações) inscritos no aparelho psíquico. As associações que são estabelecidas a partir dessas experiências primitivas de satisfação e o consequente acúmulo de excitação endógena, resultam na passagem de um fluxo de Q pelas vias facilitadas, para a imagem do objeto desejado, produzindo alucinações. Entretanto, a satisfação alucinatória é insuficiente para fazer cessar a tensão interna. Desse modo, o que se produz é uma completa sensação de desprazer. Podemos considerar que as representações ligadas à experiência de satisfação se inscrevem como matriz para o desejo e as representações ligadas à experiência de desprazer se inscrevem como matriz para a defesa.

Em síntese, podemos pensar que o processo primário de funcionamento do aparelho psíquico indica que a tendência original mesmo é a descarga da excitação por meio da alucinação, e que, somente com a ajuda do Outro primordial (*Nebenmensch*), com sua “ação específica” (fornecimento de alimento, aproximação do objeto sexual), é que a suspensão provisória da estimulação endógena pode ocorrer, possibilitando uma primeira apreensão da realidade para o sujeito.

Esses pontos ressaltam a importância da operação de ligação, indicada por Freud no “Projeto”, em que as quantidades de energia livre são transformadas em energia ligada, formando o que ele chamou de rede neuronal. A ligação entre os registros quantitativo e representacional funda o aparelho psíquico como um aparelho de representação, o que ocorre

mediante a ação específica. A esse conjunto de neurônios constantemente investido Freud chama de eu, tal como afirma:

Com efeito, porém, com a hipótese da “*atração de desejo*” e da propensão ao *recalcamento*, já abordamos um estado em  $\psi$  que ainda não foi discutido. Pois esse dois processos indicam que em  $\psi$  se formou uma organização cuja presença interfere nas passagens [de quantidade] que, na primeira vez, ocorreram de determinada maneira [isto é, acompanhadas de satisfação ou dor]. Essa organização de neurônios se chama “*eu*”. [...] O *eu* deve, portanto, ser definido como a totalidade das catexias  $\psi$  existentes em determinado momento, nas quais cumpre diferenciar um componente permanente e outro mutável. É fácil ver que as facilitações entre neurônios  $\psi$  fazem parte dos domínios do *eu*, já que representam possibilidades, se o *eu* for alterado, de determinar a sua extensão nos momentos seguintes. (FREUD, 1895, p. 375)

Nessa mesma direção, sugere que o eu seria a instância psíquica responsável pelo processo de inibição dos processos primários, tendo que regular as vias de escoamento da energia psíquica direcionando-as para as percepções e não para as representações de desejo. A esse respeito indica:

... a catexia de desejo e a liberação de desprazer, quando a lembrança em questão é de novo catexizada, podem ser biologicamente nocivas. É o que acontece na catexia de desejo sempre que ela ultrapassa determinada quantidade e, desse modo, age como um estímulo à descarga; e é o que acontece também na liberação de desprazer, pelo menos quando a catexia da imagem mnêmica hostil emana (por associação) do próprio  $\psi$ , e não do mundo externo. Aqui, mais uma vez, trata-se, portanto, de encontrar uma indicação para distinguir entre percepção e lembrança (ideia). ((FREUD, 1895, p. 377)

Tais pontos indicam que o eu tem que erigir barreiras contra essas primeiras representações de desejo, ao mesmo tempo em que precisa lidar com o excesso de excitação acumulada. A questão é que o eu não é capaz de apagar as representações de desejo e de desprazer, nem se comportar como se elas não existissem, porém consegue utilizar-se de estratégias para se defender, e assim mantê-las afastadas.

De um lado está a atração provocada pela imagem mnêmica do objeto de desejo e de outro, a imagem mnêmica da dor, provocando a repulsa. Freud entende que, na origem do sujeito, o que se inscreve inicialmente é uma contradição, um conflito de forças entre a atração de desejo primária e a defesa (repúdio) primária ou recalcamento. ((FREUD, 1895, p. 374). É interessante notar que, para ele os fatores determinantes da formação do eu são justamente o desejo e o recalque, razão pela qual descreve o eu como uma função. A função do eu seria, portanto, armazenar energia para depois liberá-la gradativamente no sentido de estabelecer o processo secundário. Em outros termos, cabe ao eu influenciar a repetição das

experiências de dor e dos afetos, através da inibição das Qs. Por meio da inibição o eu consegue barrar a imagem mnêmica hostil e, conseqüentemente, o desprazer por ela causado<sup>4</sup>.

Freud (1895, p. 375-376) afirma que “Com a ação inibitória da imagem mnêmica hostil, a liberação de desprazer ficará muito reduzida e o sistema nervoso será poupado, sem qualquer outro dano, do desenvolvimento e da descarga de Q.”. Entretanto, quanto maior for o desprazer causado pela imagem hostil, maior será a defesa primária (recalcamento). O eu, portanto, tem que inibir o investimento no objeto promovendo um adiamento da descarga até que as indicações de realidade provenientes do sistema de neurônios  $\omega$ , ou seja, das percepções, sejam representadas pelo aparelho psíquico. Dessa forma a descarga é eficaz. O sinal que provém do signo de realidade é que permite ao eu exercer sua função judicativa distinguindo, através da atividade do pensamento, um objeto real de um objeto alucinado. (FREUD, 1895, p. 377). Em 1925, essa questão será retomada no texto “A negativa”, em que Freud destacará a importância da função judicativa que é exercida pelo eu para a origem do processo de pensamento e, conseqüentemente, do princípio de realidade. Mais adiante, será abordado também esse texto, com o objetivo de delimitar sua importância para o entendimento de como a realidade se estrutura para o sujeito humano.

No “Projeto” Freud destaca:

... *judgar* é um processo que só se torna possível graças à inibição pelo eu e que é evocado pela dessemelhança entre a *catexia de desejo* de uma lembrança e a catexia perceptual que lhe seja semelhante. Daí se deduz que a coincidência entre essas duas catexias se converte num sinal biológico para por fim à atividade do pensamento e permitir que se inicie a descarga. Quando as duas catexias não coincidem, surge o ímpeto para a atividade do pensamento, que voltará a ser interrompida pela coincidência entre ambas. (FREUD, 1895, p. 380)

O processo de inibição da quantidade de energia seria, portanto, a condição *sine qua non*, para a instalação do processo secundário de funcionamento do psiquismo, e conseqüentemente do princípio de realidade.<sup>5</sup> Quando o critério de distinção falha e o objeto desejado é fortemente investido, ocorreria o afastamento da realidade. Em tais casos Freud afirma que o eu é subjugado pelo excesso de excitação. Temos aqui uma importante indicação

<sup>4</sup> Nota-se que Freud, no *Projeto*, utiliza os termos recalque e inibição de forma homóloga com a intenção de delimitar uma determinada ação do eu. Observamos que, enquanto o termo inibição caracteriza um processo de ordem econômica, o termo recalque é utilizado para descrever um fenômeno que foi observado na clínica da histeria.

<sup>5</sup> Pertence ao eu a tarefa de distinguir entre percepção e memória, entre mundo exterior e mundo interior. Essa tarefa foi chamada por Freud de *teste de realidade*. A partir daí o *princípio de realidade* assume o papel principal no funcionamento do aparelho psíquico.



acerca do mecanismo da psicose, que será retomada por Freud no texto “A perda da realidade na neurose e na psicose”, publicado em 1924 ao qual nos referiremos em outro momento. Em última instância, na psicose, o que se verifica é um eu subjugado pelo excesso de excitação e, portanto, incapaz de realizar de forma satisfatória o teste de realidade a partir das representações psíquicas existentes.

No “Projeto”, ao discutir a função defensiva do eu, ou seja, sua função de inibição, Freud nos coloca diante de uma questão fundamental para a psicanálise que é a inexistência de um objeto absoluto de desejo. Mostra-nos um psiquismo orientado pela repetição da satisfação e pela busca incessante de um objeto que coincide apenas parcialmente com aquilo que se tenta reencontrar, ou seja, *das Ding* (a Coisa), uma alteridade radical, inassimilável que comanda o desejo do sujeito. Conforme afirma Rinaldi (1996, p. 48), “Na busca do objeto do desejo, o sujeito encontra apenas esse outro que ‘pode servir’, mas que remete sempre a esse Outro enigmático.”

Como pudemos constatar, no “Projeto”, Freud apresenta considerações importantes a respeito do eu e de suas relações com a consciência. A importância desse texto está no fato do eu ser apresentado como estando afastado da consciência. Por isso, importa-nos indagar, a razão pela qual em “A interpretação dos Sonhos”, Freud aparentemente muda seu ponto de vista, a ponto de identificá-lo à consciência.

Um ponto a ser considerado é o fato de Freud, no final de 1895, renunciar ao “Projeto” e, conseqüentemente à sua intenção de construir uma psicologia fisicalista, entregando-se à construção de sua *metapsicologia*, como expressou em uma carta enviada a Fliess em 2 de abril de 1896: “De um modo geral tenho feito bons progressos na psicologia das neuroses e tenho todos os motivos para estar satisfeito. Espero que você me empreste sua escuta também para algumas perguntas metapsicológicas.” (MASSON, 1986, p. 181). O que testemunhamos, nos anos que se seguiram à escrita do Projeto, é um Freud fortemente imbuído na construção do campo psicanalítico, o que implicou no abandono da neurologia e um avanço em direção à compreensão dos fenômenos psíquicos.

A partir de 1900, com a publicação de “A interpretação dos sonhos”, o discurso do desejo entra em cena e o inconsciente passa a ser designado como um sistema. Vale destacar que, entre a escrita do “Projeto” até a publicação de “A interpretação dos sonhos”, acontece um fato de extrema importância para o desenvolvimento da psicanálise: a descoberta do complexo de Édipo. Em uma carta enviada a Fliess em 15 de outubro de 1897, Freud relata:

Verifiquei também no meu caso, a paixão pela mãe e o ciúme do pai, e agora considero isso como um evento universal do início da infância, mesmo que não tão

precoce como nas crianças que se tornam histéricas. (...) Sendo assim podemos entender a força avassaladora de *O edipus Rex*, apesar de todas as objeções levantadas pela razão contra a sua pressuposição do destino. (FREUD, 1895, p. 316).

Nesse momento Freud ainda não formaliza a noção de “Complexo de Édipo”, entretanto sua descoberta foi de extrema importância para o desenvolvimento da noção de sexualidade infantil, da superação da teoria do trauma e principalmente da importância das fantasias infantis em sua articulação com o desejo.<sup>6</sup>

Em “A interpretação dos sonhos” Freud revela que o sonho é um fenômeno psíquico que, além de possuir semelhanças com os estados patológicos, serve para exemplificar o funcionamento primário do aparelho psíquico.

A partir de então, a necessidade de delinear quais as relações entre o eu e a realidade ganha uma dimensão cada vez maior na obra freudiana. O que é de fato a consciência? Como a realidade se estrutura para o ser humano? O que o fenômeno do sonho pode revelar a respeito da estruturação do aparelho psíquico, uma vez que ele é o suporte dos processos concernentes à constituição da realidade? Estas são algumas questões que perpassam a nossa pesquisa e que pretendemos delinear, na medida em que avançarmos.

No capítulo VII de “A interpretação dos sonhos”, Freud concebe um aparelho formado por três instâncias ou sistemas: o sistema inconsciente, o pré-consciente e o consciente. Essa concepção de “lugares psíquicos” constituirá a primeira tópica acerca do aparelho psíquico. Já não é mais de um aparelho anatômico investido por cargas de energia que Freud fala, mas sim de um aparelho orientado pelo desejo e marcado pelo conflito entre os sistemas.

Nesse texto, Freud preocupa-se em fixar o inconsciente como um sistema psíquico, marcando aí a diferença da forma descritiva como vinha se referindo a ele em seus escritos. Podemos pensar que é a partir desse momento que o inconsciente ganha um status diferente no contexto da psicanálise, deixando de designar apenas aquilo que não pertence à consciência, para ser um sistema com leis próprias de funcionamento que se vincula às estruturas da linguagem.

O eu não é diretamente tematizado em “A interpretação dos sonhos”, mas as indicações que Freud faz a seu respeito nesse texto estão ligadas as funções exercidas pelo

---

<sup>6</sup> Em uma carta enviada a Fliess em 21 de setembro de 1897 (carta 69), Freud declara não acreditar mais em sua *neurótica*. Nessa carta Freud expõe suas dúvidas de que o trauma da sedução fosse realmente a causa precipitante da histeria. Afirma que possivelmente a fantasia sexual tinha os pais como tema. A partir desse momento, Freud passa a defender a ideia de que a fantasia seria uma forma de realização do desejo.

sistema pré-consciente.<sup>7</sup>

De acordo com o autor, o sistema pré-consciente recebe de um lado, cargas de investimento oriundas do inconsciente em direção à consciência e por outro é atingido pelas percepções sensoriais provenientes do mundo externo.

Freud descreve o funcionamento do pré-consciente da seguinte maneira:

Descrevemos o último dos sistemas situados na extremidade motora como “pré-consciente”, para indicar que a partir dali os fenômenos de excitação podem chegar a consciência sem maiores empecilhos, desde que certas condições sejam atendidas: por exemplo, que eles atinjam certo grau de intensidade, que a função que só pode descrever como atenção esteja distribuída de uma dada maneira, etc. Este, é, ao mesmo tempo o sistema que detém a chave do movimento voluntário. Descrevemos o sistema que está situado mais atrás de “o inconsciente”, pois este não tem acesso à consciência *senão através do pré-consciente*, e durante essa passagem o processo de excitação deverá se submeter a certas modificações. (FREUD, 1900, p. 571).

O que podemos deduzir, a partir do texto, é que durante o estado de vigília, o sistema Pcs funciona como uma barreira contra as excitações que emanam do inconsciente, impedindo o investimento no objeto, até que as indicações de realidade provenientes do sistema perceptivo sejam acessadas, por meio do pensamento.

Por outro lado, durante o estado onírico, ou seja, quando o sujeito adormece grande parte desses investimentos oriundos do pré-consciente são recolhidos, sendo restabelecidos somente ao despertar. Durante o sono, cessam também as excitações provenientes das percepções e, por conseguinte, as indicações de realidade. Freud explica que durante o estado onírico, devido à ausência de investimento por parte do pré-consciente, acontece uma regressão ao estado primitivo de funcionamento mental. Nesse sentido, o sonho seria equivalente às alucinações de desejo produzidas com o intuito de alcançar satisfação. (FREUD, 1900, p. 572).

Freud sustentará que a formação do sonho é realizada pelo inconsciente, pois é nesse sistema que estão localizados todos os desejos recalcados. Afirma ainda, que os sonhos, à semelhança da fantasia, são realizações de desejos.

Em relação ao sonho podemos destacar que a interposição do pré-consciente, produz uma deformação que impede que o conteúdo inconsciente seja acessado inteiramente pela consciência. Por outro lado, na vigília, é responsável pela censura imposta pela resistência contra a lembrança do sonho, sendo que muitas vezes somente partes fragmentadas dessas

<sup>7</sup> Na enviada a Fliess em 06 de dezembro 1896 (carta 52) Freud anuncia que a pré-consciência “é a terceira transcrição, ligada às representações verbais e correspondendo ao nosso eu reconhecido como tal.” Vol. I pg. 282.

imagens têm acesso à consciência. (FREUD, 1900, p. 572).

Para Freud tanto no estado onírico quanto na formação do sonho o eu não está no exercício de suas funções. Tal fato é indicativo do que acontece quando o critério de distinção entre o que é realidade e o que é fantasia - também chamado “teste de realidade” - não é cumprido pelo eu.

Vale ressaltar que em uma nota de rodapé acrescentada ao texto em 1919, Freud afirma que não existe uma distinção entre o sistema Pcs e a consciência ou sistema percepção/consciência. Ambos os sistemas, portanto, são equivalentes. (FREUD, 1900, p. 571).

Em síntese, nesse momento, o eu é definido por Freud em relação à sua função de censura contra as excitações libidinais provenientes do inconsciente e, por isso, é referido como estando ligado ao sistema consciente. Somente alguns anos depois, quando Freud estabelece a segunda tópica do aparelho psíquico é que a identificação do eu à consciência será questionada.

Nos anos que se seguem as relações do eu com a realidade adquirem uma importância cada vez maior nos artigos freudianos, o que resultou na construção da noção de fantasia e, conseqüentemente, de realidade psíquica. Jorge (2010) chama de “ciclo da fantasia”, o período que se inicia após a publicação em 1905 do texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, no qual Freud introduz o conceito de pulsão sexual, e que se estende até 1911, quando publica “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, um dos textos mais importantes dessa fase. Esse último trata, essencialmente, das relações entre os dois princípios reguladores do psiquismo humano: o princípio de prazer e o princípio de realidade.

Em “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, tomando como ponto de partida a premissa de que o afastamento da realidade é comum a todo neurótico, Freud coloca-se a tarefa “de investigar o desenvolvimento da relação dos neuróticos e da humanidade em geral com a realidade, com o objetivo de trazer a significação psicológica do mundo externo e real para a estrutura de nossas teorias.” (FREUD, 1911, p. 237).

No texto referido, o princípio de prazer (*Lustprinzip*) e o princípio de realidade (*Realitätsprinzip*) aparecem como sendo análogos, correspondendo aos processos primário e secundário. Assim, a ideia de que haveria uma oposição entre esses princípios é reformulada e o que entra em questão é o fato de que o psiquismo se estrutura como forma de proteção a uma falta que é estrutural.

Retomando algumas concepções formuladas no “Projeto” Freud indica que o princípio

de prazer-desprazer é o legítimo representante do inconsciente e, por conseguinte, do processo primário de funcionamento do psiquismo, cuja tendência é a busca do prazer e a evitação de tudo que possa causar desprazer. A questão que se apresenta em “Formulações” é a de saber no que implica a passagem do processo primário para o processo secundário

Freud sustenta que a passagem do princípio de prazer para o princípio de realidade acontece na medida em que as “impressões de objeto” se ligam aos “restos de palavras” possibilitando que o sujeito seja capaz de pensar. Tal fato supõe que o eu deva ser capaz de suportar um aumento de tensão até que a distinção entre o que é percebido e o que é rememorado possa ser realizada, o que é conseguido com a ajuda dos signos de prazer e desprazer. É importante lembrar que a noção de ligação está estreitamente vinculada às funções exercidas pelo eu em seus esforços no sentido de efetuar a distinção entre mundo interno e mundo externo.

A operação de ligação coloca em funcionamento o princípio de realidade responsável por indicar que nem sempre é possível obter satisfação imediata e que quando ela acontece, é sempre de forma muito reduzida.

Freud (1911, p. 242) elucida que o princípio de realidade não se opõe verdadeiramente ao princípio de prazer, ele tão somente retarda a obtenção de prazer a fim de proporcioná-lo de forma mais segura. Outro fato destacado por Freud é que o princípio de realidade não se sobrepõe ao princípio de prazer, já que uma parte do pensamento se mantém a parte de sua influência através da atividade do “fantasiar”. A partir desse momento, pode-se falar de princípio de prazer-desprazer já que o mesmo passa a abranger tanto a busca pelo prazer quanto seu retardamento que é sentido como desprazer pelo sujeito. Na verdade, o princípio de realidade tem a função de regular a busca por satisfação impedindo que ela se efetue pelas vias mais curtas.

A questão que se apresenta então, e que será destacada em vários momentos da obra freudiana, diz respeito à relação entre o eu e a realidade externa. Freud sustenta que o eu, em alguns momentos, encontra dificuldade em conciliar as exigências feitas pela pulsão com a realidade intolerável, e que, por isso, tende a afastar-se dela. O eu mediante a impossibilidade de satisfazer tais exigências realiza uma “alteração” na realidade, substituindo-a por outra que se adapte melhor aos seus desejos. Assim, na neurose, o sujeito rejeita um “fragmento” da realidade indesejável, ao mesmo tempo em que promove o recalque das pulsões e substitui a realidade indesejável por outra mais agradável, através da atividade do fantasiar. Em outros termos, podemos afirmar que o neurótico busca realizar através da fantasia, a satisfação do desejo. Com efeito, a fantasia passa a ordenar a relação do sujeito com a realidade.

Como é possível verificar, nesse momento de sua teorização Freud insiste em ratificar a primazia do princípio de prazer-desprazer, ou seja, da realidade psíquica sobre a realidade externa. Com Lacan (1964, p. 165) podemos pensar que a própria insistência na busca por satisfação característica do princípio de prazer, revela que há um impossível em jogo na realização da pulsão, que remete o sujeito sempre a empreender uma nova busca.

Paralelamente às “Formulações”, Freud escreve o “caso Schreber”, indicando seu interesse em apreender a estrutura do delírio nas psicoses. Acreditamos que a publicação desse texto marca um importante momento da obra freudiana, no qual questão das relações do eu com a realidade passa a ser elaborada não só no contexto clínico das neuroses, mas também considerando a psicose em sua especificidade. De fato, é o estudo das psicoses que permitirá a virada teórica que começa a ser esboçada em 1914 com a publicação do artigo “Sobre o Narcisismo: uma introdução”, que terá como consequência a segunda tópica do aparelho psíquico.

## **1.2 A teoria do narcisismo e a questão das identificações**

As primeiras formulações a respeito do narcisismo aparecem na teoria freudiana a propósito de uma explicação acerca da escolha de objeto homossexual, apresentada em 1910 no texto “Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância”. Tal referencia aparecerá também na abordagem de um caso de paranóia estabelecida por Freud em 1911, na análise do caso Schreber. Nesse último, apresenta a hipótese de que o narcisismo é um momento estruturante da libido, que acontece entre o auto-erotismo e a escolha objetal (FREUD, 1911, p. 68). A escolha do termo “narcisismo”, para caracterizar esse momento, não foi aleatória. Freud recorre ao mito de Narciso para evidenciar a importância da imagem e do olhar na constituição do eu.

A teoria do narcisismo será desenvolvida em 1914, no texto “Sobre o narcisismo: uma introdução”, em que Freud aborda questões de extrema importância para o desenvolvimento futuro da teoria psicanalítica. A novidade desse texto é que o *eu* passa a ser visto como um reservatório da libido, tendo que direcioná-la para os objetos, sendo que ele mesmo é definido como um objeto que recebe investimento libidinal.

### 1.2.1 A constituição do eu e as instâncias ideais

É sabido que a teoria da libido foi o centro da divergência surgida em 1912, entre Jung e Freud, quando da publicação do texto “Metamorfoses e símbolos da libido” em que Jung, desenvolve a noção de libido dessexualizada. Ao propor que a libido não passava de um interesse psíquico geral, Jung diverge de Freud, para quem o termo libido tem um caráter estritamente sexual. Em outros termos, a libido seria, para Freud, a expressão dinâmica da sexualidade.

A problemática levantada por Jung em torno das vicissitudes da libido nas psicoses fará com que Freud avance em sua teorização a respeito do eu. Em “Sobre o narcisismo: uma introdução” postula que a proposta da existência de um “narcisismo primário” surgiu em decorrência da necessidade de aplicar a hipótese da teoria da libido a uma forma particular de psicose chamada por Kraepelin de demência precoce e, por Bleuler, de esquizofrenia. A questão que se coloca para Freud é a de explicar qual o destino da libido que foi afastada dos objetos externos na esquizofrenia. Entende que “a libido afastada do mundo externo é dirigida para o eu e assim dá margem a uma atitude que pode ser denominada de narcisismo” (FREUD, 1914, p. 82). Dessa forma, podemos considerar que as psicoses impuseram a Freud o desenvolvimento de uma teoria a respeito da origem do eu a partir de um ponto de vista topológico.

Em “Sobre o narcisismo” afirma que o eu não resulta de um processo natural de maturação biológica, mas precisa ser desenvolvido, tal como indica:

(...) uma unidade comparável ao eu não pode existir no indivíduo desde o começo; o eu tem que ser desenvolvido. As pulsões auto-eróticas, contudo, ali se encontram desde o início, sendo, portanto, necessário que algo seja adicionado ao auto-erotismo – uma nova ação psíquica – a fim de provocar o narcisismo. (FREUD, 1914, p. 84).

O autoerotismo é que seria primário na criança, caracterizando-se como um estado anárquico onde as pulsões sexuais encontrariam satisfação no próprio corpo. O eu, por sua vez, só se desenvolveria na medida em que algo é acrescentado ao auto-erotismo, o que nos permite inferir que o encontro com o objeto se constitui como a verdadeira causalidade psíquica do eu. Assim, o surgimento do narcisismo primário corresponde ao próprio surgimento do eu. (FREUD, 1914, p. 84). A identificação com a imagem do semelhante é o

que permite que o sujeito faça uma primeira distinção entre o que é interno e o que é externo, mas também aquilo que mantêm uma linha tênue em torno de tal distinção.

Para caracterizar o narcisismo Freud utiliza como exemplo o fenômeno do delírio de grandeza, presente em alguns casos de psicose, em que o eu é intensamente investido pela libido estando totalmente entregue à onipotência absoluta. É esse estado de onipotência que será chamado de narcisismo primário, quando a satisfação sexual é auto-erótica, ou seja, obtida através do próprio corpo.

O narcisismo secundário, por sua vez, corresponde a um estágio mais complexo do funcionamento psíquico, quando a libido, que já foi dirigida aos objetos devido a situações de “frustração”, retorna ao eu. Freud (1914, p. 105) cita como exemplo os estados de apaixonamento em que o eu investe a libido no objeto de forma tão intensa que ele mesmo se torna empobrecido. Os estados patológicos seriam resultado do desequilíbrio nos investimentos libidinais. O que se configura, nesse momento, é a necessidade de que o eu seja capaz de estabelecer um equilíbrio, regulando os investimentos libidinais, ora em si, ora nos objetos. Freud (1914, p. 92) interroga por que razão a vida mental se vê compelida a ultrapassar os limites do narcisismo colocando a libido nos objetos e imediatamente responde que o excesso de investimento de libido no eu torna necessário o seu desvio para os objetos. Observa que “Um egoísmo forte constitui uma proteção contra o adoecer, mas num último recurso, devemos começar a amar a fim de não adoecermos, e estamos destinados a cair doentes se, em consequência da frustração, formos incapazes de amar”. (FREUD, 1914, p. 92).

A hipótese que desenvolverá é a de que, no narcisismo, certo modo de apreender o objeto externo fornecerá as coordenadas que permitirão ao sujeito estabelecer uma representação da imagem de si mesmo. O recalcque das pulsões auto-eróticas por parte do eu seria aquilo que permite a constituição do corpo próprio que, em última instância, é esse narcisismo primário também chamado de eu ideal. O narcisismo secundário, por sua vez, é fruto da representação da qualidade do objeto, isto é, se ele pode ou não oferecer a satisfação das pulsões sexuais. O eu passa a desejar esse objeto que “talvez” proporcione satisfação sexual e o toma como seu ideal. Em outros termos, o eu se identifica com o objeto.

A principal característica do eu ideal é o amor por si mesmo e a busca por satisfação no próprio corpo, que é tomado pelo sujeito como objeto (FREUD, 1914, p. 94). Dessa forma, podemos indicar que o eu é desde sempre um eu corporal. Como indica Freud:



Esse eu ideal é agora alvo do amor de si mesmo (*self-love*) desfrutado na infância pelo eu real. O narcisismo do indivíduo surge deslocado em direção a esse eu ideal, o qual o eu infantil, se acha possuído de toda perfeição e valor. Como acontece sempre que a libido está envolvida, mais uma vez aqui o homem se mostra incapaz de abrir mão de uma satisfação de que outrora desfrutou. Ele não está disposto a renunciar a perfeição narcísica da infância; e quando, ao crescer, se vê perturbado pelas admoestações de terceiros e pelo despertar de seu próprio julgamento crítico, de modo a não mais poder reter aquela perfeição, procura recuperá-la sob a forma de um eu ideal (FREUD, 1914, p. 100).

O que Freud revela, é que o eu ideal está para sempre alienado ao seu outro ideal. É nesse contexto que o mito de Narciso ganha importância, pois o que acontece então é uma identificação da criança com sua própria imagem, o que faz com que o eu se torne um objeto de investimento libidinal. Essa questão é retomada por Lacan em sua teorização acerca do estágio do espelho, e será abordada neste trabalho em outro capítulo.

De acordo com Freud (1914, p. 84), a saída do autoerotismo acontece a partir de “uma nova ação psíquica” cuja função seria a de unificar as pulsões autoeróticas numa imagem de corpo próprio. É a identificação com a imagem e a palavra do Outro, aquilo que faz com que o eu promova o recalque das pulsões autoeróticas instituindo, assim, a divisão radical que caracteriza o sujeito humano. Tal fato, também retrata a fragilidade do eu e o traço de desconhecimento que o atravessa.

Simultaneamente à formação do *eu ideal* ocorre outra forma de identificação que dá origem ao que Freud chamou de *Ideal do eu*. O *Ideal do eu* se constitui a partir do complexo de Édipo, momento estruturante que permite que o eu construa uma mediação em relação aos objetos primários. Melhor dizendo, o ideal do eu viabiliza com que o eu estabeleça uma relação imaginária e simbólica com os objetos primários no sentido de que estas coordenadas lhe retirem do desamparo (FREUD, 1914, p. 106). Por outro lado, a formação do *Ideal do eu* também aumenta a exigências do eu favorecendo o processo de recalque do desejo.

Em 1921, retoma a questão da identificação no artigo “Psicologia de grupo e análise do eu”, indicando que esta se constitui como a maneira mais elementar de expressão dos laços emocionais que o sujeito estabelece com os objetos, ao mesmo tempo em que determina seu papel no desfecho no complexo de Édipo (FREUD, 1921, p. 115). É importante destacar que a primeira identificação é com o Pai, sendo este tomado como um *ideal* para o sujeito.

Freud assevera que a identificação provoca transformações no eu na medida em que este assimila determinados traços do objeto. A identificação, portanto, é identificação a um objeto que foi idealizado pelo sujeito e que foi colocado no lugar de um ideal, um *Ideal do eu*.

Lacan (1960-1961, p. 23-25), em sua releitura dos textos freudianos, situa o *eu ideal* no registro imaginário e o *ideal do eu* no registro simbólico. Esclarece que a identificação que

produz o *Ideal do eu* e que se constitui como elemento chave para a saída do Édipo, relaciona-se com a forma com que o sujeito se apossa simbolicamente dos significantes que advêm do Outro. Propõe a categoria de Outro (com “o” maiúsculo) para designar essa alteridade introjetada pelo sujeito.<sup>8</sup> No seminário dedicado ao tema da identificação, Lacan aprofunda a questão da relação do sujeito com o significante, ao propor que a identificação ao traço unário é o que constitui o aparelho psíquico. Considera que esse traço na verdade é um significante que instaura a cadeia significante, ou seja, o próprio inconsciente na medida em que este é estruturado como uma linguagem.

Com a escrita do texto “Sobre o narcisismo”, a noção de realidade se torna mais complexa, pois Freud vai destacar que para cada sujeito ela se estrutura de forma distinta e que por isso tem a qualidade de ser psíquica. É necessário destacar que, para ele, a realidade psíquica se estrutura em torno da experiência parcial de satisfação, que é vivenciada pelo sujeito no início da vida. A inexistência de um objeto absoluto de satisfação do desejo, por outro lado, institui a falta como sendo estrutural no sujeito humano. A realidade psíquica, portanto, é fruto do processo de simbolização da realidade externa, ou seja, dos objetos que são faltosos desde as origens do sujeito.

É importante lembrar que a noção de realidade psíquica introduzida pela psicanálise é uma subversão que coloca em questão a própria concepção de racionalidade defendida pelo campo da ciência, pois o termo psíquico em Freud designa tudo o que abarca, não apenas a consciência, mas a relação do sujeito humano com o desejo inconsciente. Com Lacan tal subversão se radicaliza quando introduz os registros Real, Simbólico e Imaginário para pensar a constituição da realidade humana.

Com Freud, portanto, podemos afirmar que a identificação ao *Ideal do eu* provoca uma transformação nas relações do sujeito com seu semelhante, ao mesmo tempo que possui a função de orientar e organizar a realidade psíquica. De fato, Freud distingue a realidade material ou exterior da realidade psíquica, sendo que a primeira é incognoscível e a segunda abarcaria todas as fantasias de desejo criadas pelo sujeito em relação ao objeto e a apropriação que ele faz desta realidade material.

---

<sup>8</sup> “Desse Outro, na medida em que a criança diante do espelho volta-se para ele, o que pode vir? Nós dizemos que só pode vir o signo *imagem de a*, essa imagem especular, desejável e destruidora ao mesmo tempo, efetivamente desejada ou não. É isso que vem daquele para o qual o sujeito se volta, no próprio lugar onde ele se identifica nesse momento, na medida em que sustenta sua identificação com a imagem especular. [...] nessa situação original, é o ideal que está ali, falo do eu ideal e não do ideal do eu, e que o autêntico eu ainda está por vir. [...] Pode-se distinguir radicalmente o ideal do eu e o eu ideal. O primeiro é uma introjeção simbólica, ao passo que o segundo é a fonte de uma projeção imaginária”. LACAN, J. O Seminário – livro 8 – A transferência. Lição de 07 de junho de 1961. Pg. 431 e 434.

A insistência do desejo, que é apontada por Freud (1921, p. 106) no texto referido, revela um eu que jamais abre mão voluntariamente da obtenção de prazer e que só investe nos objetos quando vislumbra a possibilidade de obter em troca, uma retribuição de prazer. Nesse contexto, Freud (1921, p. 92) passa a considerar que as afecções narcísicas resultam da frustração que é vivenciada quando o desejo não é satisfeito, ou seja, quando as exigências da vida impõem o retardamento ou, até mesmo, a renúncia da satisfação. A pergunta é: como o eu se comporta frente à frustração do desejo, isto é, quando as ilusões que ele cria em relação ao objeto não se realizam? Nesses momentos, diz Freud, o eu tende a afastar-se da realidade indesejável. (FREUD, 1921, p. 107-108). Afirma que, na psicose, o afastamento da realidade se caracteriza pela retirada do investimento da libido de pessoas e coisas do mundo externo sem, no entanto, substituí-las na fantasia, como faz o sujeito neurótico. Na psicose o eu rejeita um fragmento da realidade e a substitui por outra, através do delírio. (FREUD, 1921, p. 82)

O texto referido destaca a importância dada às referências identificatórias que estruturam o sujeito. Quando falta a imagem mnêmica do objeto, ou seja, quando as referências identificatórias que estruturam o sujeito faltam, o que se dá é a perda da realidade. Assim, na neurose, a atividade psíquica seria aquilo que recobre, por meio da fantasia, a impossibilidade de satisfação absoluta, havendo, portanto, a possibilidade de representação da experiência de frustração, ou seja, que um novo arranjo seja feito a partir das imagens e traços mnêmicos existentes no psiquismo, o que na psicose nem sempre é possível. Mais adiante, retomaremos essa questão sob a luz dos avanços proporcionados pela segunda tópica do aparelho psíquico, acerca do eu e de suas relações com a realidade psíquica.

Em síntese, a teoria do narcisismo indica que a constituição do *eu* acontece a partir de um precipitado de identificações, no qual a imagem assume um papel determinante. Com esse texto, Freud, além de introduzir a ideia de um *eu* libidinizado, propõe também uma nova dimensão para o conflito psíquico. Se antes opunha as pulsões de autoconservação do eu às pulsões sexuais, com a teoria do narcisismo passa a opor a libido do eu à libido objetual. Entretanto, a ideia de um novo dualismo pulsional só adquirirá uma concepção definitiva a partir de 1920, quando da descoberta da pulsão de morte. Doravante, o conflito será entre pulsão de vida (sexual) e pulsão de morte.

### 1.3 *Eu-real* e *eu-prazer*

Em “Pulsões e destinos da pulsão” (1915) Freud abordará a questão da origem da diferenciação entre interno e externo a partir da contraposição entre *eu-real* (*Real-Ich*)<sup>9</sup> e *eu-prazer* (*Lust-Ich*). É preciso salientar que o *eu-real* e o *eu-prazer* não assinalam duas formas distintas do eu. São utilizados apenas para descrever diferentes modos de investimento da pulsão do eu.

Freud destacará que o *eu-real* corresponde ao eu autoerótico inicial que, em suas palavras, “não necessita do mundo externo” sendo, portanto logicamente anterior ao *eu-prazer* que corresponde ao *eu definitivo*, aquele que segundo Braunstein (2007, p. 65), “aceitará em maior ou menor medida as coações da realidade que modifica e continua o princípio do prazer.”.

A função do *eu-real* original seria a de estabelecer a distinção entre um dentro e um fora, ou seja, entre o eu e aquilo que não pertence ao eu, a partir de um critério objetivo que, segundo nosso entender, é fornecido pelo outro que com sua palavra e seus cuidados apazígia o desamparo no qual esse *eu-real* se encontra imerso. Vejamos o que escreve Freud (1915, p. 141):

Assim, o *eu-real* original, que distinguiu o interno e o externo por meio de um critério objetivo se transforma num *eu-prazer* purificado, que coloca a característica do prazer acima de todas as outras. Para o eu do prazer, o mundo externo está dividido numa parte que é agradável, que ele incorporou a si mesmo, e num remanescente que lhe é estranho. Isolou uma parte do seu próprio eu, que projeta no mundo externo e sente como hostil. Após esse novo arranjo, as duas polaridades coincidem mais uma vez: o sujeito do eu coincide com o prazer, e o mundo externo com o desprazer (com o que anteriormente era indiferente).

Freud indicará que o princípio de prazer se instala como princípio regulador do psiquismo somente após a experiência de encontro com os objetos do mundo externo. O *eu-prazer* inicial se constitui a partir da introjeção de tudo que é prazeroso e projeção do que é desprazeroso. Destaca que o sujeito sente-se atraído pelo objeto proporcionador de prazer ao mesmo tempo em que repele o objeto causador do desprazer. Com isso, a polaridade prazer-desprazer passa a reger as relações entre o eu e os objetos.

<sup>9</sup> Salientamos que *Real-Ich* foi o termo utilizado por Freud em alemão, que traduzimos por *eu-real*. Entretanto esse termo foi traduzido por *eu-realidade* tanto na versão da editora Imago, quanto na Amorrortu. Optamos por manter o termo original *Real-Ich* para designar a fase chamada de auto erótica, devido ao fato de que o termo *eu-realidade* parece ser apenas um prolongamento do *eu-prazer* definitivo.

Esses pontos revelam que a diferenciação entre mundo externo e mundo interno é dada a partir dos signos de qualidade advindos do outro. Entende-se por relação de signo aquela que se dá a partir do objeto do mundo externo real e as representações-objeto que se formam a partir dele. Nessa direção, podemos afirmar que a relação do sujeito com a realidade será mediada pelo campo representativo criado a partir das suas relações com os objetos.

#### **1.4 Melancolia: a identificação em questão**

O interesse de Freud pela melancolia aparece desde cedo em suas correspondências com Fliess. Observamos que no manuscrito G, enviado a Fliess provavelmente em 1895, a correspondência entre a melancolia e o afeto do luto já era concebida por Freud. Sustenta que, “o afeto correspondente à melancolia é o luto, ou seja, o desejo de recuperar algo que foi perdido” ao mesmo tempo em que afirma que na melancolia há uma perda na vida pulsional, ou seja, perda de libido. (FREUD, 1895, p. 247) A retomada da questão da melancolia com novos contornos será realizada após a introdução da teoria do narcisismo e da noção de ideal do eu.

As relações entre o eu e o objeto perdido constituirão eixo central do texto “Luto e melancolia” publicado em 1917, no qual Freud enuncia a existência de uma correlação entre o estado normal de luto e a melancolia. Nesse texto, a melancolia é apresentada como um quadro em que o eu é grandemente modificado pelas identificações.

Freud reitera que tanto o luto quanto a melancolia constituem-se como uma “reação” à perda de um objeto. No luto esse objeto pode ser tanto uma pessoa amada, como as abstrações colocadas em seu lugar, tais como a pátria, a liberdade ou até mesmo um ideal. Nessa afecção, o eu é absorvido por um estado de ânimo doloroso que ocasiona a perda do interesse pelo mundo exterior, salvo por aquilo que relembra a pessoa amada. No luto a realidade parece passar por um esvaziamento, o que exige que um trabalho seja feito. Mas, em que consiste o trabalho de luto? indaga Freud.

Acho que não parecerá forçado apresentá-lo da seguinte forma: o teste de realidade mostrou que o objeto amado não mais existe, de modo que o respeito pela realidade passa a exigir a retirada de toda a libido das relações anteriormente mantidas com esse objeto. (FREUD, 1914, p. 250)

No trabalho do luto a perda do objeto deve ser confirmada através do teste de realidade, mas nesse processo faz-se necessário retirar toda a libido nele investida, o que não é feito sem que haja uma resistência por parte do eu. O ser humano, afirma Freud, nunca abandona de bom grado uma posição libidinal antes ocupada, sendo que a recusa, em certos casos, pode operar uma fuga da realidade, por meio de uma psicose alucinatória, numa tentativa de manter a relação com o objeto. O esperado é que a realidade saia vitoriosa desse embate e que o eu, ao completar o trabalho de luto, se torne novamente livre e sem inibições. (FREUD, 1914, p. 251) Um exemplo do trabalho psíquico que permeia o luto é o caso de S., uma mulher com pouco mais de trinta anos, que teve o pai assassinado de forma brutal. Já haviam se passado dois meses do ocorrido, quando sua mãe telefona para a analista demandando atendimento para a filha que, segundo ela, estava sofrendo muito com a perda do pai. Em uma das sessões, a fala de S. exemplifica a grande dificuldade do eu no processo de reconfiguração da realidade durante o trabalho de luto: “ *não acredito que isso aconteceu. Porque na verdade, fico achando que vou ver ele e, de fato, eu não vou ver. Fico pensando que ele ainda vai voltar... eu não consigo pensar que se eu ligar para o telefone dele, ele não vai atender. Fico acreditando que ele vai atender! Acho que estou ficando maluca, e que não aconteceu nada disso!*”

Como se verifica, no luto é necessário um esforço de simbolização da perda que crie, posteriormente, a possibilidade de dirigir novamente a libido para outros objetos.

A melancolia apresenta características similares às do luto, tais como o estado de ânimo doloroso, a suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar e a inibição geral para realizar tarefas. Entretanto, Freud distingue outro traço que não está presente no luto: a diminuição extraordinária da autoestima juntamente com um grande empobrecimento do eu. Na melancolia, diferentemente do luto, a perda do objeto escapa à consciência, não sendo possível identificar de fato o que foi perdido.

Freud (1914, p. 251) afirma: “No luto, o mundo tornou-se pobre e vazio; na melancolia, foi o próprio eu que se empobreceu.”. O empobrecimento do eu, característico da melancolia se revela através da auto-depreciação e nas recriminações e insultos dirigidos a si mesmo, que quase sempre se transformam numa expectativa delirante de ser punido. Essas reações são na verdade consequências do trabalho psíquico que consome o eu e que se assemelha ao trabalho do luto.

A melancolia revela dois fatos importantes a respeito do eu humano. O primeiro diz respeito ao fato de que nessa afecção, uma parte do eu do paciente se contrapõe à outra e a avalia de forma crítica. Em outros termos, uma parcela do eu trata a outra como se fosse um

objeto. A “consciência moral”<sup>10</sup>, nome dado por Freud a essa instância crítica distinta do eu, está, juntamente com a censura e o teste de realidade, entre as grandes instituições do eu. A melancolia, portanto, ressalta a ação dessa instância crítica que constantemente desaprova o eu e lhe impõe as mais severas recriminações. As auto-recriminações presentes na melancolia são recriminações dirigidas a um objeto amado, as quais foram retiradas desse objeto e desviadas para o eu. (FREUD, 1914, p. 253).

O segundo ponto destacado por Freud, e que julgamos ter especial importância, é o fato de que na melancolia um investimento objetal é substituído por uma identificação. Como foi visto, o eu é uma instância psíquica que se estrutura a partir da identificação a traços do objeto, sendo que, nesse processo, transformações são produzidas no eu. A identificação, portanto é um dado estrutural, estando presente tanto no luto quanto na melancolia. Entretanto, o que Freud se propõe investigar no texto referido é qual forma de identificação predomina na melancolia. A questão que se coloca, a partir desse texto, é o que as identificações podem revelar a respeito das relações entre o eu e a realidade?

Freud considera:

A libido então liberada, em vez de ser transferida a outro objeto, foi recolhida para dentro do eu. Lá essa libido não foi utilizada para uma função qualquer, e sim para produzir uma identificação do eu com o objeto que tinha sido abandonado. Assim, a sombra do objeto caiu sobre o eu. (...) a perda do objeto transformou-se em uma perda de aspectos do eu, e o conflito entre o eu e a pessoa amada transformou-se num conflito entre a crítica ao eu e o eu modificado pela identificação. (FREUD, 1914, p. 254)

Em nossa abordagem a respeito do narcisismo, vimos que a identificação é um processo que viabiliza a constituição do eu humano. De acordo com Freud, a forma tomada pelo eu será determinada pela sobreposição de investimentos objetais abandonados e transformados em identificações. Em outros termos, o eu se identifica a determinados traços dos objetos e os incorpora. Em “Luto e Melancolia” Freud (1914, p. 255), ratificando sua posição afirma que a identificação é o momento que antecede a escolha de objeto. É importante lembrar que Freud só chegou a tais conclusões a respeito do eu por meio da análise das patologias narcísicas, dentre elas, a melancolia.

Uma forte fixação no objeto e, por outro lado, um fraco investimento neste, são a precondição para que, na melancolia, a libido regrida para o eu. Acontece que, toda escolha

---

<sup>10</sup> Em Psicologia de grupo e análise do eu, Freud chama essa instancia crítica de supereu.

objetal é narcísica, ou seja, o eu se liga a determinadas características do objeto que lhe dão a indicação da possibilidade de obter algum prazer. Diz Freud (1914, p. 255):

Uma ou duas coisas podem ser diretamente inferidas no tocante às precondições e aos efeitos de um processo como este. Por um lado, uma forte fixação no objeto amado deve ter estado presente; por outro, em contradição a isso, a catexia objetal deve ter tido pouco poder de resistência. [...] essa contradição parece implicar que a escolha objetal é efetuada numa base narcísica, de modo que a catexia objetal, ao defrontar com obstáculos, pode retroceder para o narcisismo. A identificação narcísica com o objeto se torna, então, um substituto da catexia erótica e, em consequência, apesar do conflito com a pessoa amada, não é preciso renunciar à relação amorosa.

Verifica-se que na melancolia o desaparecimento do objeto amado faz com que o eu incorpore os restos da imagem do objeto por meio da identificação, ao mesmo tempo em que faz com que a libido regride para si. Esses pontos levam à conclusão de que a melancolia é, tal qual no luto, uma reação a uma perda real do objeto amado. (FREUD, 1914, p. 255).

Como vimos anteriormente, no luto o eu consegue libertar-se do objeto perdido, passando a reinvestir a libido em outros objetos. O trabalho do luto consiste em que o eu faça o teste de realidade até que, pouco a pouco, aceite que o objeto amado não existe mais. Mesmo que haja durante o processo de luto, um afrouxamento com a realidade, esta, gradativamente, vai sendo reconduzida à sua normalidade. Freud considera que na melancolia um processo semelhante é efetuado pelo eu, mas destaca que ainda não havia chegado a uma compreensão a respeito desse processo. O que se verifica é a ocorrência de um esvaziamento do eu na melancolia, fato que pode indicar um afrouxamento de seus vínculos com a realidade. É possível que as autoacusações e a autodepreciação, como expressões da ambivalência que é própria à melancolia, evidenciem o esforço que é empreendido pelo *eu* para se livrar desse objeto por ele incorporado. A tendência ao suicídio, tão presente nos melancólicos, pode ser explicada por essa via, pois a morte do eu corresponde à morte do próprio objeto. (FREUD, 1914, p. 257).

Por fim, Freud chega à conclusão de que, apesar de a melancolia apresentar aspectos que se assemelham ao luto, tais como a perda do objeto e a ambivalência, a pré-condição própria à melancolia seriam as autodepreciações que são na verdade, dirigidas ao objeto, o que evidencia uma ausência de mediação simbólica em relação ao objeto.



## 2 O EU NA TEORIA FREUDIANA – SEGUNDO TEMPO

Entre os anos de 1920 e 1923, Freud foi levado a empreender uma reformulação radical no escopo da teoria psicanalítica. Nessa época, já haviam sido estabelecidas várias reformulações teórico-clínicas, especialmente em torno da primeira teoria pulsional, quando de seus estudos sobre o narcisismo. A importância dada ao papel desempenhado pelas identificações no surgimento do eu já indicava que, a partir daquele momento, a primeira tópica não seria mais suficiente para explicar os processos psíquicos observados na clínica. Verificamos que, apesar de já haver lançado as bases para a mudança, Freud só a empreende de fato alguns anos depois. Talvez possamos pensar sobre o que o levou a retardar a reformulação teórica que já se anunciava. Será que os dados clínicos se mostravam ainda insuficientes para fundamentar mudanças tão decisivas? Que questões ocupavam a mente de Freud nos anos que se seguiram?

Um fato de extrema importância é que a clínica que se originou com o término da Primeira Grande Guerra Mundial que aconteceu entre os anos de 1914 e 1918, trouxe avanços teóricos decisivos para a psicanálise. A experiência clínica freudiana com os soldados que retornaram do campo de batalha trouxe novamente para a cena a temática do trauma. Seu interesse agora se volta para saber em que medida os fatores traumáticos externos afetam o psiquismo das pessoas. Supomos que a experiência da guerra leva Freud a dirigir suas reflexões para o campo da cultura, tendo como consequência posterior os artigos “Psicologia de grupo e a análise do eu” (1921), “O futuro de uma ilusão” (1927) e “O mal estar na cultura” (1930), dentre outros.

Foram várias as mudanças produzidas a partir de 1920, dentre as quais destacamos: a reintrodução da noção de compulsão à repetição, o novo dualismo pulsional entre pulsão de vida ou sexual e pulsão de morte, e a formulação da segunda tópica do aparelho psíquico – Eu, Isso e Supereu. Nesse momento a questão que se apresenta é a de saber quais as implicações da segunda tópica no que se refere à noção de eu e de realidade psíquica.

## 2.1 A virada teórica da década de vinte e a segunda tópica

É no texto “Mais além do princípio de prazer”, publicado em 1920, que Freud proporá um novo dualismo pulsional. Esse, talvez seja o texto onde Freud dá ao conceito de pulsão, sua forma final. O termo pulsão aparece pela primeira vez na obra freudiana no texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, publicado em 1905, mas só receberá o estatuto de conceito em 1915, quando da publicação do artigo “Pulsões e destinos da pulsão”, em que é definida como uma força constante que atua no psiquismo. No texto referido, Freud postula que a pulsão atua diretamente sobre o psiquismo como excitação interna que exige, para sua eliminação, uma ação específica. No quadro do primeiro dualismo pulsional ele opunha as pulsões sexuais às pulsões de autoconservação do eu. Neste sentido, o artigo “Além do princípio de prazer” marca um momento de corte, de ruptura definitiva com essa concepção e, talvez possamos mesmo dizer, um momento de concluir.

Essa ruptura precisa ser entendida num contexto mais amplo. O fato de ter dado uma roupagem nova ao eu, ao lhe conferir o status de objeto capaz de ser investido pela libido, no texto sobre o narcisismo, já colocava em questão o dualismo proposto na primeira teoria pulsional.<sup>11</sup> Um fato que nos chama a atenção é que a noção de pares antitéticos<sup>12</sup> sempre esteve presente na obra freudiana, sustentando o quadro das formulações acerca do conflito psíquico. Entretanto, a hipótese de uma oposição entre libido do eu e libido objetual indicada em “Sobre narcisismo” aponta apenas para as diferentes vias de investimento da pulsão, o que seria insuficiente para caracterizar um conflito verdadeiro entre as forças que se opõem. Se a oposição entre o princípio de prazer e o princípio de realidade não se sustentava mais, em que esfera se situaria então o conflito? O que há para além do princípio de prazer?

O fato é que Freud nunca abriu mão da noção de conflito psíquico, o que acabou lhe impondo a tarefa de reestruturar sua metapsicologia,<sup>13</sup> a partir dos novos dados obtidos em

---

<sup>11</sup> Em Pulsões e destinos da pulsão Freud mostra o seu desprendimento em relação à sua primeira teoria pulsional ao afirmar que: *Ela é uma simples construção auxiliar que apenas será mantida enquanto se mostrar útil; sua substituição por outra fará pouca diferença nos resultados de nosso trabalho de descrição e categorização. (...) É sempre possível que um estudo mais exaustivo das outras afecções neuróticas (sobretudo das psiconeuroses narcísicas: as esquizofrenias) obrigue uma modificação dessa fórmula e, com isso, a outro modo de agrupamento das pulsões originais.* Vol. XIV pg. 129-130.

<sup>12</sup> Os pares antitéticos encontrados na obra freudiana são: inconsciente-consciente, princípio de prazer - princípio de realidade, pulsões sexuais-pulsões de autoconservação, pulsão de vida-pulsão de morte.

<sup>13</sup> A metapsicologia representa o esforço feito por Freud durante todo o desenvolvimento de sua obra, em

sua clínica com os “neuróticos de guerra”. Freud sempre defendeu a hegemonia do princípio de prazer na vida psíquica do sujeito, destacando sua tendência a manter a quantidade de excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou mesmo, constante. Em “Além do princípio de prazer”, entretanto, observa que seria incorreto postular o domínio do princípio de prazer na vida psíquica dos seres humanos, já que os fatos observados na clínica demonstram que nem todos os processos psíquicos são acompanhados de prazer ou conduzem ao prazer:

Portanto, somos obrigados a admitir que existe na psique uma forte tendência ao princípio de prazer, mas que certas outras forças ou circunstâncias se opõem a essa tendência, de modo que o resultado final nem sempre poderá corresponder à tendência ao prazer. (...) Todavia, ao nos voltarmos para a questão sobre quais circunstâncias são capazes de impedir que o princípio de prazer entre em vigor, estamos pisando de novo em terreno firme e conhecido, e poderemos nos apoiar largamente em nossas experiências analíticas para formular uma resposta. (FREUD, 1920, p. 19).

Freud não duvida da importância do princípio de prazer na vida psíquica dos sujeitos, entretanto a experiência revelou a existência de um para além, ou seja, de algo que perturba o princípio de prazer e impede seu predomínio no psiquismo. Foi necessária a elaboração de outra lógica do funcionamento do psiquismo para explicar essa perturbação do princípio de prazer. No texto referido, de forma gradativa, vai enumerando as principais causas da produção de desprazer, até chegar à hipótese da pulsão de morte e seu mecanismo – a compulsão à repetição.

Inicialmente revê o dualismo entre princípio de prazer e princípio de realidade, ao afirmar que este último, na verdade, funciona a serviço do princípio de prazer, fato que será destacado por Lacan (1959-1960) em seu seminário sobre a ética, quando afirma que o princípio de realidade “é apenas rodeio, precaução, retoque, retenção”. Na verdade, o princípio de realidade não abandona o objetivo final de obtenção de prazer, apenas impõe um caminho mais longo, desvios que implicam a postergação da satisfação imediata e, muitas vezes, a renúncia ao prazer, o que exige que o organismo seja capaz de tolerar certa quantidade de desprazer. Por outro lado, afirma que o princípio de realidade é responsável apenas por uma pequena parte da experiência de desprazer e que na verdade, os conflitos e as clivagens próprias ao desenvolvimento do eu são responsáveis, na maioria das vezes, pela produção de desprazer (LACAN, 1959-1960, p. 20). A magnitude do desprazer é ativada pela

---

descrever as expressões patológicas do sofrimento humano a partir da inter-relação entre os planos tópico, dinâmico e econômico.

percepção de algo que representa uma ameaça de perigo, podendo ser tanto de ordem interna como externa.<sup>14</sup>

Observando o quadro apresentado pelas neuroses traumáticas, isto é, pelas neuroses ocasionadas por situações em que o sujeito é afetado por um excesso pulsional não representável, verifica que a força e a persistência com que as impressões provocadas pelo trauma invadem o psiquismo do sujeito chegam ao ponto de afetar seus sonhos. Nessa mesma direção, a análise dos sonhos dos soldados que haviam retornado da Primeira Grande Guerra Mundial leva à constatação de que estes repetiam, em seus sonhos, a situação traumática vivenciada nos campos de batalha. O desprazer que tais sonhos provocavam colocou em questão a perspectiva introduzida em 1900, segundo a qual os sonhos seriam apenas realizações de desejos inconscientes. Esses dados clínicos, juntamente com a observação da brincadeira que uma criança fazia quando a mãe se ausentava, farão com que retome uma hipótese desenvolvida anteriormente, no texto “Recordar, repetir e elaborar” (1914), em que identifica a existência de uma tendência primária e persistente no psiquismo, a que chamou de compulsão à repetição. Relata:

A criança estava segurando um carretel de madeira enrolado com um cordão. Nunca lhe ocorria, por exemplo, que poderia arrastá-lo no chão atrás de si para brincar de carrinho com ele, mas, ao contrário, atirava o carretel amarrado no cordão com grande destreza para o alto, de modo que caísse por cima da beirada de seu berço cortinado, onde o objeto desaparecia de sua visão, ao mesmo tempo **em** que pronunciava seu “o-o-o-o” significativo; depois, puxava o carretel pelo cordão de novo para fora da cama e saudava agora seu aparecimento **com um** alegre “dá”. Essa era, então, a brincadeira completa: desaparecimento e retorno. (FREUD, 1914, p. 25)

Freud interpreta a brincadeira como um jogo em que a presença e a ausência da mãe são encenadas pela criança, o que lhe permitia aceitar sem resistência a ausência daquela. Entretanto, a ênfase que a criança dava ao lançar o objeto para longe, quando repetia o momento desagradável, trouxe a hipótese de que o menino poderia encontrar algum prazer em viver ativamente o que havia sofrido de forma passiva. Seguindo esse raciocínio, Freud conclui que a compulsão à repetição consiste em uma insistência repetitiva, que visa um colocar-se em posição ativa frente à situação de desamparo, e que há um ganho de prazer de outra ordem, na repetição da experiência desagradável. A compulsão à repetição seria mais

<sup>14</sup> Importa lembrar que no “Projeto” Freud já havia suposto que o princípio de prazer corresponde à diminuição da excitação presente no organismo e o desprazer a uma elevação da excitação. Em *Mais além* Freud identifica o princípio de prazer ao princípio de Constancia postulado por Fechner em sua obra *Algumas ideias sobre a história da criação e da evolução dos organismos*.

arcaica, mais elementar e mais pulsional do que o princípio de prazer, que é suplantado por ela, tal como escreve:

Resta inexplicado o bastante para justificar a hipótese de uma compulsão à repetição, algo que parece mais primitivo, mais elementar e mais instintual do que o princípio de prazer que ela domina. Mas, se uma compulsão à repetição opera *realmente* na mente, ficaríamos satisfeitos em conhecer algo sobre ela, aprender a que função corresponde, sob que condições pode surgir e qual é sua relação com o princípio de prazer, ao qual, afinal de contas, até agora atribuímos dominância sobre o curso dos processos de excitação na vida mental. (FREUD, 1914, p. 34)

É importante lembrar que, no texto “Recordar, repetir e elaborar” (1914, p. 166-167), relaciona a compulsão à repetição à manifestação da força exercida pelo recalcado que insiste em retornar, causando um enorme desprazer ao eu. Seria, portanto, uma tendência presente no aparelho psíquico, que se traduz como um incessante retorno aos caminhos já percorridos, que servem para demarcar as vias de acesso à satisfação. Entretanto, os dados clínicos originados após a guerra levaram-no à constatação de que o princípio de prazer já não era mais suficiente para explicar certos fenômenos de repetição.

A grande virada proposta no texto “Mais além do princípio de prazer” fundamenta-se na hipótese da existência de um excesso que o psiquismo não é capaz de representar, não sendo, portanto recalcável. Esse excesso não representável foi o que Lacan chamou de real. A partir dessa constatação, Freud (1914, p. 52-53) compõe o quadro de seu novo dualismo pulsional, colocando, de um lado, as pulsões sexuais ou de vida - que se manifestam através de tudo que perturba a tranquilidade e que são responsáveis pelas tensões, cujo alívio é sentido como prazer – e de outro, a pulsão de morte, cuja manifestação é muito mais discreta.

Do ponto de vista mítico, para ele, a pulsão de morte é uma força que atua no sentido de restabelecer um estado anterior de coisas, tal como afirma:

Ademais, é possível especificar esse objetivo final de todo o esforço orgânico. Estaria em contradição à natureza conservadora dos instintos que o objetivo da vida fosse um estado de coisas que jamais houvesse sido atingido. Pelo contrário, ele deve ser um estado de coisas *antigo*, um estado inicial de que a entidade viva, numa ou noutra ocasião, se afastou e ao qual se esforça por retornar através dos tortuosos caminhos ao longo dos quais seu desenvolvimento conduz. Se tomarmos como verdade que não conhece exceção o fato de tudo o que vive morrer por razões *internas*, tornar-se mais uma vez inorgânico, seremos então compelidos a dizer que ‘o objetivo de toda vida é a morte’, e, voltando o olhar para trás, que ‘as coisas inanimadas existiram antes das vivas’. (FREUD, 1914, p. 49)

Freud destaca que a força exercida pelo que não é representado, atua no sentido de abalar o equilíbrio, a homeostase do organismo humano. Entretanto, o que fica claro é a existência de uma força que atua no ser vivo oriunda de um esforço em retornar ao estado

original mítico. A essa força Freud deu o nome de pulsão de morte. A partir dessas asserções, a compulsão à repetição passa a ser vista como fazendo parte da estrutura do sujeito em geral e não apenas da neurose. Tais asserções nos remetem ao Seminário 11 – “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, no qual Lacan concede à repetição o status de conceito fundamental. Apoiando-se em Aristóteles, Lacan (1964, p. 59) constrói, a partir da leitura do referido texto freudiano, duas noções para pensar a repetição: *tiquê* e *autômaton*. O primeiro – *tiquê* – se refere ao encontro com o real que escapa, ou seja, com tudo aquilo que é irrepresentável pelo psiquismo, e o último, o *autômaton*, está relacionado com o retorno dos signos que são comandados pelo princípio de prazer. O que Lacan destaca ao reler Freud, é que *tiquê* é o que vigora, sempre por trás de *autômaton*.

Em “Mais do além do princípio de prazer”, Freud apreende um importante aspecto a respeito da resistência apresentada pelos pacientes durante o tratamento. O fenômeno clínico da resistência era visto como um obstáculo imposto pelo eu para impedir que o conteúdo inconsciente (recalcado) tivesse acesso à consciência. Nessa mesma direção, postula que, no início, a tarefa do psicanalista era tentar vencer, por meio do manejo da transferência, as resistências impostas pelo paciente, para que o objetivo do tratamento - que consistia em tornar consciente o inconsciente - fosse alcançado. No texto referido, entretanto, introduz um novo paradigma, ao afirmar que o inconsciente não impõe nenhuma resistência ao tratamento, e que estas se originam das mesmas camadas e sistemas superiores que originalmente produziram o recalco. Nesse momento, desfaz a concepção que opunha inconsciente e consciente e afirma que a verdadeira oposição é entre o eu e o recalcado. Afirma: “Com certeza, grande parte do eu é em si mesma inconsciente, justamente o que se pode chamar de núcleo do eu” (FREUD, 1920, p. 30). A resistência dos pacientes é agora vista como um ato inconsciente, que é ocasionado pelo eu.

Verifica-se, que Freud passa a descrever o eu a partir de um ponto de vista dinâmico, em que lhe são conferidas de um lado, a qualidade de ser inconsciente e de outro a de ser responsável por estabelecer defesas. O que resulta dessa constatação é que o eu não pode mais ser identificado com a consciência ou com o pré-consciente, pois ele mesmo é, em parte, inconsciente.

Em 1923, dando continuidade às reflexões iniciadas em “Além do princípio de prazer”, publica o texto “O Eu e o Isso”, em que oferece uma descrição do psiquismo e de seu funcionamento que, na verdade, trata-se da retomada de algumas noções já desenvolvidas anteriormente, e seu avanço no sentido de estabelecer um quadro definitivo a respeito do funcionamento mental. Podemos encontrar os vestígios das ideias apresentadas no texto

referido no “Projeto” de 1895, no Capítulo VII de “A interpretação dos sonhos” (1900) e nos textos metapsicológicos de 1915. Como vimos anteriormente, o primeiro quadro acerca do funcionamento mental apresentado no texto “A interpretação dos sonhos” traz em seu contexto a ideia de “lugares psíquicos” designados pelos termos Ics, Cs. e Pcs. Essa distinção, entretanto, tornou-se insuficiente para explicar alguns fenômenos clínicos, porém, não podemos afirmar que Freud a abandonou, ou mesmo que a substituiu por outra. O novo quadro que compõe a segunda tópica – Eu, Isso e Supereu – não foi elaborado em substituição ao primeiro – Cs, Ics e Pcs – mas, ao contrário, podemos dizer que a segunda tópica abarca todas essas noções em um só contexto.

A ampliação, tanto do conceito de inconsciente quanto da noção de *eu*, consiste nas principais premissas do texto “O eu e o isso”. A segunda tópica do aparelho psíquico introduz uma nova tríade: *Eu, Isso e Supereu*. Nessa mesma direção, o *Eu* seria a instância responsável pela defesa, o *Isso* como reservatório da pulsão e o *Supereu* seria o agente das interdições ou, dito de outra forma, a instância crítica.

É importante lembrar que Freud apresenta essa nova tópica simultaneamente à nova teoria pulsional (pulsão de vida x pulsão de morte), isto porque é a ideia de inconsciente que se amplia. A noção de que havia um topos específico para o inconsciente é substituída pelo entendimento de que os processos inconscientes atravessam o *Isso*, o *Eu* e o *Supereu*. Assinala que o inconsciente não se confunde com o recaiado, e que o recaiado é apenas um exemplo de material inconsciente:

Cabe reconhecemos que o Ics. não mais coincide com o recaiado, e embora siga sendo correto dizer que todo o recaiado é Ics., nem todo Ics. é recaiado. Percebemos agora que uma parte do eu – uma parte sabe lá Deus quão importante do eu – pode ser Ics. e certamente é Ics. E esse Ics. não é latente no sentido em que o Pcs. o é. (FREUD, 1923, p. 31)

O que Freud chama de eu é uma instância, cujo ponto de partida situa-se no sistema perceptual, que é Pré-consciente, mas que se prolonga, formando outro sistema denominado de *isso*. Freud faz do *isso* uma fonte de onde provêm as pulsões sexuais que, inicialmente, tomam por objeto o pai e a mãe nas condições impostas pelo complexo de Édipo. A sublimação das pulsões sexuais e o retorno da libido ao *eu* são entendidos como uma força que funciona no sentido contrário à manutenção de Eros, tal como indica:

A transformação [de libido erótica] em libido do eu naturalmente envolve um abandono de objetivos sexuais, uma dessexualização. De qualquer modo, isto lança luz sobre uma importante função do eu em sua relação com Eros. Apoderando-se

assim da libido das catexias do objeto, erigindo-se em objeto amoroso único, e dessexualizando ou sublimando a libido do *isso*, o *eu* está trabalhando em oposição aos objetivos de Eros e colocando-se a serviço de impulsos instintuais opostos. Ele tem de aquiescer em algumas das outras catexias objetais do *isso*; tem, por assim dizer, de participar delas. Retornaremos mais tarde a outra possível consequência dessa atividade do *eu*. (FREUD, 1923, p. 58)

Em outros termos sustenta que, tanto as pulsões de vida, quanto as pulsões de morte encontram-se imbricadas, atadas e que é a desfusão, ou seja, a separação delas que põe o organismo em perigo. O *isso*, entendido como instância do aparelho psíquico inconsciente, mantém uma relação íntima com o *eu*, uma vez que consiste em uma parte do *isso* que foi modificada pela influência do mundo externo. Freud ressalta que o *eu* se empenha em fazer valer a influência do mundo externo junto ao *isso* e aos seus objetivos, além de tentar substituir o princípio de prazer que reina no *isso*, pelo princípio de realidade. O que é enfatizado, nesse momento, é a importância da função reguladora exercida pelo *eu*, no sentido de manter o equilíbrio entre as pulsões.

Outro ponto importante destacado no texto é que, tanto o surgimento do *eu* quanto sua separação do *isso*, dependem da ação exercida pelo sistema perceptivo e das sensações que se originam na superfície do corpo. Nessa mesma direção, Freud (1923, p. 39) afirma que “o *eu* é, primeiro e acima de tudo, um *eu* corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele mesmo, a projeção de uma superfície”. Essa afirmação será grandemente valorizada por Lacan em sua teoria a respeito do estádio do espelho, quando, inicialmente, ressalta que a primeira forma do *eu* é obtida a partir do outro, que viabiliza a constituição da imagem corporal.

Em “O Eu e o Isso”, Freud, afirma que o *eu* é uma instância narcísica, que tem como referência a imagem do corpo próprio, e que, de sua superfície originam-se sensações tanto externas quanto internas. Por essa via, considera que as percepções derivam tanto das imagens motoras das palavras, ou seja, dos resíduos de memórias derivadas das palavras ouvidas (representações de palavra), quanto das sensações sentidas no corpo, o que exige que o *eu* estabeleça uma representação para cada percepção (1923, p. 35). Entende que, se existe um *eu* consciente, ele é, sobretudo um *eu* corporal. (FREUD, 1923, p. 40).

Entretanto, além do *isso*, existe outra instância com a qual o *eu* tem que se confrontar - o *supereu* –instância crítica autônoma que se separa do *eu* e que exerce a função de representante do mundo interno, do *isso*. (FREUD, 1923, p. 49). Afirma que o *supereu* tem uma relação bem mais frouxa com a consciência do que o *eu*, fato indicativo de que uma de suas características é a de ser, também, em parte, inconsciente. Herdeiro do complexo de



Édipo, o *supereu* exerce diversas funções: a de auto-observação, a de consciência moral ou sentimento inconsciente de culpa e a de *ideal do eu*. Convém lembrar que considerar o *ideal do eu* como uma função do *supereu* implica assinalar a existência de uma diferença entre ambos.

É importante ter em mente que a noção de *supereu* já havia sido tratada anteriormente nos textos “Sobre o Narcisismo” e “Psicologia de grupo e análise do eu”.

Em “Sobre o narcisismo” Freud já havia introduzido a noção de *ideal do eu* como sendo o resultado de identificações com objetos abandonados. Contudo, afirma que a identificação é uma etapa preliminar da escolha objetal, ou seja, a primeira forma pela qual o *eu* escolhe um objeto e seu desejo de incorporá-lo a si. Podemos considerar aqui a presença de uma referência já ao *supereu*, na medida em que supõe a existência de uma instância especial, que teria a finalidade de vigiar o *eu*, mensurando-o através do ideal. Mais adiante, no texto “Psicologia de grupo e análise do eu” (1921), a identificação aparece como a maneira mais elementar de expressão dos laços emocionais que o sujeito estabelece com os objetos, ao mesmo tempo que determina seu papel no desfecho do complexo de Édipo. Supõe que a experiência da perda do objeto dependa, em maior ou menor medida, dos processos identificatórios e afirma que a primeira identificação é com o pai e que ela antecede qualquer investimento objetal. Já no capítulo III de “O eu e o isso”, Freud (1921, p. 44) esclarece que a identificação com o pai, aparentemente, não é, de início, a consequência ou resultado de um investimento objetal; é antes, uma identificação direta e imediata que se verifica mais cedo do que qualquer investimento objetal. Com Lacan (1960-1961, p. 11), podemos afirmar que a identificação ao pai é uma função operada pela linguagem, pois, na verdade, o sujeito se identifica aos significantes que vêm do Outro. Por essa via, entende-se que o pai a que Freud se refere é um pai simbólico apenas e não um pai real, no sentido estrito do termo.

Freud supõe que uma determinada identificação, fruto do abandono dos investimentos objetais do período edipiano, permanece mantendo uma posição especial em relação ao *eu*, a saber, como um *supereu*, tal como indica:

Podemos dizer que a posição tão especial que o *supereu* ocupa no *eu* - ou com relação ao *eu* - deve-se a dois aspectos: primeiro, o *supereu* é produto da primeira identificação que ocorreu em um momento no qual o *eu* ainda era fraco; segundo, ele é o herdeiro do complexo edipiano; portanto, foi ele quem introduziu os mais grandiosos objetos no *eu*. (FREUD, 1921, p. 61)

O texto mostra que o *supereu* se origina a partir da identificação primária com o pai, razão pela qual conserva por toda a vida a capacidade de se contrapor ao *eu* e dominá-lo.

Freud refere-se ao *supereu* afirmando: “Tal como a criança esteve um dia sob a compulsão de obedecer aos pais, assim o eu se submete ao imperativo categórico do *supereu*” (FREUD, 1921, p. 61).

A dependência do *eu* em relação ao *supereu* se manifesta de maneira evidente a partir de dois aspectos: o primeiro se relaciona ao sentimento inconsciente de culpa que se manifesta na clínica, como resistência ao tratamento, e revela uma das faces da influência exercida pelo *ideal do eu*, que se apresenta através da “necessidade de punição” inconsciente ou masoquismo moral. O outro aspecto revela uma face tirânica no *supereu*, que o vincula à pulsão de morte e que pode ser identificado tanto na neurose obsessiva, quanto na melancolia. Na neurose obsessiva o *supereu* imputa ao *eu* intenções destrutivas para com o objeto, ao mesmo tempo em que o pune severamente por tais intenções. Na melancolia, a crueldade do *supereu* para com o *eu* é expressa através das autoacusações, da autodepreciação e da ambivalência que os sujeitos melancólicos apresentam. Para Freud a ira do *supereu* contra o *eu*, que é identificada na melancolia, revela que um *supereu* não mediado pela palavra, é a fonte de onde se origina toda expressão de agressividade:

... o componente destrutivo entrincheirou-se no *supereu* e voltou-se contra o eu. O que está influenciando agora o *supereu* é, por assim dizer, uma cultura pura da pulsão de morte e, de fato, ela com bastante frequência obtém êxito em impulsionar o eu à morte, se aquele não afasta o seu tirano a tempo, através da mudança para a mania. (FREUD, 1921, p. 65-66)

Quando, em 1920, Freud invoca a noção de compulsão à repetição e a pulsão de morte como forma de explicar a força que conduz à repetição da experiência de sofrimento, deixou de fora a questão de como essa força se origina. A noção de *supereu* desenvolvida no contexto da segunda tópica parece vir complementar as elaborações a respeito da pulsão de morte. Assim, em “O eu e o isso”, o *supereu* aparece como um representante da cultura pura da pulsão de morte, que induz o sujeito à destruição e à agressividade ou ao gozo, tal como indicou Lacan. Freud chega a afirmar que a criminalidade pode ser explicada por essa via.

A tendência masoquista ao sofrimento é vista como sendo a fonte de resistência ao tratamento, uma força que se opõe à cura e mantém o sujeito na doença. Dessa forma, o sentimento inconsciente de culpa e a necessidade inconsciente de punição constituir-se-iam em formas da tensão que se origina entre o *eu* e o *supereu*, e, conseqüentemente, representam a força exercida pela pulsão de morte no psiquismo. Freud admite que a única maneira de tornar a força da pulsão de morte inócua, seria sua fusão com a força exercida por Eros, isto é, com a pulsão de vida. (FREUD, 1921, p. 66-67).

O que se verifica na segunda tópica é que o *eu* encontra-se constantemente em conflito com as pulsões provenientes do *isso*, com as exigências do *supereu*, e com o mundo externo do qual ele é o representante.

Articulado a essa perspectiva, Freud amplia a noção de *eu*, ao lhe atribuir funções que muitas vezes se contrapõem, pois ora ele é capaz de satisfazer as exigências das pulsões, ora se defende contra elas, assumindo, em diferentes contextos, posições antinômicas. (FREUD, 1921, p. 67-68)

As ameaças oriundas do *isso*, do *supereu* e do mundo externo e o temor de ser aniquilado levantam a questão da função defensiva do eu, que é indicada desde as origens da obra freudiana. Freud conclui que o eu, diante do perigo emite um sinal, que é sentido como angústia, e assim afirma que o eu, não só se torna sede da angústia, mas também seu produtor. Em outras palavras, é a angústia do eu que põe em movimento os mecanismos defensivos.<sup>15</sup> O que está em questão é a capacidade do eu em lidar com a magnitude do perigo, ou seja, seu desamparo frente ao perigo. O perigo pulsional contra o qual o eu se defende é o da castração, ou seja, a defesa é sempre defesa contra a angústia de castração. (FREUD, 1921, p. 69-70).

Nos anos que seguiram, a noção de realidade psíquica ganhou um espaço cada vez maior, à medida que Freud se preocupa em delimitar a nosografia da neurose, da psicose e da perversão, especificando as diferenças entre essas estruturas. São as formas utilizadas pelo *eu* no conflito, para se defender da realidade intolerável, que caracterizarão a relação do sujeito com a realidade.

## 2.2 O eu e a questão das defesas

Nosso objetivo, quando discutimos no Capítulo I o texto “Projeto para uma psicologia científica”, foi demonstrar a coerência interna desse texto em relação à metapsicologia freudiana. Sua análise nos permitiu compreender que, para Freud, a defesa é a tendência original do aparelho psíquico, responsável por garantir a sobrevivência do sujeito humano. Vimos que, inicialmente, Freud utilizou os termos defesa e recalque de forma quase que homóloga. Entretanto, será a partir de 1915, com a publicação do texto “O Recalque” (*Die Verdrängung*) que essas questões serão aprofundadas. Veremos que a expressão defesa

<sup>15</sup> Essa questão é retomada mais adiante, em nossa análise a respeito dos mecanismos de defesas do *eu*.

(*Abwehr*) passará a designar todas as técnicas de que o *eu* se serve para manter afastado tudo que possa colocar em risco sua integridade e o termo recalque será delimitado como o mecanismo defensivo específico da neurose.

Neste tópico abordaremos as formas de defesa utilizadas pelo *eu* na neurose, na psicose e na perversão, respectivamente, *Verdrängung*, *Verneinung*, *Verwerfung* e *Verleugnung*. Consideramos que cada um desses termos designa diferentes maneiras de negação da realidade da castração por parte do eu, e que eles possuem sentidos e conotações bastante diversos na obra de Freud, que devem ser levados em consideração no decorrer de nossa apresentação.

### 2.2.1 *Verdrängung* (Recalque)

A teoria do recalque é a pedra angular sobre a qual repousa todo o edifício da psicanálise.

*Freud, 1914, p. 26*

A declaração do mestre vienense evidencia a importância da construção da noção de recalque para a psicanálise. Seu surgimento histórico foi destacado por nós no início deste trabalho, quando acentuamos que sua descoberta foi uma consequência do encontro com o fenômeno clínico da resistência, bem como da superação da teoria do trauma. No entanto, o recalque só será efetivamente teorizado por Freud em dois textos: “O recalque”, publicado em 1915, e em “Inibições, sintomas e angústia”, publicado em 1926, no qual apresenta as elaborações finais a respeito do conceito.

No artigo “O recalque”, Freud (1915, p. 178) retoma a questão das relações entre a representação e o afeto, no intuito de mostrar que o processo de recalque comporta dois tempos: o recalque originário e o recalque propriamente dito. Define o recalque como um processo, cuja meta é manter no inconsciente as representações ligadas às pulsões (desejo), e a condição para que ele ocorra “é que a força que causa o desprazer se torne mais poderosa do que aquela que produz a partir da satisfação pulsional, o prazer.” A afirmação freudiana nos leva a pensar que, possivelmente, a razão do recalque esteja no fato de que a representação se mostre como sendo perigosa ao eu. Assim, manter a representação afastada

da consciência seria uma atitude do eu contra o desprazer que ela poderia causar. Vejamos o que diz Freud (1915, p. 152):

A experiência com as neuroses de transferência obriga-nos ainda a concluir que o recalque não é um mecanismo de defesa já presente desde a origem, que ele nem sequer pode surgir antes de que uma nítida separação se tenha estabelecido entre a atividade psíquica consciente e inconsciente, e que *sua essência consiste apenas na ação de repelir algo para fora do consciente e de mantê-lo afastado deste*.

A afirmação freudiana indica que existe uma correlação entre o recalque e o próprio surgimento do inconsciente. O que o texto evidencia é que a clivagem do psiquismo entre sistema consciente e sistema inconsciente tem sua origem na admissão de algo e seu posterior afastamento. A atitude defensiva empreendida pelo eu consiste em isolar e, ao mesmo tempo, impedir que a representação tenha acesso à consciência. Com isso, Freud levanta a hipótese da existência de um recalque originário, que comporia o próprio núcleo original do inconsciente, cuja função consistiria em uma ação na qual o representante ideativo da pulsão, ou seja, o desejo, é interditado, não sendo, portanto, admitido na consciência. Essa forma de recalque estabelece uma fixação, capaz de manter inalteradas as representações de desejo que enlaçam a pulsão, ao mesmo tempo em que, na condição de polo de atração, continua a exercer uma pressão em busca de satisfação (FREUD, 1915, p. 153).

Com Freud podemos pensar que o momento de constituição do recalque originário coincide com o da formação da fantasia fundamental, como princípio regulador da realidade psíquica no sujeito humano. A fantasia fundamental, em última instância é o que o sustenta a realidade do sujeito, na medida em que funciona como uma proteção contra a angústia de castração. Por outro lado, com Lacan vemos que a constituição do recalque originário na neurose funciona como um corte, que separa o sujeito mítico do gozo do sujeito do desejo, sendo que é esta operação que instaura - a partir da fixação na fantasia fundamental - a realidade psíquica. A fantasia seria, portanto, o efeito de uma perda de gozo por parte do sujeito e sua função é ser o suporte para o desejo inconsciente (JORGE, 2010, p. 240).

Voltando ao texto freudiano, veremos que a segunda etapa do recalque ou o recalque propriamente dito, é um processo que opera a partir da clivagem do psiquismo, cuja função seria impedir que certas representações derivadas do conteúdo recalcado (representações de desejo) tenham acesso aos sistemas pré-consciente/consciente. A questão é que o recalque apenas isola o representante ideativo, isto é, ele continua existindo e, por isso, funciona como uma força de atração, o que exige que um contra investimento seja feito pelo eu, no sentido de manter a defesa atuante.

Entretanto, a indestrutibilidade dos conteúdos inconscientes já havia sido reconhecida por Freud em seus primeiros textos psicanalíticos, ao admitir o fato de que os sintomas se explicam por um retorno do reprimido. Em “O recalque”, afirma que o recalque e o retorno do reprimido são a mesma coisa, destacando que o retorno do reprimido evidencia a pressão constante que é exercida pela pulsão quando algum acontecimento evoca o material reprimido. A partir dessas elaborações, chega à conclusão de que o sintoma teria como causa uma falha no processo de recalque. O sintoma<sup>16</sup> passa a ser entendido como a expressão desses desejos imperiosos que retornam, mas que não são admitidos na consciência. Com isso, podemos inferir que o reprimido se exprime de maneira articulada através da formação dos sintomas, o que torna evidente a precariedade da assimilação da realidade pelo sujeito humano.

Outro fato destacado no texto referido é que, paralelamente à representação, há um outro elemento que também representa a pulsão, isto é, o afeto. O afeto é um correspondente da pulsão que se desprende da representação, ficando à deriva, ou seja, sem ligação. Em outros termos, o afeto provoca uma tensão no sujeito, devido ao excesso de excitação, que nada mais é do que a insistência do desejo em busca de satisfação. Freud destaca que o afeto é um dos representantes da pulsão, ou seja, aquilo que a representação não pode representar, senão como uma quantidade que se desloca. Tal quantidade é a angústia, uma sensação com enorme carga de desprazer que acomete o sujeito. (FREUD, 1915, p. 158). O recalque, portanto, incide apenas sobre as representações ideativas de desejo, não tendo qualquer efeito sobre o aspecto quantitativo da pulsão.

Em 1926, a propósito de sua investigação sobre a angústia, Freud desenvolverá sua articulação final a respeito do recalque. É notório que a questão da angústia sempre foi alvo de suas atenções, fato que o levou a estabelecer duas teorias sobre esse afeto. A primeira teoria da angústia é fundamentada essencialmente no ponto de vista econômico, ou seja, uma grande quantidade de energia sexual (excesso de excitação) que invade o sujeito e que encontra impedimentos para sua descarga. Nesse momento, Freud entendia que o recalque seria aquilo que causaria a angústia. (FREUD, 1895).

A segunda teoria, anunciada com a publicação do artigo “Inibições, sintomas e angústia”, marca uma mudança radical na concepção freudiana da angústia e na própria constituição das neuroses. Nesse artigo passa a defini-la como causa e não como consequência do recalque, ao mesmo tempo que faz uma distinção entre o aparecimento

---

<sup>16</sup> O sintoma juntamente com os chistes, os atos falhos e os sonhos compõem o que Lacan classificou como sendo as formações do inconsciente.

automático da angústia e o sinal de angústia, tendo como referência o desamparo original. Para Freud, então, a angústia “é reproduzida como um estado afetivo de conformidade com uma imagem mnêmica já existente”, que se relaciona com as primeiras “experiências traumáticas originais”, quando ainda não havia se estruturado um eu (FREUD, 1926, p. 97).

Articulado a essa perspectiva, afirma que o sintoma surge em consequência do recalque e como um substituto da satisfação pulsional, ou seja, como consequência do desejo não satisfeito. Dessa forma, o sintoma é uma formação de compromisso (mecanismo psíquico) cujo objetivo seria o de evitar o surgimento da angústia. Freud traça o caminho da formação dos sintomas como uma tentativa (forma) de evitação da angústia na fobia, na histeria e na neurose obsessiva. Na fobia, também, chamada de histeria de angústia, o representante pulsional que foi alvo do recalque se liga a uma ideia substitutiva que, por sua vez, passa a provocar o surgimento da angústia. A fobia mostra que o comportamento de evitação (medo) em relação a essa ideia surge como um modo de proteção para o sujeito. Já na histeria de conversão, a cota libidinal é substituída por sintomas conversivos, tais como as paralisias motoras, contraturas ou descargas involuntárias, dores e alucinações. A manutenção desses sintomas seria a forma mais eficaz de evitar a angústia (FREUD, 1926, p. 113). Na neurose obsessiva os sintomas são: evitações, precauções, proibições e expiações, sendo que estes surgem como substitutos da moção pulsional recalcada e tem, assim como na fobia e na histeria, a função de controlar o surgimento da angústia. (FREUD, 1926, p. 114).

É importante lembrar que as questões tratadas por Freud nesse artigo se apresentam na medida em que este conclui que o eu é a sede real da angústia e que, por isso, esse afeto se inscreve como algo a ser evitado pelo sujeito, devido ao caráter de enorme desprazer que é sentido. A angústia de castração seria, em tal contexto, o fator que coloca em ação as defesas do eu.

Ao usar o caso do pequeno Hans (1909) para ratificar sua tese, Freud (1926, p. 109). mostra como o recalque incide sobre os impulsos pulsionais edipianos na tentativa de aplacar o desejo. A angústia emerge, pois, como um sinal diante do perigo da castração. A angústia é “angústia de castração” o que o leva a concluir que é ela que produz o recalque e não o contrário, como pensava até então.

Ainda nesse artigo, considerará o desamparo biológico vivido pelo bebê, no momento do nascimento, como o modelo da experiência da angústia. É a separação do bebê do corpo da mãe, com o excesso de excitações advindas do mundo exterior e a incapacidade de simbolização desta experiência, que levaria a um estado de desamparo que, em sua opinião, serviria de protótipo da primeira experiência de angústia vivida pelo ser humano.

Posteriormente, as experiências de angústia funcionariam como uma sinalização da possibilidade de retorno da experiência de desamparo do sujeito, um sinal de perigo, cujo protótipo é o trauma do nascimento. Freud assinala, como um importante momento da constituição do sujeito, a passagem da angústia automática para a angústia sinal. É interessante considerar que essa passagem dependeria da estruturação do narcisismo e, conseqüentemente, do nascimento do eu, pois é este que emite o “sinal” que permitiria ao sujeito um preparo diante daquilo que poderia vir a ser traumático. Dessa forma, o eu repetiria ativamente algo vivido de maneira passiva nas origens do sujeito.

A partir desse momento, o perigo passa a ser a perda do objeto, ou seja, a perda de uma imagem primária que, no início da vida, representa aquele que atende às necessidades da criança, impedindo a repetição da situação de desamparo originário.

Freud acentua que a significação da “perda do objeto” se estende para outras situações e se torna determinante das posteriores experiências de angústia vividas pela criança. Posteriormente, o perigo é transposto para o medo da perda de um objeto muito valioso (o órgão genital), transformando a angústia em angústia de castração. (FREUD, 1926, p. 137).

A travessia da angústia de castração pelo sujeito se viabiliza quando há possibilidade de simbolização da falta do objeto, fato que, segundo Leite (2011), não acontece na psicose. Na psicose o que ocorre é um encontro avassalador com o real, ou seja, com a situação traumática, o que indica que, na psicose, a angústia é de outra ordem, isto é, não é sinal ou signo, mas sim um encontro imediato e avassalador com o real.

Freud (1926, p. 140-141). chega à conclusão de que cada etapa da vida possui um determinante da angústia, porém considera que é a “angústia de castração [a] única força motora dos processos defensivos que conduzem a neurose”.

As experiências traumáticas originais marcam o aparecimento da angústia automática ou real, sendo que, posteriormente, o aparecimento da angústia sinal, assinalaria o perigo de reviver essas experiências, uma espécie de preparo, para que o eu possa se defender do perigo eminente. Aqui, evidencia-se a importância da constituição do eu em suas relações com a angústia. A angústia, na segunda teoria, põe em destaque o que Lacan nomeia de real, isto é, a presença de um excesso pulsional irreduzível e impossível que exige a simbolização.

A questão da noção da função defensiva do eu, indicada desde as origens da obra freudiana, se esclarece nesse momento, ao delinear que a defesa utilizada é sempre defesa contra a angústia de castração. O perigo pulsional contra o qual o eu se defende é o da castração, que nada mais é senão a revivência do desamparo. Por isso, sendo a angústia a presentificação de um excesso, é contra ela que o eu se defende. Nesse sentido é que Freud



considera que o recalque do desejo e as formações substitutivas presentes na neurose são, na verdade, defesas erigidas pelo eu contra a angústia. Para Freud o termo defesa designa todas as técnicas de que o eu se serve nos conflitos, sendo que o recalque é o método de defesa específico da neurose.

As descobertas freudianas a respeito da angústia acontecem como consequência de sua prática clínica no atendimento a sujeitos neuróticos. O que Freud nos esclarece é que, nas origens do sujeito, está a angústia automática ou real, que desencadeia a instauração do recalque originário, linha divisória entre as estruturas neurótica e psicótica (LEITE, 2011).

A perspectiva freudiana sobre a angústia traz à baila a necessidade de que, nos momentos de revivência da experiência do desamparo, quando a imagem do objeto se ausenta, um trabalho de elaboração psíquica seja realizado pelo sujeito. É tal perspectiva que torna a noção de realidade tão complexa no campo psicanalítico. De fato, como afirma Freud, a realidade é, em si mesma, incognoscível, por isso o posicionamento do sujeito no mundo depende do encontro com o Outro, para que algo da ordem de uma realidade psíquica se constitua. Entende-se que as referências identificatórias constituídas no início da vida é que permitem o recobrimento da falta, que se presentifica quando a experiência do desamparo é revivida pelo sujeito. Segundo especifica Freud (1926, p. 54-55), quando as referências falham, ou seja, quando falta a imagem mnêmica do objeto, é que a angústia se apresenta, causando um desmoronamento da imagem corporal. A angústia, em Freud, revela o real da divisão constitutiva do sujeito, da ausência da imagem de um objeto absoluto do desejo e sua incompletude. Por outro lado, a função da angústia é sinalizar para o sujeito a existência de um perigo relacionado ao desejo inconsciente, que insiste em buscar satisfação. Só depois de superada a angústia é que o sujeito tem a possibilidade de aceder ao seu desejo.

Por sua vez, Lacan relacionará a emergência da angústia com a onipresença do objeto, excesso que invade o sujeito. Mas, então, que objeto é esse indicado por Lacan? Como considera Leite, o objeto da angústia, em Lacan — objeto *a* — é o momento do encontro com o enigma do desejo do Outro, exatamente quando se ausenta a imagem do objeto amado — momento de quebra do imaginário — e, conseqüentemente, da imagem própria. A autora destaca que é no texto freudiano de 1933, que o encontramos, expresso, da seguinte maneira: “(...) o que é temido, o que é o objeto da angústia é invariavelmente a emergência de um momento traumático — que prima pela ausência da imagem amada — que não pode ser liquidado seguindo as normas do princípio de prazer”. (FREUD, 1933, p. 118) O que em Lacan, portanto, se denomina de objeto *a*, aquilo que não se nomeia, em Freud se explicita como sendo algo de ordem econômica, ou seja, um excesso que o sujeito não é capaz de

simbolizar e que a presença dos traços do objeto amado permitiria recobrir.

#### 2.2.1.1 *Die Verneinung* (A denegação)

Encontramos no texto freudiano “A negativa” (*Die Verneinung*), publicado em 1925 e retomado em outra ocasião por Lacan, uma das mais densas elaborações a respeito da questão da constituição da realidade. Apesar de ser um texto curto, é de extrema importância, pois Freud levanta uma discussão que concerne ao próprio campo filosófico, ao mesmo tempo que traz uma contribuição do campo psicanalítico, para a discussão a respeito da origem do pensamento.

Freud examina a origem da função do juízo, destacando as condições necessárias a partir das quais se torna possível a existência do sujeito humano no mundo. Em última instância, é em torno da questão da estruturação psíquica do sujeito que o texto gira. Tomando alguns exemplos de negação<sup>17</sup> que ocorrem na clínica, o autor afirma que a negação é um modo de tomar conhecimento do recalcado em um plano intelectual. Seria uma suspensão (*Aufhebung*) do recalque e não sua aceitação, pois o essencial do recalque permanece intocado. Entende-se, portanto, que será no plano da enunciação que a divisão radical que funda o sujeito, se revelará.

O texto leva à conclusão de que a constituição da realidade para o sujeito se dá a partir de uma operação simultânea, em que há a inscrição de um primeiro dentro que corresponde à operação da afirmação (*Bejahung*) e à expulsão (*Ausstossung*) de tudo que é experimentado como desprazeroso. A denegação (*Verneinung*) seria a sucessora da expulsão estando, portanto ligada à pulsão de morte. O que é proposto é uma hipótese sobre a constituição do psiquismo e, conseqüentemente, da realidade, a partir de dois juízos: de atribuição e de existência.

Fica evidente que, tanto o recalque quanto a negação, são operações que pressupõem que algo foi representado, isto é, afirmado, na esfera psíquica. Primeiro é necessário afirmar, inscrever algo, para, em seguida, negá-lo. Como vimos anteriormente, o recalque é a separação da ideia em relação ao afeto. Na negação, a suspensão do recalque opera apenas em

<sup>17</sup> “Agora o Sr. deve estar pensando que eu queria dizer algo ofensivo, mas realmente **não** é essa minha intenção.” “(...) O senhor me pergunta quem poderia ser essa pessoa no meu sonho. *Não* é minha mãe”. E nós corrigimos: Portanto, é sua mãe”. Idem pg. 147 (grifo nosso).

relação ao que impede que o conteúdo da ideia alcance a consciência, por isso, há uma admissão intelectual do recalcado, mas o afeto não se articula (FREUD, 1924, p. 148).

Freud destaca que os atos de confirmar (*bejahen*) ou negar (*verneinen*) o conteúdo dos pensamentos, correspondem à função psíquica de emitir juízos. Afirma que:

Negar (*verneinen*) algo basicamente quer dizer: “Isto eu prefiro recalcar”. A atitude de condenar algo nada mais é do que um substituto intelectual do recalque e o “não” é sua marca, um certificado de origem, com se fosse um “*made in Germany*”. Por meio do símbolo da negativa o pensar liberta-se das restrições do recalque e se acrescenta de conteúdos dos quais não podia prescindir na sua atividade. (FREUD, 1924, p. 148)

Em seguida, postula que a função do juízo está relacionada com duas espécies de decisões: atribuir ou não atribuir uma propriedade a uma coisa, isto é, quando se confere um atributo de bom ou mau para o objeto, e admitir ou impugnar a existência de uma representação (*Vorstellung*) na realidade. No juízo de atribuição vemos que o *eu-prazer* originário deseja introjetar o que é bom ou prazeroso e colocar para fora tudo o que é mau. Freud afirma que, inicialmente, não há diferença entre o que é mau e o que se situa fora do eu. O bom é o que está dentro e o mau é o que se situa fora.

A partir do juízo de atribuição é que se pode, então, pôr em ação o juízo de existência, que consiste em verificar se a representação psíquica de uma coisa existe ou não na realidade. Freud assevera que o juízo de existência não indica se uma percepção será ou não admitida ao *eu*, mas sim se existe uma representação no *eu*, que corresponda àquilo que é reencontrado a partir da percepção, ou seja, na realidade externa. Isto é o que Freud chamou de teste de realidade. O juízo de existência, portanto, “é uma questão de interesse do eu-real-definitivo, que se origina e se desenvolve a partir do eu-prazer inicial”. (FREUD, 1924, p. 149). Um fato a ser destacado é que a existência da representação já é, desde o início, a garantia da realidade do representado.

É importante lembrar que a oposição entre subjetivo e objetivo não existe desde o início e que, para que ela se estabeleça, é necessário o reencontro com os traços do objeto que outrora foi perdido. O pensar possui a capacidade de novamente presentificar, através da imaginação, algo que foi percebido. Assim, não se trata de encontrar o mesmo objeto, mas algo que corresponda à representação do objeto, que foi perdido nas origens. O reencontro do objeto é, na verdade, o reencontro com as marcas de prazer representadas a partir da primeira experiência de satisfação, que possibilitam o surgimento do desejo. Entretanto, a satisfação

obtida a partir desse reencontro é sempre parcial, o que significa dizer que ele estará sempre fadado ao fracasso.<sup>18</sup>

Outra faculdade do pensar que contribui para a diferenciação entre subjetivo e objetivo é o fato de que a representação mental do objeto passa por deformações e que, por isso, nem sempre corresponde ao esperado. Neste mesmo sentido, com Freud, podemos pensar que aquilo que é recolhido do objeto corresponde apenas a um traço, um fragmento, que se torna o representante da coisa e não a coisa em si.

A função intelectual do julgar tem, por outro lado, grande importância no controle da ação motora exercida pelo eu. Freud entende que o pensamento serve como um tempo necessário para que o eu faça o reconhecimento do objeto e assim decida se deve ou não pôr um fim ao adiamento da descarga. Assim, a função intelectual conduz do pensamento à ação.

Por fim, conclui que a afirmação e a negação correspondem aos dois pólos pulsionais que regem o psiquismo humano. A afirmação (*Bejahung*) como um elemento de afirmação está ligada a Eros, que corresponde à pulsão de vida, e a negativa (*Verneinung*) corresponde à própria ação da pulsão de morte, cuja tendência é a de expulsar, desligar-se, manter afastado tudo o que possa causar desprazer.

O texto “A negativa” revela que a constituição da realidade para o sujeito se dá a partir de uma operação simultânea, em que há a inscrição de um primeiro dentro que corresponde à operação da afirmação (*Bejahung*) e a expulsão (*Ausstossung*) de tudo que é experimentado como desprazeroso. A negativa (*Verneinung*) seria a sucessora da expulsão estando, portanto, ligada à pulsão de morte. O que é proposto no texto é uma hipótese a respeito da constituição do psiquismo e, conseqüentemente, da realidade, a partir de dois juízos: atribuição e existência. Freud conclui que, para que algo que é da ordem da realidade se constitua para o sujeito, é necessário que haja uma expulsão primária, que nada mais é que a assimilação, pelo aparelho psíquico, da impossibilidade de obter a satisfação total do desejo. Para que o eu seja capaz de exercer a função do juízo de existência, isto é, do teste de realidade, é necessário que o símbolo da negativa tenha sido criado nos primórdios da constituição do psiquismo. A criação do símbolo da negativa é, portanto, aquilo que possibilita um posicionamento do sujeito no mundo. Um fato que fica evidente no texto é que, tanto o juízo de atribuição, quanto o juízo de existência são operações agenciadas sob o domínio do princípio do prazer, e revelam sua tendência unificadora.

---

<sup>18</sup> Lacan retoma essa questão no Seminário 7 – A ética da psicanálise, para mostrar que a análise se dirige para algo que é da ordem do real e não do ideal.

A negativa põe em evidência a existência de uma linha divisória entre as estruturas neurótica e psicótica. A admissão de algo seguido de sua expulsão seria o que caracteriza a estrutura neurótica. Por outro lado, quando não acontece a expulsão (*Ausstossung*) originária, o que se instala é o negativismo, que segundo Freud, é característico da psicose. O negativismo é um sinal de que houve a retirada dos componentes libidinais, ou seja, de que houve a desfusão e separação das pulsões (FREUD, 1924, p. 150). Enquanto que o negar ocorre no nível do pensamento, o negativismo corresponde a uma atitude em que o próprio ser do sujeito é negado, ou seja, não há a afirmação de algo pelo seu contrário. Enquanto que o negar evidencia a possibilidade para que aquilo que é impossível de ser admitido pelo psiquismo seja representado, a negatividade aponta justamente para a impossibilidade de que a representação ocorra. No próximo tópico, retomaremos a questão da negativa, destacando a contribuição de Lacan para essa discussão.

### 2.2.2 Verwerfung (Rejeição)

Um fato importante que precisa ser lembrado neste momento de nossa pesquisa é que a noção de defesa, em Freud, encontra-se intimamente vinculada à teoria da castração. Para ele, a defesa se refere sempre à realidade incognoscível, que se presentifica a partir do complexo de castração.

No decorrer da obra freudiana vamos identificar diversos termos utilizados por esse autor para se referir às mais variadas formas de defesa utilizadas pelo eu para fazer frente à angústia de castração. Propôs o termo *Verdrängung*, para se referir ao mecanismo pelo qual o eu, através do esquecimento, torna inconsciente a representação insuportável; *Verneinung*, para designar o mecanismo pelo qual o recalcado é reconhecido na forma de uma negação pelo sujeito; *Verleugnung*, para caracterizar a recusa por parte do sujeito em reconhecer a realidade de uma percepção negativa, como por exemplo, a ausência de pênis na mulher. Os dois primeiros termos são utilizados em relação à neurose e o segundo em relação à perversão.

Entretanto, no que se refere ao mecanismo de defesa próprio da psicose, verificamos que Freud, no decorrer de sua obra, lança mão de vários termos para designar a atitude do psicótico em relação à representação insuportável. *Ablehnen*, *Aufheben*, *Verleugnen* e *Verwerfung* são expressões que Laplanche & Pontalis identificam na obra freudiana em

diferentes momentos em que este autor tenta caracterizar o mecanismo defensivo próprio da psicose. Cada um desses termos designa uma ação, no sentido de afastar, suprimir, recusar, renegar ou rejeitar uma realidade que é apreendida como sendo insuportável pelo eu (LAPLANCHE; PONTALIS, 2008, p. 195-196).

Lacan evoca o termo freudiano *Verwerfung* (rejeição), no final da década de 1940, para designar o mecanismo defensivo próprio das psicoses e, posteriormente, propõe o termo francês *forclusion* como seu equivalente. O sentido do termo salientado por Lacan encontra-se confirmado em diversos textos freudianos, dentre os quais se destaca o artigo “As psiconeuroses de defesa” em que o utiliza a propósito da psicose. Nesse artigo Freud (1894, p. 64) declara que na psicose existe “uma espécie de defesa muito mais enérgica e muito mais eficaz que consiste no fato de que o eu rejeita (*Verwirft*) a representação insuportável e ao mesmo tempo o seu afeto, e se conduz como se a representação nunca tivesse chegado ao eu.”

Ao investigar a questão do mecanismo defensivo utilizado pelo eu na psicose nos deparamos com o fato de que Freud, muitas vezes, utilizava o recalque a propósito da psicose, revelando uma ambiguidade que pode levar a um engano teórico com muitas consequências. A esse respeito Laplanche e Pontalis observam que tal fato se deve à existência de uma exigência em Freud: a de definir o mecanismo de defesa específico da psicose. É digno de nota que ele, durante essa busca, nunca se afastou de sua linha de pensamento, isto é, de que na psicose há uma rejeição radical da realidade. Em vários momentos utiliza as expressões “desinvestimento da realidade” e “perda da realidade” para designar o mecanismo primário de separação e rejeição para o exterior da “percepção” insuportável (LAPLANCHE; PONTALIS, 2008, p. 196).

Vejamos algumas passagens em que Freud utiliza o termo *Verwerfung* em sua obra, na tentativa de delimitar a atitude do *eu* frente à percepção de uma realidade indesejável:

**1893** – “As neuropsicoses de defesa” – Freud utiliza o termo *Verwerfung* a propósito da psicose: “Existe uma espécie de defesa muito mais enérgica e muito mais eficaz que consiste no fato de que o eu rejeita (*Verwirft*) a representação insuportável e ao mesmo tempo o seu afeto, e se conduz como se a representação nunca tivesse chegado ao eu.” (FREUD, 1894, p. 64).

**1900** – “A interpretação dos sonhos” – em relação ao mecanismo do esquecimento: “Assim, quando uma cadeia de pensamentos é inicialmente rejeitada (*Verwerfung*) (conscientemente, talvez) pelo julgamento de que é errada ou inútil para o fim intelectual imediato em vista, o resultado pode ser que essa cadeia de pensamentos prossiga, inobservada pela consciência, até o início do sonho.” (FREUD, 1900, p. 620)

**1914** – “A história de uma neurose infantil” (O homem dos lobos) – Freud evoca os termos *verwerfen* e *Verwerfung* para evocar a existência no sujeito de diversas atitudes para com a castração: “Afinal seriam encontradas nele, lado a lado, duas correntes contrárias, das quais uma abominava a ideia da castração, ao passo que a outra estava preparada para aceitá-la e consolar-se com a feminilidade, como uma compensação. Para além de qualquer dúvida, porém, uma terceira corrente, a mais antiga e profunda, a qual simplesmente rejeitava (*verworfen*) a castração, nem sequer levantaria a questão da realidade da castração, era ainda capaz de entrar em atividade.” (FREUD, 1917, p. 93).

**1915** – “O recalque” – nesse artigo Freud introduz a noção de *Verwerfung* para se referir à desaprovação ou condenação por parte do eu, de uma moção pulsional: “Em certas condições, que logo investigaremos mais detidamente, o impulso passa então para o estado de “recalque” [*Verdrängung*]. Se o que estava em questão era o funcionamento de um estímulo externo, obviamente se deveria adotar a fuga como método apropriado; para a pulsão, a fuga não tem qualquer valia, pois o *eu* não pode escapar de si próprio. Em dado período ulterior, se verificará que a rejeição (*Verwerfung*) baseada no julgamento (condenação) constituirá um bom método a ser adotado com uma pulsão. O recalque é uma etapa preliminar da condenação, algo entre a fuga e a condenação; trata-se de um conceito que não poderia ter sido formulado antes da época dos estudos psicanalíticos.” (FREUD, 1915, p. 151).

**1925** – “A denegação” – em relação com o processo primário que compreende duas operações complementares, a introdução no sujeito do que é prazeroso e a expulsão para fora do sujeito do que é desprazeroso: “ Como demonstrei em outro lugar, o eu-prazer original deseja introjetar para dentro de si tudo o que é bom, e ejetar (*werfen*) de si tudo quanto é mau. Aquilo que é mau, que é estranho ao eu, e aquilo que é externo são para começar idênticos.”

Como visto, o termo *Verwerfung* foi utilizado por Freud em acepções bastante variadas, designando algumas vezes uma recusa que pode operar na forma do recalque, outras vezes no sentido de uma rejeição sob a forma de um juízo consciente de condenação e, por fim, no sentido destacado por Lacan, designando uma forma de defesa radical, em que o sujeito rejeita a representação insuportável e passa a se comportar como se ela jamais tivesse existido.

Será no relato do “Homem dos Lobos” que Lacan se apoiará para promover a noção de *forclusion*, como mecanismo defensivo próprio da psicose. Lacan localizará no relato desse caso clínico os diversos momentos em que as expressões *verwerfen* e *Verwerfung* são utilizadas para evocar a atitude do sujeito em relação à castração.

Sergei Constantinovitch Pankejeff era o verdadeiro nome do paciente de Freud, que

ficou conhecido como “Homem dos lobos”. Apesar de ter procurado Freud já na idade adulta, é possível verificar que Freud ao escrever sobre o caso, concentrou-se na descrição da neurose infantil, tendo como foco as lembranças das experiências que o paciente vivenciara na infância.

No desenvolvimento do referido caso, Freud mostra como a cena primitiva, ou seja, a visão do coito dos pais quando contava apenas com um ano e meio de idade, só recebe seu sentido e sua interpretação *a posteriori*. A questão é que no momento da experiência traumática o sujeito, com apenas um ano e meio, era incapaz de elaborar, sob a forma de uma teoria da castração, a percepção da ausência do pênis na mãe. Freud entende que o paciente adota uma atitude de rejeição em relação à percepção da castração:

Já tomamos conhecimento da atitude que o nosso paciente adotou, de início, em relação ao problema da castração. Rejeitava (*verwarf*) a castração e apegava-se à sua teoria de relação sexual pelo ânus. Quando digo que ele havia rejeitado, o primeiro significado da frase é o de que ele não teria nada a ver com a castração, no sentido de recalá-la. Isso não implicava, na verdade, em julgamento sobre a questão da sua existência, pois era como se não existisse (FREUD, 1917, p. 92).

É importante lembrar que essa cena primária, longe de ser uma lembrança do sujeito, foi reconstruída a partir do sonho dos lobos. Pankejeff relata a Freud um sonho que havia tido quando contava com apenas quatro anos de idade: ele estava deitado em sua cama quando uma janela se abre e ele vê lobos brancos sentados em uma grande nogueira. No decorrer do tratamento Freud faz uma complexa e detalhada análise desse sonho até chegar à interpretação de que o sonho indicava uma cena sexual primária em que os olhos do paciente, à semelhança da janela, tinham se aberto para alguma coisa. Tratava-se da cena do *coitus a tergo* entre seus pais. A construção cuidadosa de Freud em torno desse caso mostra seu interesse em delimitar a questão do trauma e o modo como este podia ser revivido e reinterpretado em uma dada cena posterior. O sonho evidenciou a existência da castração que ele havia rejeitado, ou seja, para ser objeto sexual do pai, ele teria que ser uma mulher. Segundo Freud, esse choque foi o que promoveu uma mudança em seu comportamento.

A interpretação que Lacan faz desse mesmo caso será fundamental para o desenvolvimento da noção de *forclusion* (foraclusão) ao mesmo tempo que nos permite entender que, na verdade, a castração é um processo simbólico que se refere à organização fálica do sujeito, e que também corresponde à incapacidade de se obter do Outro a garantia de gozo. Não se trata, portanto, de um processo que opera no nível da realidade concreta.

Em outro momento, Lacan tomará o texto freudiano “A denegação” (*Die Verneinung*)



para relacionar a forclusão ao processo primário, isto é, às duas operações que ele compreende: a introdução para dentro do eu do que é bom, e a expulsão para fora do eu do que é mau operações estas que se produzem segundo as normas do princípio de prazer. A primeira dessas operações, a *Bejahung* (afirmação) tal como Freud a define, indicaria a afirmação primária de um conteúdo e sua introjeção no eu, o que Lacan nomeia de simbolização. A segunda operação, a *Austossung* (expulsão) é responsável por constituir o real, na medida em que subsiste fora da simbolização.

Lacan (1954, p.388) sublinha que a forclusão consiste na não simbolização da castração. Dito de outro modo é como que se o eu operasse uma abolição simbólica da castração. Isso nos faz pensar que a rejeição que o termo *Verwerfung* designará encontrará suas raízes na ausência de simbolização da castração.

A *Verwerfung*, portanto, se articula como a ausência da *Bejahung* o que, em última instância, possibilitaria a operação do juízo de atribuição indispensável para a aplicação da *Verneinung*. Tal como visto anteriormente, a *Verneinung* tem a função de indicar a existência de um significante que ela mesma anula, ao passo que a *Verwerfung* será definida por Lacan como a forclusão do significante que é chamado por ele de Nome-do-Pai. A psicose será então entendida como a emergência, na realidade, de uma significação enorme que não se parece com nada, posto que jamais havia sido simbolizada, mas que pode, em certas condições, “ameaçar todo o edifício”. (LACAN, 1955-1956, p. 102).

A propósito da distinção entre neurose e psicose, Freud, no texto “A perda da realidade na neurose e na psicose”, delimita como cada uma dessas estruturas se relaciona com a realidade insuportável. Para esse autor existe uma impossibilidade de acesso direto à realidade, pois algo ali sempre se perde. Com isso, considera que mais do que a perda da realidade, o que interessa seria delinear de que forma o sujeito substitui a realidade.

Como visto, a neurose resulta da simbolização primordial do significante da castração, razão pela qual, como estrutura psíquica, ela subentende a possibilidade de realizar um trabalho psíquico quando do encontro com a impossibilidade de satisfação absoluta do desejo. No texto referido, Freud sublinha que nessa estrutura, é a fantasia que tem a função de recobrir o real da inexistência de um objeto absoluto de satisfação, possibilitando alguma forma de prazer parcial. Na psicose, entretanto, evidencia-se um fracasso do eu em lançar mão dos signos de realidade, com os quais o sujeito possa se identificar e que permitem um posicionamento no mundo. No momento do desencadeamento da psicose, o que falha é a capacidade do eu em exercer o juízo de existência, sendo que tal fracasso se deve à ausência da afirmação primordial do significante da falta, como diria Lacan. É por isso que, em algum

momento do percurso do sujeito, um acontecimento inesperado que exigiria a simbolização, pode desencadear a psicose.

A psicose se caracteriza primeiro pela *Verwerfung* (rejeição) da realidade insuportável, e a seguir pela forma como o eu tenta reparar o dano causado a partir da reconfiguração da realidade. Freud escreve que a reconfiguração da realidade é efetuada a partir dos “precipitados psíquicos de antigas relações com ela – isto é, sobre os traços de memória, as ideias e os julgamentos anteriormente derivados da realidade, através dos quais a realidade foi representada na mente.” (FREUD, 1924, p. 207) Considera que essas percepções estão sempre se modificando; assim, para a psicose, coloca-se a tarefa de providenciar percepções que estejam em sintonia com a nova realidade, o que é conseguido de forma radical através do delírio.

O delírio, por sua vez, é um trabalho psíquico que permite o recobrimento daquilo que é impossível na realidade. Freud distingue delírio e psicose, indicando que o primeiro não é a psicose, mas sim uma tentativa de restauração dos investimentos da libido nos objetos, o que significa considerá-lo uma tentativa de cura. Em outras palavras, o psicótico, através do trabalho do delírio, reconstrói seu universo para que nele possa viver novamente.

### 2.2.3 *Verleugnung* (Desmentido)

No artigo “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) Freud defende a tese de que a sexualidade infantil é “perverso-polimorfa”, e, com isso, ele inscreve o processo sexual perverso no desenvolvimento normal da sexualidade. Por outro lado, o autor argumenta que “A neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão”, demarcando com esse postulado, um ponto de distinção entre neurose e perversão. (FREUD, 1905, p. 157).

Posteriormente, em “Pulsões e destinos da pulsão” (1915), afirma que dois destinos da pulsão, a “inversão em seu oposto” e o “retorno ao próprio eu” são expressões do processo perverso inerente à sexualidade. (FREUD, 1915, p. 132). Os avanços que se seguiram passam a apontar para a noção de estrutura, definida no contexto de algo que transcende as manifestações estereotipadas de certos modos de exercer a sexualidade. Nesse contexto, importa lembrar que a construção da noção de complexo de Édipo será crucial para o desenvolvimento de uma teoria acerca das estruturas psíquicas.

Podemos ver na obra freudiana um delineamento progressivo do mecanismo de defesa

próprio da perversão. Em vários momentos Freud utiliza o termo *Verleugnung* para descrever a atitude da criança em relação à realidade da castração. *Verleugnung* é comumente traduzido por “recusa”, “renegação” ou “desmentido”<sup>19</sup>. De acordo com Hans (1996, p. 304), o termo *Verleugnung* possui a conotação de “negar a presença-existência” de algo, ou de “dizer que não está lá”. É como se o sujeito soubesse que aquilo que é rejeitado existe, mas continua a negar sua existência ou presença. Não se trata de uma postura de discordância com relação ao conteúdo do objeto, mas de uma contestação da veracidade de sua existência. O que é desmentido é a própria existência do objeto. Trata-se, portanto de uma contradição, um movimento duplo, no qual saber e não-saber podem coexistir simultaneamente.

A utilização do termo *Verleugnung* por Freud oscila entre três sentidos: como mecanismo de defesa acessório da neurose e voltado a não tomar conhecimento das representações externas (percepções de imagens) cujo conteúdo potencialmente se rebate com conteúdos recalçados, como mecanismo que deixa de ser acessório e se torna prevalente no fetichismo e, nesse sentido, é usado para designar o mecanismo de defesa quando o sujeito se recusa a tomar conhecimento da percepção da ausência de pênis na mãe, isto é, como recusa da realidade da castração e, por último, como defesa na psicose.<sup>20</sup> Entretanto, será Lacan, em sua releitura dos textos freudianos, quem dará ao termo *Verleugnung* a precisão necessária, à medida que o caracteriza como a defesa própria da estrutura perversa.·

Em “Sobre as teorias sexuais das crianças” (1909) e “A organização genital infantil” (1923), Freud sublinha que as teorias sexuais criadas na infância funcionam como uma defesa contra a angústia de castração. Nesse último, a noção de complexo de castração, apesar de já ter sido abordada em artigos anteriores, será relacionada ao complexo de Édipo e reconhecida como universal (COSTA, 2010, p. 32). Freud afirma que a criança, no decorrer de suas investigações sobre a sexualidade, chega à conclusão de que o pênis não é comum a todos as crianças, mas que existe algo diferente, fato este que faz com que a criança se angustie. Reitera que a reação inicial da criança é a de recusar o fato e acreditar que todos, sem exceção, realmente têm um pênis. Trata-se de uma tentativa de encobrir a contradição entre a observação e a pré-concepção, tal como escreve:

No decorrer destas buscas, a criança chega à descoberta de que o pênis não é um

<sup>19</sup> Luiz Hans coloca em seu dicionário a palavra “denegação” como uma possível tradução do termo *Verleugnung*.

<sup>20</sup> Nota do tradutor de “Fetichismo” publicado pela editora Imago nos Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente sob a coordenação de Luiz Alberto Hans - Vol. 3 pg. 168.

bem comum a todos os seres que se assemelham (...). Sabemos como eles reagem às primeiras impressões provocadas pela ausência de pênis. Negam esta ausência e crêem ver, apesar de tudo, um membro: lançam um véu sobre a contradição entre observação e preconceito; achando que ele ainda é pequeno e que crescerá dentro em pouco, chegam lentamente à conclusão, de um grande alcance afetivo: antes, em todo o caso, ele estava aí com certeza, tendo em seguida sido retirado. A ausência de pênis é concebida como resultado de uma castração e a criança encontra-se agora no dever de enfrentar a relação de castração com sua própria pessoa (FREUD, 1923)

O que Freud quer dizer é que as teorias criadas pelas crianças em torno da ausência de pênis na mulher funcionam como um trabalho psíquico, que visa dar uma representação para a angústia de castração. A angústia de castração, isto é, o medo de ser privado de um órgão tão importante do ponto de vista do prazer, faz com que a criança desenvolva a teoria do primado do falo. Para Freud, o falo é o elemento organizador da sexualidade, entretanto não devemos confundi-lo com o órgão sexual masculino, mas sim como uma representação que se constitui com base nessa constituição anatômica. Veremos que Lacan retomará a noção de falo em seu ensino, para designá-lo como um significante ordenador, que permite ao sujeito o acesso a um ponto para o qual não há qualquer significante, indicando com isso sua íntima relação com a castração. Falando sucintamente, o falo, em Lacan, é um significante que se articula, tanto com a falta quanto com o desejo.

Lembramos que é em torno de ser castrado ou não ser castrado que Freud situa a emergência da angústia de castração, como o ponto de origem de todas as reações defensivas utilizadas pelo eu no sentido de neutralizá-la.

O problema da perversão como uma estrutura e seu mecanismo defensivo serão abordados mais diretamente por Freud em 1927, no artigo “Fetichismo”, em que delimita a diferença entre os termos *Verdrängung* (recalque) e *Verleugnung* (desmentido). Assim como observa Mannoni (1973, p. 10) nesse texto Freud levanta a problemática da crença, para dar ao termo *Verleugnung* toda a precisão necessária. Dessa forma, a crença ou não na diferença entre os sexos é a questão principal que o termo *Verleugnung* parece designar em 1927.

Inicialmente, o termo *Verleugnung* fora utilizado para descrever a atitude da criança à observação das diferenças sexuais anatômicas. No entanto, em “Fetichismo” (1927), Freud lança mão desse termo para indicar a existência de uma divisão estrutural no próprio eu. Vejamos o que o autor escreve:

Não é verdade que, depois que a criança fez sua observação da mulher, tenha conservado inalterada sua crença de que as mulheres possuem um falo. Reteve essa crença, mas a abandonou. No conflito entre o peso da percepção desagradável e a força de seu contradesejo, chegou-se a um compromisso, tal como só é possível sob o domínio das leis inconscientes do pensamento – os processos primários. Sim, em sua mente a mulher *teve* um pênis, a despeito de tudo, mas esse pênis não é mais o

mesmo de antes. Outra coisa tomou o seu lugar, foi indicada como seu substituto, por assim dizer, e herda agora o interesse anteriormente dirigido a seu predecessor. Mas esse interesse sofre também um aumento extraordinário, pois o horror da castração ergueu um monumento a si próprio na criação desse substituto. Ademais, uma aversão, que nunca se acha ausente em fetichista algum, aos órgãos genitais femininos reais, permanece um *stigma indelebre* do recalque que se efetuou. (FREUD, 1927, p. 156)

Freud sublinha que a crença de que a mulher possui um falo não é conservada pela criança, porque ela sabe que a mulher não possui, na realidade, um pênis. A questão que se apresenta é que, por um lado, a percepção se mantém, não sendo inteiramente apagada e por outro, há uma recusa em se manter essa representação. O que fica evidente nesse texto é a coexistência de duas atitudes defensivas: o recalque de um lado, indicando a presença de uma percepção traumática e, do outro, a *Verleugnung* (desmentido), indicando uma ação muito enérgica do *eu* no sentido de manter a representação afastada. Em última instância, a *Verleugnung* indica um triunfo sobre a ameaça de castração, ao mesmo tempo que funciona como uma proteção contra ela. (FREUD, 1927, p. 157)

O fetiche entra em cena como um objeto que pode então negar a experiência da diferença sexual e da castração, funcionando como um substituto do pênis ausente na mulher. Nesse sentido, a criação do fetiche é prova de que houve um reconhecimento prévio da castração. O fetiche surge em consequência da divisão do eu, em que duas atitudes contraditórias passam a coexistir: o reconhecimento da castração, pela via da percepção traumatizante da ausência do pênis na mulher e, ao mesmo tempo, o desmentido desta através da introdução de um substituto na forma de um fetiche. Melhor dizendo, o sujeito nega a castração pelo deslocamento de valor e produção de um objeto fetiche, mas, ao mesmo tempo, ele *nega essa negação*, ao apresentar o fetiche como um simples equivalente, ou ainda como um semblante.

Como detalha Octave Mannoni, o fetichista repudiou a percepção que lhe prova que as mulheres não têm falo, “mas conserva a crença de que elas tenham algum; ele conserva um fetiche porque elas não têm. Não só a experiência não é apagada, mas se torna para sempre inapagável, deixa um *estigma indelével*, cujo fetiche está marcado para sempre. O que se apaga é a lembrança” (FREUD, 1927, p. 11). No fetichismo, há um saber da verdade, mas isso não impede de gozar como se não o soubesse. Octave Mannoni afirma que a proposição por excelência de um pensamento fetichista segue a fórmula do “eu sei, mas mesmo assim”, entretanto sublinha que:

Nas análises, apresentam-se sob forma típica, quase estereotipada, quando o

paciente, às vezes embaraçado, às vezes à vontade, emprega a fórmula: “Eu sei que... mas mesmo assim...”. É claro que o fetichista não emprega esta fórmula com referência à sua perversão: ele *sabe* que as mulheres não têm falo, mas não pode acrescentar nenhum “mas mesmo assim”, porque para ele, o “mas mesmo assim” é o fetiche.”

Com essa indicação, Mannoni mostra que todos os sujeitos, mesmo não sendo perversos, usam, em algum momento, a fórmula do “eu sei, mas mesmo assim”. Entretanto, o fetichista evidencia a existência de um saber a respeito da castração, que não exerce nenhuma influência sobre seu gozo. O fetichista goza como se de nada soubesse. Mannoni destaca que a própria fórmula “mas mesmo assim” torna-se um fetiche para o sujeito perverso, na medida em que sua utilização evidencia a existência de um compromisso entre o reconhecimento e o desmentido da castração.

Como visto, o artigo ora citado, longe de ser apenas uma elucidação da perversão, mostra como uma crença pode ser, ao mesmo tempo, abandonada e conservada. Ele também mostra que o *eu* é uma instância que traz em si uma clivagem que é estrutural, questão esta que será desenvolvida no artigo inacabado “A divisão do eu no processo de defesa”, e no texto “Esboço de psicanálise”, ambos escritos em 1938.

Em “A divisão do eu no processo de defesa”, Freud retoma a problemática das primeiras experiências sexuais da criança, para mostrar como as ameaças de castração podem fazer submergir o eu em uma angústia tal, que ele se vê obrigado a optar entre o reconhecimento da existência do perigo real e a renúncia à satisfação da pulsão ou a recusa (desmentido) da realidade, o que lhe permitiria afastar o temor da castração, ao mesmo tempo que a busca pela satisfação da pulsão não seria abandonada. Entretanto, afirma que, na realidade, a criança não opta por um desses caminhos, mas segue os dois ao mesmo tempo, o que equivale a dizer que ela responde ao conflito com duas reações opostas, mas válidas e ativas. Por um lado, ela afasta a realidade e rejeita qualquer proibição e, por outro, (ao mesmo tempo) reconhece o perigo que emana da realidade. “Mas tudo tem que ser pago de uma maneira ou de outra, - observa Freud - e esse sucesso é alcançado ao preço de uma fenda no ego, a qual nunca se apaga, mas aumenta à medida que o tempo passa. As duas divisões contrárias ao conflito persistem como ponto central de uma divisão (*splitting*) do eu” (FREUD, 1940[1938], p. 293). O que Freud parece indicar é que, tanto o reconhecimento quanto a recusa, são mecanismos postos em ação pelo eu, em sua tentativa de lidar com uma realidade que é insuportável, e que isto se dá às custas de uma cisão no próprio eu.

Essa questão é retomada pela última vez no texto “Esboço de psicanálise” (1938), em que a clivagem do eu designa duas atitudes opostas mantidas pelo eu sem que elas sequer

entrem em conflito, o que descaracteriza qualquer efeito de ordem sintomática. Por essa razão, a *Ichspaltung* do eu, tal como Freud a apresenta, não deve ser entendida como a expressão do conflito psíquico, mas sim como a coexistência de dois tipos diferentes de defesas do eu. Não se trata, portanto de um jogo entre as diferentes instâncias psíquicas ou de funcionamentos heterogêneos, mas de uma divisão sem linhas de conflito aparente, dentro de uma mesma estrutura supostamente homogênea a que chamamos de eu (KAUFMANN, 1993, p. 83).

Assim pode-se inferir que, ao introduzir a noção de clivagem do eu, Freud indica que a recusa da castração é o protótipo e, talvez, a origem de todas as outras recusas da realidade.

### 3 LACAN E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO *EU* – PRIMEIRO TEMPO

Os avanços empreendidos por Lacan, a partir da releitura dos textos freudianos, são de extrema importância para o estudo do eu em suas relações com a temática da constituição da realidade. Seu percurso mostra que já em sua tese “Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade”, publicada em 1932, ele começa a levantar uma série de questões relacionadas à discussão sobre o que é a realidade para o sujeito, estabelecendo a partir daí um diálogo com a psicologia e com campo filosófico de sua época.

A observação clínica de um caso de Paranoia – caso Aimée – mostrou a Lacan que aquilo que está em jogo nesse quadro é uma tensão primordial que se estabelece entre o eu e o outro, a partir da estruturação do narcisismo.

Em sua tese de doutorado, propõe a ideia de uma gênese social da personalidade como *produto social* no sentido de que ela não resultaria de um desenvolvimento orgânico natural, tal como pensavam os organicistas, e nem poderia ser uma instância de *síntese*, que permitiria ao sujeito uma consciência de si mesmo, tal como defendido pela psicologia.

Lacan dirá que aquilo que a psicologia chama de *consciência de si mesmo*, estaria, de fato, relacionada à identificação com uma imagem ideal do outro. Conforme indica:

Pelo menos, não podemos inserir esse fracasso no afastamento constante que vai do eu real ao ideal que o orienta? Concederemos a esse ideal uma certa margem de degradações possíveis: ele não será mais que uma simples crença; tal crença, ela própria, será mais ou menos coerente com o conjunto de crenças do sujeito? Mas, então, esse ideal vai se desvanecer na simples imaginação de si mesmo, a mais fugidia, a mais desprovida de adesão interna. É esse ideal, ao contrário, mais sólido? Então, é o choque da realidade que vai quebrá-lo (LACAN, 2011, p. 25)

É importante observar que todas essas questões foram levantadas por Lacan a partir da própria psiquiatria, o que nos revela que antes mesmo de se tornar psicanalista, ele já se ocupava em delimitar o que seria a realidade para o sujeito e como ela se estruturaria.

Conforme afirma Ogilvie (1991, p. 9), são essas questões que o levarão a procurar e a encontrar na obra de Freud as bases para desenvolver sua teoria a respeito do eu e do sujeito. É fato que tais questões haviam sido amplamente discutidas pela filosofia, entretanto Lacan se propõe a repensá-las de um modo novo, a partir dos textos freudianos, além de utilizar, também, os recursos da antropologia de Lévi-Strauss e da linguística de Ferdinand de Saussure. Sempre fiel ao texto freudiano, mas imprimindo um estilo próprio na transmissão da psicanálise, começa a pensar a questão da realidade psíquica tendo em vista três registros:



Real, Simbólico e Imaginário.

A retomada do texto freudiano “Sobre o narcisismo” dará origem, em 1936, à teoria do estádio do espelho, em que Lacan acentua a importância dos registros imaginário e simbólico na constituição do eu e do sujeito. O título “O estádio do espelho como formador da função do [eu]” já afirma que a questão do sujeito tem relação com uma *função* que ultrapassa a noção de eu (*moi*). Em 1946, escreve “Formulações sobre a causalidade psíquica”, em que afirma que o eu é essencialmente paranóico, ou seja, o eu é um puro reflexo do outro que ocupa para ele o lugar de rival ou ideal. Sustenta que o recurso à linguagem e, portanto ao registro simbólico, é aquilo que poderá mediar tais relações, que são de *puro prestígio*.

Observamos que esses avanços o levam a estabelecer uma distinção entre o eu, o sujeito, o outro (pequeno outro) e o Outro (grande Outro), e que tais distinções se relacionam também à progressiva delimitação dos registros Real, Simbólico e Imaginário. Inicialmente, verifica-se uma ênfase no registro simbólico como mediador capaz de produzir limites na relação com o semelhante.

Neste capítulo propomos identificar em Lacan um primeiro tempo de suas elaborações, quando ele avança na caracterização dos três registros e da introdução da lógica do significante na constituição da realidade psíquica.

### 3.1 As origens do eu (*moi*) e do sujeito (*je*)

Como podemos perceber a tese de doutoramento em psiquiatria defendida em 1932, foi o ponto de partida para uma série de investigações, que deram origem à proposição lacaniana acerca do estádio do espelho. O interesse de Lacan pela questão ganha uma dimensão cada vez maior, na medida em que percebe os desvios aos quais a psicanálise foi levada a partir da leitura equivocada de alguns textos de Freud por parte dos psicanalistas pós-freudianos. Lacan (1998, p. 460) funda um movimento, cuja proposta era de um retorno a Freud, capaz de propiciar “um ensino digno desse nome”.

A comunidade psicanalítica francesa, assim como em outros países da Europa e da América do Norte, havia aderido à *ego psychology*, teoria fundamentada em alguns textos da segunda tópica freudiana que concedia privilégio a análise do eu e das resistências em detrimento da análise do inconsciente.

Os chamados analistas pós-freudianos dividiam-se em dois grupos. De um lado estava

o grupo liderado por Anna Freud, defendendo a ideia de que a análise teria por objetivo desfazer o recalque e reduzir os mecanismos de defesa a fim de aumentar o controle do *ego* sobre o *id*. Um dos principais teóricos desse grupo foi Heinz Hartmann, psiquiatra vienense que fundou juntamente com Anna Freud a revista *The Psychoanalytic Study of the child*. Podemos afirmar que Hartmann foi um dos principais expoentes da chamada “psicologia do ego”, sendo responsável por sua sistematização. Em sua obra afirma que a análise teria por objetivo desfazer as resistências, adaptar o ego à realidade e promover o desenvolvimento de suas funções autônomas, tornando-o independente em relação aos “impulsos instintivos” (LOEWENSTEIN, p. 521-535). A transferência, segundo esse autor, só deveria ser analisada após as defesas terem sido reduzidas. Sob a influência de Hartmann, os annafreudianos aderiam a uma visão da psicanálise cada vez mais de cunho adaptativo.

O outro grupo era composto pelos partidários da teoria desenvolvida por Melanie Klein. Para os Kleinianos, a transferência entre analista e analisando deveria ser analisada, logo no início do tratamento, sendo que o analista não deveria se concentrar no controle do *ego* sobre o *id*. Contrária à Anna Freud e aos seus partidários, Melanie Klein não adotará uma perspectiva adaptacionista da psicanálise. Para ela, a análise deveria considerar a angústia que é reavivada durante o processo psicanalítico, devendo esta ser reduzida através da relação transferencial entre o analista e o analisando. Assim, com o estabelecimento destes dois grupos, duas formas de pensar a formação do analista são instituídas (ROUDINESCO, 2008, p. 32).

O cenário em que Lacan inicia sua trajetória na psicanálise foi marcado pela querela entre os grupos annafreudiano e kleiniano, o que o impulsiona a empreender uma leitura dos textos freudianos com o objetivo de colocar novamente o inconsciente no centro da experiência psicanalítica. Com isso, destaca nos textos freudianos a importância da linguagem e do registro simbólico na experiência psicanalítica, promovendo assim uma ampla reflexão sobre a direção do tratamento psicanalítico.

Lacan denuncia que estes analistas “embrenharam-se cada vez mais na relação dual” com seus analisandos, onde a dimensão imaginária da relação analítica passa a favorecer todo tipo de “devaneios psicológicos”, tais como: “o esgotamento das fantasias, a liberação da agressividade, a identificação com o eu forte do analista”, dentre outras. A finalidade da análise, nessa perspectiva, passa a ser a identificação do analisando com o eu do analista (LACAN, 1956, 465-466).

Com o objetivo de retirar a prática analítica do imaginário fantasístico em que ela se encontrava, Lacan desenvolve uma ampla investigação acerca do eu. Propõe, a partir da

releitura do texto freudiano “Sobre o narcisismo”, a noção de estádio do espelho, como forma de abordar a constituição do eu situando-o a partir dos registros imaginário e simbólico.

A noção de estádio do espelho foi comunicada pela primeira vez no Congresso Internacional da *International Psychoanalytical Association* (IPA), realizado em *Marienbad* no ano de 1936, sob o título “*Le state du mirror. Theorie d’un moment structurant et génétique de la constitution de la réalité, conçu em relation avec l’expérience et la doctrine psychanalytique*” (ROUDINESCO, 2008, p. 484.), sendo retomado por Lacan em 1949, no Congresso Internacional de Psicanálise realizado em Zurique, sob o título “*Le state du mirror comme formateur de la fonction du Je telle qu’elle nous est révélée dans l’expérience psychanalytique*”.

O título da comunicação realizada em 1936 mostra que, desde o início, o interesse de Lacan estava voltado para a questão da estruturação do eu em suas relações com a temática da constituição da realidade. O interesse por estas questões é evidenciado no artigo “Para além do princípio de realidade”, escrito e publicado nesse mesmo ano, onde encontramos uma brilhante exposição a respeito da posição de Freud em relação à questão das relações que o sujeito mantém com a imagem e sua importância no processo da identificação. Nesse texto, Lacan se coloca algumas questões, que serão desenvolvidas nos anos que se seguiram, tal como indica: “... através das imagens, objetos do interesse, como se constitui essa realidade em que se concilia universalmente o conhecimento do homem? Através das identificações típicas do sujeito, como se constitui o [eu], onde é que ele se reconhece?” (LACAN, 1936, p. 95). As indagações levantadas por Lacan nesse período ressaltam a extrema importância da temática do eu em suas relações com a realidade, tanto para a prática clínica, quanto para a questão da própria formação do psicanalista.

A primeira exposição acerca do estádio do espelho foi escrita por Lacan sob a influência dos estudos realizados por Wallon, que havia publicado em 1931 o artigo “Como se desenvolve na criança a noção de corpo próprio”, em que descreve o desenvolvimento da criança sob o ponto de vista da psicologia. Entretanto, é preciso salientar que Lacan ao retomar essa concepção, lhe confere uma significação inteiramente nova, concentrando-se nos efeitos que a imagem produz na estruturação do psiquismo (OGILVIE, 2008, p. 109). Na perspectiva lacaniana, o estádio do espelho não tem relação com o espelho concreto, mas sim com uma operação psíquica, na qual o sujeito humano se constitui numa identificação com o semelhante. Trata-se, portanto de um movimento de retorno a Freud, cujo início foi marcado pela releitura do texto “Sobre o narcisismo: uma introdução”, publicado em 1914.

Em 1949, já na função de psicanalista, Lacan retoma a temática do estádio do espelho

ênfatizando que se trata de revelações obtidas na “experiência psicanalítica”, ou seja, trata-se agora de fatos observadas em sua clínica como praticante da psicanálise (PORGE, 1998, p. 42).

É importante lembrar que foi o caráter ilusório do eu que Lacan se preocupou em demarcar com sua descrição a respeito do estágio do espelho, o que o coloca, nesse momento, em franca oposição àqueles que aderem ao *cogito* cartesiano e à intenção de colocar o eu no centro da personalidade humana.

No texto publicado em 1949, Lacan propõe que o estágio do espelho é uma experiência especular, que traz em si um valor simbólico, pois, ao mesmo tempo em que permite que o *eu* alcance uma “forma primordial”, também revela sua “destinação alienante”, ou seja, sua dependência em relação a seu semelhante (LACAN, 1949, p. 97). O que está no centro desta proposição são as transformações sofridas pelo Eu [*je*] quando este assume uma imagem própria.

Assim como Freud, Lacan reafirma o fato da prematuração do nascimento, indicando que faltam ao bebê humano as condições necessárias para experimentar seu corpo biológico como uma unidade. Segundo Lacan, num primeiro momento, a criança experimenta o *real* de um corpo despedaçado, fato indicativo de que, no início não há unidade e, portanto, não há ainda um eu constituído.

A descrição do estágio do espelho revela o momento constitutivo do sujeito, quando a criança reconhece sua imagem no espelho com uma manifestação de júbilo e com a efetuação de uma operação de identificação entendida como “a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem – cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo *imago*” (LACAN, 1949, p. 98). A imagem coloca-se, aqui, como fundamento da causalidade psíquica.

Trata-se, portanto, de uma operação psíquica, pela qual o ser humano se constitui numa identificação com a *imago* de seu semelhante, também chamada de *eu ideal*. No instante em que a criança é capturada pela imagem especular, se efetua uma verdadeira antecipação do psicológico sobre o fisiológico, o que faz com que a criança acredite ter uma unidade que não condiz com o seu corpo real, um corpo que ainda se encontra na impotência motora e na dependência do outro. A imagem *ideal*, apesar de ser ilusória, produz na criança uma sensação de domínio corporal, que vem aplacar a experiência inicialmente vivenciada, ou seja, de um corpo despedaçado. A *Gestalt* da forma total do corpo humano, segundo Lacan, é que permitirá que a criança adquira um domínio imaginário do seu corpo. Em outros termos, podemos dizer que o corpo despedaçado encontra sua unidade na imagem do outro, que é a

sua própria imagem antecipada. Lacan descreve o estádio do espelho como um “drama”:

... cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante que marcará com sua estrutura rígida todo o desenvolvimento mental. (LACAN, 1949, p. 100).

O estádio do espelho em Lacan possui uma função constituinte da imagem, uma função que coloca em jogo a dialética do desejo, bem como a dependência do sujeito em relação ao olhar do outro. Tal como observa Lacan (1949, p. 101): “É esse momento que decisivamente faz todo o saber humano bascular para a mediatização pelo desejo do outro (...) e que faz do *eu* esse aparelho para o qual qualquer impulso dos instintos será um perigo (...)”.

A esse respeito, Ogilvie observa em sua obra “LACAN: a formação do conceito de sujeito” que a noção de estádio do espelho subverte a ideia de que o desejo seja uma força misteriosa que surge no interior do sujeito, cuja origem seria orgânica. O desejo, observa Ogilvie (19914, p. 110), “aparece em plena luz, na superfície plana e brilhante do espelho que representa sua profundidade ilusória. Ele é achatado nesta experiência que o revela como um puro comportamento de fascínio com relação à imagem, prova que lhe dá logo a forma torneada de uma relação consigo que passa por uma relação o outro. Desejar não é desejar o outro, mas desejar o desejo do outro (...)”.

É possível verificar que a questão da dimensão imaginária do *eu* é desenvolvida por Lacan em sintonia com a própria noção de simbólico, tal como sublinha:

A assunção jubilosa de sua imagem especular pelo ser ainda imerso na impotência motora e a dependência da alimentação, que é o pequeno homem nesse estágio infans vai-nos parecer desde então manifestar numa situação exemplar a matriz simbólica onde o eu [*je*] se precipita numa forma primordial antes que se objetive na dialética da identificação ao outro e que a linguagem lhe restitua no universal sua função de sujeito (LACAN, 1949, p. 97)

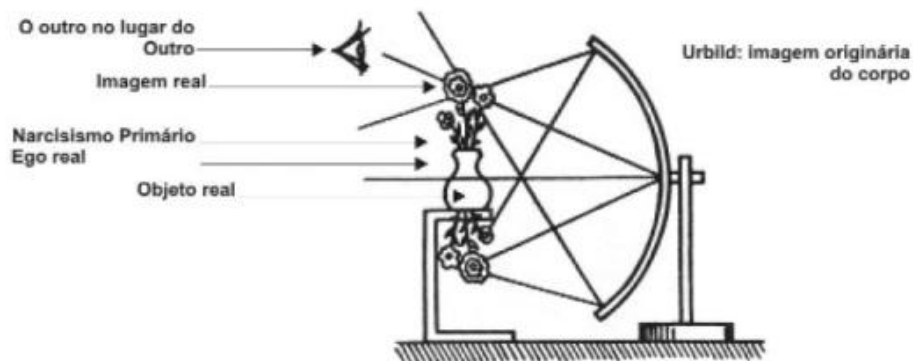
O texto mostra que além da imagem – causa da realidade psíquica - o que se funda é uma matriz simbólica que fixa algo, ao mesmo tempo em que oferece a relação do organismo com seu entorno. Lacan acentua que a entrada no mundo da linguagem e a possibilidade de fazer uso da fala, será aquilo que fará com que o eu se desloque de uma posição puramente imaginária para uma posição simbólica. Para Lacan, o sujeito é efeito de linguagem, e por essa razão se distingue do eu. Essa questão será abordada com maior precisão no próximo capítulo quando abordaremos a noção de ordem simbólica.

A escrita de “O estádio do espelho” marca o momento em que Lacan começa a utilizar o *a* para se referir ao *eu* e ao objeto, sendo que, este último - também chamado de semelhante e *outro* especular - constitui o pólo da relação imaginária. Nessa ocasião, trata-se de uma teoria da alteridade que destaca o especular e o imaginário, designando o *outro* como uma representação do eu marcando, portando, as características da prevalência da relação dual com a imagem do semelhante.

Após 1949, influenciado pela leitura das “Estruturas elementares do parentesco” de Claude Lévi-Strauss, Lacan elabora a noção de simbólico, ponto de partida para uma nova concepção da alteridade, que em outro momento ele chamou de “grande Outro”, cuja escrita é marcada pelo O. (ROUDINESCO; PLON, 2008, p. 559). A dimensão do Outro aponta para uma realidade discursiva, um lugar em que o sujeito se constitui como ser falante.

A partir de 1953, Lacan inicia um segundo momento em sua teorização do estádio do espelho e do registro imaginário. Nota-se, que após ter lançado as bases de sua teoria do sujeito, seu ensino avança no sentido de indicar - na operação que liga a estrutura aos efeitos da assunção da imagem especular - o lugar e a função do simbólico, cuja representação é dada a partir do espelho plano, utilizado na construção do chamado “buquê invertido”, retirado da física óptica e conhecido como “experimento de Bouasse”.

O esquema óptico é revelado no capítulo intitulado “A tópica do imaginário” do Seminário I “Os escritos técnicos de Freud”, em que utiliza um espelho esférico côncavo montado diante de uma pequena mesa, que tem um buquê de flores embaixo e um vaso em cima. Com esse aparelho, Lacan consegue situar “a constituição da imagem corporal intrinsecamente relacionada ao *eu*” (LEITE, 2011, p. 65).



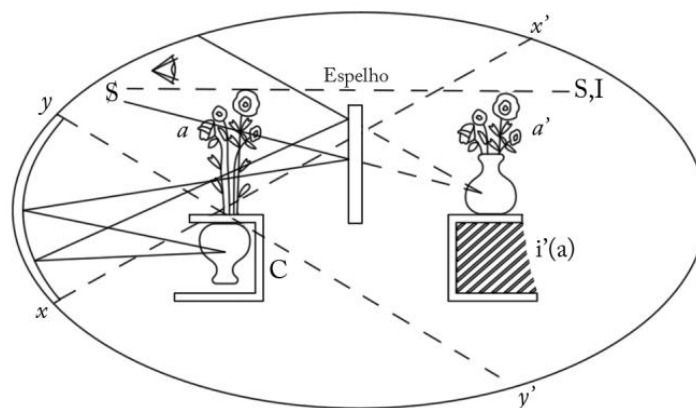
O estudo dos espelhos côncavos ou esféricos a partir dos postulados da física óptica mostra que estes são capazes de produzir imagens de natureza *real*, *virtual* ou *imprópria*,

dependendo da posição que o objeto ocupa em relação a este espelho. O que Lacan destaca é que, no estágio do espelho, tudo depende da posição que o sujeito ocupa frente ao espelho. Lacan pondera que:

Aquilo que o sujeito, que existe, vê no espelho, é uma imagem, nítida ou bastante fragmentada, inconsistente, descompletada. Isso depende da sua posição em relação à imagem real. Muito nas bordas, vê-se mal. Tudo depende da incidência particular do espelho. (LACAN, 1953-1954, p. 186)

A questão é que, quando o olho se coloca em uma dada posição, a imagem que o espelho produz é a imagem real, porém esta não condiz com a imagem completa, isto é, a visão da forma total do corpo humano. Lacan conclui que, na conjunção entre real e imaginário o que se produz depende de uma dada posição que o sujeito ocupa no mundo simbólico que é o mundo da palavra.

Em outro momento, no texto “Observações sobre o relatório de Daniel Lagache”, publicado em 1961, Lacan introduz um espelho plano no esquema óptico para mostrar a incidência do simbólico na constituição do sujeito. Atesta que a relação simbólica é aquilo que vai definir a posição do sujeito como aquele que vê e destaca que a inclinação do espelho plano é comandada pela voz do outro. Em outros termos, a palavra do outro é o que ratifica a imagem no espelho possibilitando a estruturação psíquica para além da pura imagem alienante (LACAN, 1953-1954, p. 187). O simbólico, portanto, surge no momento em que a criança se volta para o adulto buscando seu assentimento, indicando que a criança só reconhece sua própria imagem especular em referência a um campo significativo, simbólico. É o simbólico que sustenta a identificação com a imagem idealizada do outro. Em síntese, a criança se reconhece em sua própria imagem, ancorada nesse movimento pela presença e pelo olhar desse outro, que pode ser a própria mãe ou alguém que a substitua.



O espelho plano reflete a imagem virtual e confere ao objeto uma *Gestalt*, ou seja, uma imagem unificada, acabada, inteira ou *ideal*, o que equivale a dizer que é através da tela do espelho plano que o sujeito pode se reconhecer na imagem do outro. O esquema óptico mostra que o advento do Imaginário e do Simbólico são operações que se dão numa mesma experiência e não em tempos distintos como se poderia se pensar, o que desqualifica qualquer concepção desenvolvimentista a respeito do sujeito humano.

### 3.1.1 Do eu ideal ao Ideal do eu

A teoria do eu em Lacan (1998, p. 73) se fundamenta em dois elementos da teoria freudiana: a imagem do corpo próprio e a teoria das identificações. Ao propor sua teoria do estádio do espelho a partir do esquema óptico, Lacan realça o papel decisivo que a identificação exerce no processo de constituição das estruturas psíquicas. Nesse momento das teorizações lacanianas, a noção de narcisismo formulada por Freud em 1914, ganha uma nova dimensão na medida em que a dialética das relações de objeto é retomada não só em sua vertente imaginária como enfatizou Freud, mas também em seu caráter simbólico.

No Seminário I, “Os escritos técnicos de Freud”, Lacan relê o texto freudiano “Sobre o narcisismo” distinguindo duas formas de identificação, cuja função central é permitir que o sujeito faça frente ao estado de prematuração biológica e a hiância que ela atesta. Entende-se que são as condições que permitem a constituição das estruturas psíquicas que Lacan a se preocupar em caracterizar quando investiga, a partir do texto freudiano, as relações entre o *eu ideal* (narcisismo primário) e o *ideal do eu* (narcisismo secundário).

O *eu ideal* em Lacan, é uma projeção imaginária, ou seja, um investimento da imagem do outro que é ele próprio, da qual o sujeito vai se servir para constituir, tanto sua imagem corporal quando a realidade. Dessa forma, o que é colocado em destaque, na descrição do estádio do espelho, é um momento crucial, que põe em relevo a existência de uma função particular da imago: estabelecer a relação do organismo com seu entorno e sua realidade, isto é, do *Innenwelt* ao *Umwelt*, ainda que, no homem, essa relação seja marcada por uma divisão. Em outros termos, o estádio do espelho é um momento inaugural, que permite que a criança, a partir da apropriação da imagem corporal, estabeleça a distinção entre seu corpo e o mundo exterior, isto é, entre o que é interno e o que é externo, ao mesmo tempo em que recobre o desamparo originário, decorrente da experiência de imaturidade do corpo, em sua



desarticulação motora inicial. A constituição do *eu ideal* está, portanto, intimamente relacionada à imagem corporal, pois é essa imagem que dará forma ao seu *Umwelt*. (LACAN, 1953-1954, p. 169).

Entretanto, em seu primeiro Seminário, Lacan observa que o aparente domínio da imagem pelo *eu ideal* lhe é dado apenas virtualmente e que essa imagem na qual ele se fixa funda uma identidade alienante. Lacan afirma:

A *Urbild*, que é uma unidade comparável ao eu, constitui-se num momento determinado da história do sujeito, a partir do qual o eu começa a assumir suas funções. Isso equivale a dizer que o eu humano se constitui sobre o fundamento da relação imaginária. (...) Enfim, se lhes indiquei, da última vez, que a função imaginária continha a pluralidade do vivido do indivíduo, vou lhes mostrar que não se pode limitá-lo a isso – por causa da necessidade de distinguir as psicoses e as neuroses. (...) *Imaginária* reenvia aqui – primeiramente, à relação do sujeito com as suas identificações formadoras, é o sentido pleno do termo imagem em análise – em segundo lugar, à relação do sujeito ao real, cuja característica é ser ilusória, é a face da função imaginária mais frequentemente valorizada. (LACAN, 1953-1954, p. 156-157)

O que esse texto sublinha, é que a formação do *eu ideal* se relaciona com a identificação primária, ou seja, com o vivido na experiência de encontro com a imagem do *outro*, que é seu semelhante. Essa primeira forma de identificação constitui-se como um tempo “mítico” necessário, que permite que o eu venha exercer sua função imaginária, ao mesmo tempo em que determina as relações do sujeito com o *real* inassimilável. Por outro lado, o fato em questão também tem relação com o desconhecimento e a alienação constitutiva do eu.

A tese defendida por Lacan no início de seu ensino é que o eu se reduz a um recobrimento imaginário do real. Dessa forma, podemos pensar que, já nesse momento, a questão das relações entre o imaginário e o real já se colocam para Lacan, indicando a necessidade de um enodamento. O fato é que o real está presente desde o início, como pano de fundo, na estruturação do sujeito, estando ligado à desarticulação motora inicial e à sensação de despedaçamento corporal que é experimentada pelo *infans* no início da vida e que a apercepção da imagem ideal, que lhe é dada virtualmente, vem recobrir.

Com efeito, nesse momento das teorizações lacanianas, os conceitos de eu e de corpo, em sua vertente imaginária, aparecem como a matriz fundante do sujeito, afirmando a importância da imagem tanto para a causalidade psíquica quanto para a estruturação do narcisismo.

Ao formular o estágio do espelho Lacan destaca o caráter paradoxal da imago, pois a ideia de que o eu se constitui a partir da imagem que lhe é devolvida pelo outro, tem como

consequência a retirada da consciência de um lugar central, ao mesmo tempo em que indica que o eu é a sede do desconhecimento tendo em vista que a imagem do espelho tem o caráter de um engodo. O estágio do espelho mostra a constituição do eu, não pela via da consciência, mas sim do inconsciente, tal como Lacan especifica:

Na análise, a partir do momento em que engajamos o sujeito, implicitamente, numa pesquisa da verdade começamos a constituir sua ignorância. Somos nós que criamos essa situação, e, portanto, essa ignorância. Quando dizemos que o eu nada sabe dos desejos do sujeito, é porque a elaboração da experiência no pensamento de Freud no-lo ensina. Essa ignorância não é, pois, uma pura e simples ignorância. É o que é expresso concretamente no processo da *Verneinung*, e que, no conjunto estático do sujeito, se chama desconhecimento. (LACAN, 1953-1954, p. 220)

O desconhecimento no qual o eu se funda, evidencia a própria função da *Verneinung* (negação), uma operação ao nível do discurso que indica que há coisas que o *eu*, na verdade, não quer reconhecer, pois são da ordem do desejo inconsciente e, portanto, do mal estar. Por isso, Lacan especifica que o eu nada sabe a respeito do desejo do sujeito. Esse fato recoloca a ideia de que o eu é uma instância dividida cuja essência é o conflito, o que interroga a ideia defendida pelos psicanalistas da *Ego Psychology* de que o eu seria a instância responsável pela consciência e pela adaptação do indivíduo à realidade. Lacan tece uma crítica à perspectiva de um eu racional, opondo-se ao pensamento que inspira toda a psicologia clássica acadêmica de que os seres humanos são seres adaptados à realidade:

Ser psicanalista é simplesmente abrir os olhos para essa evidência de que não há nada mais desbaratado que a realidade humana. Se vocês crêem ter um eu bem adaptado, razoável, que sabe navegar, reconhecer o que tem de ser feito e o que não tem que ser feito, levar em conta as realidades, não resta senão mandá-los para longe daqui. (LACAN, 1985, p. 101)

Como visto, ao pensar o eu a partir da perspectiva do imaginário, Lacan consolida a ideia de que se trata de uma instância fundada na ignorância cuja consciência de si fica restrita à cristalização de um eu ideal cuja função, de determinar o curso da libido, corre o risco de manter o eu (*moi*) preso a uma linha de ficção, que Lacan chamou de “véu da alienação”.

Na lição intitulada “As insígnias do ideal” do seminário sobre as formações do inconsciente, retomando os textos freudianos, esclarece que a identificação que ocorre na formação do eu ideal é uma identificação imaginária, enquanto que a identificação que ocorre na formação do Ideal do eu é simbólica, pois está ligada aos significantes do Outro. A identificação simbólica viabiliza a constituição do sujeito, à medida que o introduz no universo da fala e da linguagem (LACAN, 1957-1958, p. 300-301). Salienta que a

identificação que acontece na saída do Édipo está ligada a um momento de privação, quando o sujeito se depara com a falta, com a impossibilidade de obter a satisfação do desejo, tendo que encontrar a “identificação satisfatória com seu próprio sexo”. Em outras palavras, pode-se afirmar que a falta inscrita no Outro é que vai erigir um limite para o desejo edipiano, ao mesmo tempo em que presentifica a perda do objeto mítico originário (LACAN, 1957-1958, p. 305). Tal fato mostra que, no complexo de Édipo, a identificação possibilita uma mudança nas relações do sujeito com o objeto, pois a privação sofrida pelo sujeito quando o significante da lei da castração, ou seja, o significante Nome-do-Pai, intervém na relação edipiana, barrando a realização do desejo incestuoso, faz com que o sujeito – movido pelo princípio do prazer – saia à procura de novos objetos. É na relação com a lei, representada pelo significante Nome-do-pai, que o Ideal do eu se constitui.

Lacan introduz a noção de Outro, com “O” maiúsculo, para designar a alteridade simbólica que garante a regulação das relações egóicas. O Outro, em Lacan, está para além da dimensão imaginária, pois se constitui como o portador da palavra que introduz o sujeito no universo da linguagem. O Ideal do eu, em Lacan, é o Outro enquanto falante, o Outro mediador da relação simbólica que, ao mesmo tempo, é semelhante e diferente da libido imaginária. Ele atesta que o “*ideal do eu* comanda o jogo das relações de que depende toda a relação com outrem. E, dessa relação com outrem depende o caráter mais ou menos satisfatório da estruturação imaginária” (LACAN, 1957-1958, p. 187). Em outros termos, a troca simbólica é o que liga os seres humanos entre si ao mesmo tempo em que permite identificar o sujeito.

Em “O Seminário – livro 1 Os escritos técnicos de Freud”, Lacan localiza a constituição do sujeito (*je*) na identificação ao significante que procede do campo do Outro. Frisa que o sujeito recolhe do Outro um significante com o qual se identifica e que passa a ser seu ideal do eu. Essa forma de identificação é que viabiliza a constituição do sujeito na medida em que o introduz no universo da fala e da linguagem. Trata-se de se fazer representar por um significante do Outro, de ser reconhecido e nomeado por este, o que mostra que essa relação inaugural traz como marca uma perda que instaura o lugar da falta na estrutura do sujeito, ao mesmo tempo em que o constitui como desejante. Isto quer dizer que o sujeito, para se constituir como ser falante, necessariamente, tem que se alienar aos significantes que procedem do campo do Outro. Dessa forma, inferimos que é a entrada na linguagem, isto é, a relação simbólica, que introduz o sujeito no universo humano. (LACAN, 1957-1958, p. 207-208)

Esses pontos indicam que a releitura que Lacan empreende do texto freudiano é

marcada de um lado, por um descentramento do sujeito do inconsciente em relação ao eu, e de outro, pela diferenciação entre simbólico e imaginário. Nesse sentido, Lacan situa o eu ideal e o ideal do eu como sendo as duas alteridades em jogo na constituição subjetiva: uma ligada ao imaginário e a outra ligada ao simbólico. Ele afirma também que a ordem simbólica é o vetor que comanda o jogo das relações do sujeito com a realidade, ao mesmo tempo que funciona como linha divisória entre as estruturas neurótica e psicótica.

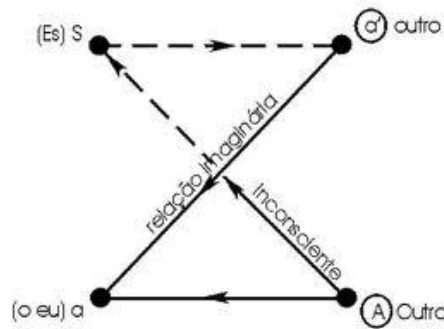
### 3.2 O esquema L

Tal como observa Leite (2011, p. 65), a releitura que Lacan faz da psicanálise é marcada por uma preocupação em reduzir a tendência humana à imaginarização, no que se refere ao âmbito do ensino da psicanálise e sua transmissão. A autora lembra que ao utilizar letras, símbolos e fórmulas para materializar as principais temáticas do campo psicanalítico, Lacan garantiu à psicanálise uma posição eminentemente científica, tal como ambicionava Freud.

É o que vemos em seu seminário de 1954-55 “O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise”, quando introduz o esquema L, uma estrutura ternária que ilustra a situação do sujeito em relação ao imaginário (KAUFMANN, 1993, p. 261).

O esquema L representa a primeira incursão de Lacan no terreno da topologia, um ramo da matemática que estuda os espaços topológicos, que é também considerada uma extensão da geometria. A topologia, na obra de Lacan, tem um cunho epistemológico e metodológico, pois a utilização de estruturas lógicas permite que a relação espacial entre simbólico, imaginário e real sejam repensadas a partir de um novo paradigma.

Lacan (1954-1955, p. 329) formula o esquema L para “ilustrar os problemas levantados pelo eu e o outro, pela linguagem e a fala”. Trata-se de uma elaboração topológica que permite pensar a problemática da dimensão imaginária do eu e seu descentramento em relação ao sujeito.



O esquema revela a existência de uma tensão entre imaginário e simbólico, que resultam em uma hiância impossível de ser recoberta, tal como descreve Lacan: a topologia de um inconsciente estruturado pelo discurso contínuo do Outro.

Vejamos de perto em que consistem os quatro pólos utilizados por Lacan no esquema L:

**A** - O grande Outro. Trata-se da alteridade fundamental que se constitui a partir da relação de *a (eu)* com o registro simbólico. Lacan explicita que o Outro (A) se acha inscrito no registro simbólico e que, por isso, é um lugar em que a palavra se constitui, um lugar que é desconhecido pelo eu, por ser anterior à sua constituição. Dizendo de outra forma, a linguagem é anterior ao nascimento de uma criança, ela procede de “outro lugar”, fora da consciência. Na medida em que uma criança vem ao mundo produzem-se uma série de significantes, que vão introduzi-la no discurso familiar e social. Esses significantes - que procedem do Outro - são constituintes do sujeito. Com isso, podemos deduzir que a linguagem sempre procede do Outro e que o sujeito é por ele determinado.

**S (Es)** – O sujeito do inconsciente. Como vimos, Lacan diferencia o *eu (moi)* do sujeito (*je*) e mostra que sua constituição se dá na junção entre imaginário e simbólico. O sujeito é determinado pelos significantes que derivam do Outro, por isso sua relação direta com a linguagem. No esquema L, vemos que o sujeito está numa relação direta com A, isto é, com o discurso do Outro.

**a** – O eu (*moi*) – Uma construção imaginária cuja função é sustentar a ilusão de unidade e síntese. Ele produz um discurso de aparências que mascara a verdade do sujeito e seu desejo, mantendo-o numa alienação fundamental. O eu é também o lugar onde se constituem os objetos com quem estabelece relações especulares. É sob a forma do outro especular que ele vê aquele que, por razões estruturais, é chamado de seu semelhante e que, no esquema, é representado pela letra *a*, uma referência ao termo francês *autre* (outro).

**a'** – O pequeno outro (*autre*) – trata-se do semelhante, o duplo especular ou alter ego com

quem o *eu* (*moi*) mantém uma relação puramente imaginária. No esquema L, *a* e *a'* aparecem como elementos intercambiáveis, indicando a identificação que se opera no nível do imaginário. Como semelhante, ele ocupa, ao mesmo tempo, dois lugares: o de objeto do amor narcísico e o de rival, ou seja, aquele com quem o eu se mede e rivaliza.

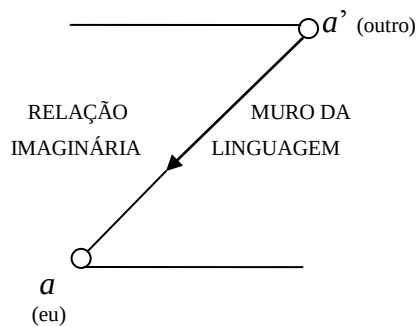
Lacan utiliza o esquema L para mostrar como acontecem as relações entre imaginário e simbólico, a partir de dois eixos que se entrecruzam, figurando as relações entre a cena enunciada e a outra cena, a cena inconsciente. Neste sentido, o S, o *a*, *a'* e o A aparecem como os quatro lugares que suportam a palavra falada. O que Lacan mostra é que as relações fundamentais com o simbólico estão sempre sofrendo a interferência do eixo imaginário.

O eixo imaginário se caracteriza por ser o vetor das relações entre *a – a'* estando ligado às relações entre o eu (*a*) e sua imagem especular (*a'*), relações estas marcadas por sentimentos que vão desde a paixão até o ódio mortífero.

Lacan evidencia que as relações que se processam no eixo imaginário servem como obstáculos para os pensamentos inconscientes, provocando uma espécie de curto circuito da palavra. Isso quer dizer que quando duas pessoas se comunicam em uma linguagem comum, a fala é sempre mediatizada pelo imaginário, ou seja, trata-se de um eu que se comunica com outro eu que é seu semelhante, conforme indica Lacan (1954-1955, p. 331):

Quando o sujeito fala com seus semelhantes, fala na língua comum, que considera os *eus* imaginários como coisas não unicamente *ex-sistentes*, porém reais. Por não poder saber o que se acha no campo em que o diálogo concreto se dá, ele lida com um certo número de personagens, *a', a''*. Na medida em que o sujeito põe em relação com sua própria imagem, aqueles com quem fala são também aqueles com quem se identifica.

O texto mostra que o diálogo que se produz na relação especular (*a – a'*), ou seja, na cena visual (ver e ser visto) constitui uma barreira para Outra cena, que se dá no plano das relações simbólicas (S – A), e cujo efeito é evidenciado pelas formações do inconsciente. A relação especular, conforme Lacan afirma, funciona como um “muro” que separa o sujeito (S) do Outro (A), lugar em que se passa a cena inconsciente. O A é o lugar em que se passa para o sujeito a questão de sua existência, de seu sexo e de sua história, o que evidencia que a condição do sujeito depende do que se desenrola no Outro, ou seja, no inconsciente ou na Outra cena. (LACAN, 1954-1955, p. 555).



O esquema mostra que as relações estabelecidas puramente no eixo imaginário atestam o esforço que é feito pelo eu para manter o sujeito na alienação e no desconhecimento, por essa razão é que o sujeito, quando fala, “não sabe o que diz” (LACAN, 1954-1955, p. 331). Lacan indica que um sujeito (S) quando tenta comunicar-se com outro sujeito (A), nunca consegue alcançá-lo de forma completa, pois sempre encontra em seu caminho o pequeno outro (  $S \rightarrow a'$  ) que o remete ao seu próprio eu (  $a \rightarrow a'$  ). O que temos é um sujeito em sua abertura, um sujeito que não sabe o que diz, mas que se reconhece na unidade de  $a$ , acreditando que esse eu seja ele, e em  $a'$ , seus semelhantes.

Ainda em seu primeiro seminário, Lacan especifica que “a análise deve visar à passagem de uma fala verdadeira, que junte o sujeito a um outro sujeito do outro lado do muro da linguagem”. Salienta que para isso é necessário que o eu do analista esteja ausente, pois o sucesso da análise consiste:

no deslocamento progressivo desta relação, que o sujeito, a todo momento, pode apreender, para além do muro da linguagem, como sendo a transferência, que é dele e onde ele não se reconhece. Não se trata de reduzir essa relação, como se tem escrito, trata-se de o sujeito assumi-la em seu lugar. A análise consiste em fazê-lo tomar consciência de suas relações não para com o eu do analista, mas para com todos estes Outros, que são seus verdadeiros fiadores (...). No fim da análise, é ele quem deve estar com a palavra, e entrar em relação com os verdadeiros Outros. Ali onde o S estava, lá tem de estar o *Ich*. (LACAN, 1954-1955, p. 334).

O texto mostra que Lacan é radicalmente contrário à ideia defendida pelos analistas pós-freudianos de que a finalidade da análise seria a identificação entre o eu do analisando com o eu do analista, como se este fosse o modelo, o ideal a ser alcançado. A análise não pode se reduzir a uma relação dual, tal como havia se tornado, mas ao contrário, deve remeter o sujeito a um para além de toda identificação.

Considero que o esquema L funciona como um suporte para o analista em situações em que se faz necessário manejar as demandas do analisante, indicando o lugar que ele deve

ocupar em sua clínica. Dessa forma, a análise deve possibilitar que o sujeito tome posse da palavra e com isso consiga ultrapassar o “muro da linguagem”, fazendo a passagem do campo das relações imaginárias para o terreno do simbólico. Lacan (1954-1955, p. 345) adverte que a economia imaginária só tem sentido, só se pode influir nela, na medida em que inscreve uma ordem simbólica que impõe uma relação ternária.

A fala historiza o sujeito, abre vias para que a análise se efetue na fronteira do simbólico e do imaginário. Entretanto, para que o tratamento psicanalítico tenha êxito é necessário que, no nível da análise, as relações estejam pautadas no eixo das relações simbólicas representadas no esquema L por A ----> S. Em outros termos, o psicanalista, nesse esquema, deve ser localizado no lugar de grande Outro simbólico e suas intervenções devem influir sobre S, levando-o a fazer uso da fala.

Podemos tomar como exemplo acerca do que discutimos sobre o esquema L, o caso de uma analisante de 39 anos que vem em busca de tratamento queixando-se de uma dor que começa na cabeça e desce por todo o lado esquerdo de seu corpo. Durante vários anos ela buscou diversos especialistas e se submeteu a vários tratamentos sem obter nenhum sucesso. Logo no início, o que se apresenta é uma dificuldade de falar de outra coisa que não seja sua dor e as relações de amor e agressividade que ela mantém com outras mulheres, relações estas sempre pautadas na gratidão e na devoção, mas que em alguns momentos chega aos limites da agressividade. As mulheres com quem a analisante se relaciona apresentam características que se repetem: elas sempre a socorrem nos momentos de crise e a levam para as Unidades de Pronto Atendimento, lhe dão emprego, roupas, remédios, etc.. Nas sessões deixa transparecer que espera o mesmo tratamento por parte da analista, o que de fato não encontra. Durante meses o que imperou foi o silêncio que muitas vezes era interrompido por gemidos de dor e murmúrios, em que dizia: “Eu não consigo falar. A palavra não sai...”. A mudança veio a partir de uma intervenção da analista que em um desses momentos da sessão, diz a ela para falar sem se preocupar, pois ela não seria julgada pelo que dissesse durante as sessões. A partir dessa intervenção em que a regra fundamental da análise foi novamente introduzida, com muita dificuldade, ela começa a falar a respeito de seu desejo por outras mulheres. O que chamou a atenção nessa sessão foi o fato de ela, depois de falar de sua homossexualidade, dirigir à analista uma questão: “Agora me diz o que você pensa a meu respeito.” Nesse momento fica evidente que a transferência imaginária para com a analista imperava impedindo-a de falar livremente. Ela se ocupava com o que a analista pudesse pensar a seu respeito, ao mesmo tempo em que temia seu julgamento. A partir dessa sessão, abriu-se uma nova via, a fala passou a fluir cada vez mais e a questão da dor passou para segundo plano.



Esse fragmento clínico evidencia que a superação das resistências por parte da analista quando esta reintroduz a regra fundamental com a afirmação de que ela não estava nem um pouco preocupada com o que a analisante viesse a falar, foi o que possibilitou o ultrapassamento das barreiras pela transferência imaginária.

Voltando ao esquema L e articulando-o com o caso em questão, podemos afirmar que por se tratar de uma neurose, foi possível para a analisante ultrapassar o muro da linguagem e fazer a passagem do eixo imaginário  $a - a'$  para o eixo simbólico  $A \rightarrow S$ .

Tal como salienta Lacan, o esquema L é a topologia de um inconsciente estruturado pelo discurso do Outro, o que indica que a estrutura do sujeito – neurose ou psicose – depende do que se desenrola no Outro A. O que nele se desenrola relaciona-se com o inconsciente, pois o inconsciente é o discurso do Outro. O A, portanto, é o lugar em que se coloca para o sujeito (S) a questão de sua estúpida e inefável existência.

Conclui-se que o esquema L evidencia que o Outro (A) – tesouro dos significantes - tem a função de constituir e ao mesmo tempo organizar a realidade do sujeito. Conforme Lacan (1954-1955, p. 557)., “retirem-no dali e o homem já nem sequer consegue sustentar-se na posição de Narciso”, o que significa dizer que o imaginário não se sustenta sem o simbólico. A imagem especular se constitui a partir do Outro (A) e funciona como um anteparo para o corpo próprio, um corpo que se coloca no limite entre o imaginário e o simbólico.

#### 4 LACAN E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DO *EU* – SEGUNDO TEMPO

A partir de 1953, a questão da realidade humana é abordada por Lacan de forma cada vez mais complexa, tendo em vista a influência da antropologia estrutural de Lévi-Strauss e da linguística estrutural de Ferdinand de Saussure. O que se evidencia nesse período do ensino de Lacan é o início de uma nova etapa teórica, quando avança no estudo do registro simbólico

Apesar de haver uma discussão acerca dos registros simbólico, real e imaginário desde os primeiros textos lacanianos, percebe-se que os trabalhos escritos nesse período depuram a questão do Outro. O que aparece é a importância do conceito de metáfora paterna na constituição da realidade psíquica, possibilitando um avanço no estudo das psicoses. O tema do objeto, inicialmente isolado em sua função imaginária a partir da noção de “pequeno outro”, acaba por ser tomado em 1955 no seminário sobre as formações do inconsciente, em sua vertente real inscrevendo-se como complemento do sujeito barrado, na fórmula da fantasia  $\$ \diamond a$ , onde se estrutura o desejo, base de toda realidade psíquica.

##### 4.1 A função da fala e a ordem simbólica

Ora, o real com que se defronta a análise é um homem a quem é preciso deixar falar. É na medida do sentido que o sujeito traz, efetivamente, ao pronunciar “eu” [je], que se decide se ele é ou não aquele que fala; mas a fatalidade da fala, ou seja, a condição de sua plenitude, pretende que o sujeito, por cuja decisão se mede propriamente, a cada instante, o ser em questão, em sua humanidade, seja tanto aquele que fala quanto aquele que escuta. Porque, no momento da fala plena, ambos participam dela igualmente.

*Lacan, 1953*

A partir de 1953 o sentido do retorno a Freud empreendido por Lacan toma uma forma cada vez mais precisa. A leitura rigorosa que Lacan faz do texto freudiano evidencia a importância da função da fala e do campo da linguagem na experiência psicanalítica. Por essa razão, em seu ensino, Lacan recoloca a fala no centro da prática clínica, ao mesmo tempo que

destaca a importância tanto da temática da formação do analista, quanto das formações do inconsciente.

Lacan nos lembra da importância dada por Freud aos fenômenos linguísticos do lapso, do trocadilho, etc., como formas de expressão do inconsciente, ao mesmo tempo em que indica que a escuta desses fenômenos possibilitou a descoberta do inconsciente.

Em 1953, no texto “Discurso de Roma”, Lacan introduz um novo horizonte ao afirmar que uma “ordem simbólica” se impõe na estruturação do inconsciente: “Pois onde situar, por gentileza, as determinações do inconsciente senão nos quadros nominais em que se baseiam desde sempre, no ser falante que somos, a aliança e o parentesco, nas leis da fala em que as linhagens fundamentam seu direito, no universo de discurso em que elas misturam suas tradições?” (LACAN, 1953, p. 144). Cabe notar que Lacan propõe que o inconsciente é formado por uma ordem simbólica ligada à própria transmissão da linguagem e, mais especificamente, a certos significantes que estruturam e, ao mesmo tempo determinam o sujeito. Lacan reitera que a ordem simbólica é a ordem essencial em que se situa a psicanálise e, com isso, marca o lugar da escuta analítica na clínica. Na clínica não se trata de intervir no sentido de uma passagem a consciência, mas de uma passagem para a fala, pois é preciso que a fala seja ouvida “por alguém ali onde não poderia nem sequer ser lida por ninguém...”. (LACAN, 1953, p. 146). A esse respeito, observa que a escuta analítica deve distinguir o *eu* (*moi*) lugar do imaginário e o sujeito (*je*), como aquele que fala, pois o eu, “verdade primeira da psicanálise nunca é senão metade do sujeito (...)”. (LACAN, 1953, p. 151). Nesse ponto deixa claro que, para além do eu, instância que implica desde o início uma consistência que é sempre defensiva, existe a função de sujeito, que se revela na enunciação.

Para ele as incidências imaginárias na experiência psicanalítica não fornecem nada que não seja inconsistente, a menos que sejam referidas à ordem simbólica, como elemento que as liga e as orienta. É a própria questão da realidade psíquica que se evidencia, já que a fantasia é seu motor. Assim como Freud, Lacan acredita que a realidade psíquica é a realidade decisiva, e que o valor da psicanálise está em operar sobre a fantasia, pois é nela que o sujeito se realiza em sua própria divisão. (LACAN, 1953, p. 357).

Essas questões são retomadas por Lacan no trabalho “Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise” (1953), em que denuncia os desvios teóricos cometidos pelos psicanalistas pós-freudianos, ao mesmo tempo que propõe um retorno ao estudo de Freud no qual o psicanalista deveria se engajar, com o objetivo de se tornar um “mestre/senhor das funções da fala” (LACAN, 1953, p. 245). Nesse texto, além de lançar as bases para uma teoria a respeito do registro simbólico, Lacan apresenta um novo paradigma, tanto no que se refere à

experiência psicanalítica, quanto à formação dos analistas.

A crítica por ele tecida aos psicanalistas pós-freudianos tem como objetivo recentrar a prática clínica naquilo que ela tem de fundamental, ou seja, a fala do analisante, com suas escansões, seus lapsos e relatos de suas lembranças. Lacan mostra que há uma realidade discursiva que antecede o sujeito e ao privilegiar o campo da palavra mostra que é o significante que faz com que as coisas existam. Diferentemente de uma intervenção puramente pedagógica, ou de um reforçamento do *ego*, essa forma de manejar o tratamento oferece ao analisante a possibilidade de se inscrever em sua singularidade e, assim, assumir a responsabilidade por seu sintoma, bem como favorece a possibilidade de uma mudança de posição perante os fatos da vida.

No texto referido, Lacan reconhece a existência de dois tipos de fala na análise nomeando-as de “fala plena” e “fala vazia”. Atesta que a fala plena é aquela que visa a assunção de sua história pelo sujeito, na medida em que ela é endereçada ao Outro (LACAN, 1953, p. 258). Lacan a chama de “verdadeira”, porque constitui a forma de discurso que mais se aproxima da verdade do desejo do sujeito. Nesse sentido, o objetivo de uma análise seria o reconhecimento do desejo do Outro encarnado pelo analista. A fala vazia segundo Lacan habita o registro do imaginário e, por isso, diz respeito ao eu e ao processo de identificação. Lacan adverte que a fala vazia traz obstáculos ao tratamento, pois se apresenta na forma de monólogos vazios que nada têm a ver com a associação livre. (LACAN, 1953, p. 255).

Entretanto, a oposição entre fala plena e fala vazia deixará de ser utilizada por Lacan na medida em que a própria associação livre, entendida como regra fundamental do tratamento “(...) consigna ao sujeito delinear uma fala tão desligada quanto possível de toda suposição de responsabilidade, e que o libera mesmo de toda exigência de autenticidade”. (LACAN, 1953, p. 126).

É importante ressaltar que, em “Função e campo da fala e da linguagem”, pela primeira vez, sublinha que o “inconsciente do sujeito é o discurso do outro” (LACAN, 1953, p. 266), sendo que, no ano seguinte, em sua resposta ao comentário de Jean Hyppolite, atesta que “o inconsciente é o discurso do Outro”, substituindo o “o” minúsculo pelo “O” maiúsculo, já apontando para uma ordem discursiva inconsciente que determina o sujeito. Mais adiante, no contexto do Seminário 2 – “O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise” (1954-55) Lacan cunha os termos “grande Outro” e “pequeno outro”, para distinguir aquilo que é da ordem de uma determinação simbólica e o que é do campo da pura dualidade, tal como visto no capítulo anterior.

Desta forma, o Outro escrito com a inicial maiúscula, adquire para Lacan um status de

conceito na medida em que vem indicar o lugar tomado como referência para a constituição do sujeito. Não se trata, portanto de uma pessoa, mas sim de um ponto, de onde os significantes são endereçados ao sujeito, no sentido mesmo de constituí-lo. O sujeito advém como o efeito de um discurso.

Por essa via, o trabalho do analista deve se centrar na escuta do discurso do sujeito e as intervenções devem possibilitar sua desalienação em relação às miragens imaginárias criadas pelo eu. Para Lacan, a análise centrada unicamente no imaginário estabelece uma comunicação fantasística entre o analista e o paciente em que a fala é excluída e a subjetividade só é admitida no “parêntese da ilusão”. (LACAN, 1953, p. 306).

Lacan retoma a fórmula freudiana *Wo Es War, soll Ich Werden*<sup>21</sup> para denunciar o uso deturpado que os analistas pós-freudianos dela fizeram, transformando o sujeito num *isso* que deve se submeter a um *ego*. Reitera que tal interpretação se coloca como um apoio ao analista, pois na verdade, é de seu próprio *ego* que se trata no final.

A subversão promovida por Lacan foi justamente a de evocar a existência de uma ordem simbólica, que coloca o sujeito numa relação direta com sua própria fala, visto que antes mesmo de nascer, o sujeito é inserido em um mundo simbólico, ou seja, em um mundo constituído por uma ordem simbólica. Com isso, podemos pensar que a linguagem simbólica insere o homem na cultura, ao mesmo tempo em que inaugura um modo diferente de relação com a própria realidade. Lacan salienta que o sujeito, ao ser inserido nessa ordem simbólica que existe muito antes de ele nascer, se estrutura a partir do Complexo de Édipo, ocupando um lugar nesse sistema de relações.

O analista é convocado a buscar no discurso do analisante essa ordem simbólica que o determina, através do relato de suas relações familiares, relações estas organizadas a partir de estruturas complexas que são regidas por uma Lei que se faz “conhecer suficientemente como idêntica a uma ordem de linguagem.” (LACAN, 1953, p. 279).

Destaca que a função simbólica é o próprio inconsciente e que este tem como suporte uma Lei engendrada pelo significante Nome-do-Pai indicando, já nesse momento, a importância da função paterna como o elemento regulador da relação do sujeito “com a imagem e a ação da pessoa que a encarna, daí resultando um modo de compreensão que irá repercutir na própria condução das intervenções.” (LACAN, 1953, p. 280)

Um ponto importante destacado por Lacan em “Função e campo da fala e da linguagem” diz respeito à importância do desejo na constituição do sujeito. Afirma que o ser

<sup>21</sup> “lá onde isso estava, lá, como sujeito, devo [eu] advir.” (LACAN, 1965-66, p. 878).

vivente se aniquilaria na “servidão... se o desejo não preservasse seu papel nas interferências que fazem convergir para ele os ciclos da linguagem quando a confusão das línguas mistura-se a eles e as ordens se contrariam nas dilacerações da obra universal.” (LACAN, 1953, p. 280). Dizendo de outro modo, o que Lacan destaca é que na ordem simbólica, o desejo é aquilo que permite que o vivente seja investido libidinalmente pelo outro responsável por introduzi-lo no universo humano. Ou seja: para que o ser vivente habite o universo humano faz-se necessário que ele seja essencialmente desejado e reconhecido pelo Outro. Lacan (1953, p. 280) pontua que:

O que está em jogo numa psicanálise é o advento, no sujeito, do pouco de realidade que esse desejo sustenta nele em relação aos conflitos simbólicos e às fixações imaginárias, como meio de harmonização destes, e nossa via é a experiência intersubjetiva em que esse desejo se faz reconhecer. Por conseguinte, vê-se que o problema é o das relações, no sujeito, entre a fala e a linguagem.

Três paradoxos são apontados por Lacan nas relações entre a fala e a linguagem. O primeiro é colocado pela loucura em que identificamos, de um lado, a existência de uma fala que renunciou a se fazer reconhecer - indício da ausência de inscrição do desejo - e, de outro, a formação singular de um delírio, que objetiva o sujeito em um linguagem sem dialética. Nesses casos, o sujeito é mais falado do que fala, o que já mostra que no inconsciente algo se “petrificou” (LACAN, 1953, p. 281).

O segundo paradoxo, segundo Lacan, é representado nos sintomas, na inibição e na angústia em que a fala encontra apoio nas quer funções naturais do sujeito, quer nas imagens que organizam, “no limite do *Umwelt* e do *Innenwelt*, sua estruturação relacional”. Lacan postula que o sintoma é uma fala em plena atividade e que foi decifrando essa fala que Freud encontrou a linguagem primeira dos símbolos. O terceiro paradoxo da relação da linguagem com a fala é o do sujeito que perde seu sentido nas objetivações do discurso. Lacan reconhece aqui a presença de uma alienação profunda do sujeito influenciado pelo discurso da ciência, em que a comunicação pode se estabelecer para ele na objetivação de uma ciência que permitirá esquecer sua subjetividade.

A partir dessas asserções faz-se necessário compreender que Lacan diferencia a fala da linguagem, destacando que a função simbolizadora da fala é introduzir um efeito significativo e que esse efeito da fala não tem relação com a linguagem entendida como faculdade de expressão que faz uso de signos. Enquanto a linguagem é referida ao discurso do outro, a fala, observa Lacan, “implica seu autor ao investir seu destinatário de uma nova realidade...”. (LACAN, 1953, p. 299) Segundo Lacan (1953, p. 301):

O que busco na fala é a resposta do outro. O que me constitui como sujeito é minha pergunta. Para me fazer reconhecer pelo outro, só profiro aquilo que foi com vistas ao que será. Para encontrá-lo, chamo-o por um nome que ele deve assumir ou recusar para me responder.

O texto chama a atenção para a responsabilidade do analista que, ao intervir a partir de sua subjetividade, precisa reconhecer na fala do analisando, pelo viés do discurso simbólico, de que lugar procede seu eu, ou seja, “em saber através de quem e aquém o sujeito formula sua pergunta.” (LACAN, 1953, p. 304). Podemos pensar que, em um certo sentido, a primazia dada ao simbólico nesse momento do ensino de Lacan vem mostrar que a interpretação analítica, é antes de mais nada, uma operação simbólica e, portanto, concerne à dimensão do significante.

Na análise, por mais que a fala se apresente como um discurso vazio, ela se constitui como uma verdade, mediante o fato de estar sendo comunicada a um Outro. Ela é a única via mediante a qual o analista pode atuar, no sentido de favorecer a emergência do desejo do sujeito, assim como a revelação de seu inconsciente. O analista deve dirigir sua escuta para ouvir o que o sujeito fala sem saber que fala, pontuando para que um sentido seja dado. (LACAN, 1953, p. 153).

O que Lacan vai destacar no texto referido é que para além do imaginário, existe uma ordem simbólica, que instaura e ordena a cultura. A ordem simbólica mostra que o homem, por estar inserido no registro da linguagem, desvinculou-se de qualquer ordem natural regida por instintos, passando a ser regido por uma lei que estabelece a interdição do incesto, ao mesmo tempo em que organiza e estrutura as relações e escolhas de objeto, criando as condições necessárias para que as relações do homem com o mundo tenham alguma estabilidade.

Cabe ressaltar que, nesse momento de sua obra, Lacan lança as bases daquilo que irá fundamentar sua doutrina acerca dos três registros que regem a realidade humana: o simbólico, o imaginário e o real. Com a teoria acerca do imaginário mostrou que o eu é uma projeção imaginária da qual o ser falante vai se servir, para constituir, tanto sua imagem corporal, quando a realidade. Por outro lado, Lacan também mostra que, para que haja uma maior estabilidade, é necessário que o eu possa suportar a destituição das imagens e das identificações. Com isso, podemos afirmar que o imaginário não se sustenta sem um enlace com o simbólico, pois é este que, em última instância, possibilita ao sujeito fazer uso da palavra como via de mediação em suas relações com os objetos.

A partir do texto “Função e campo da fala e da linguagem”, a questão que se coloca é

a de saber como a introdução das noções de simbólico, imaginário e real se ligam à questão da constituição da realidade para o sujeito humano. Como a realidade é concebida a partir do ensino de Lacan?

Verificamos que, num primeiro momento, com a noção de estágio do espelho, Lacan destaca a existência de um real que o imaginário vem recobrir a partir da identificação com a imagem ideal do outro. No entanto, com a introdução da noção de ordem simbólica como campo de onde precisamente se articulam os significantes, ou seja, o campo dos efeitos de linguagem, Lacan mostra que toda apropriação do real pelo imaginário é insuficiente para oferecer alguma estabilidade para as relações humanas. O simbólico e, por conseguinte, a linguagem, será o elemento privilegiado por Lacan como recurso último que capacita o ser humano a contornar, minimamente, o real inassimilável.

Entretanto, é preciso lembrar que, assim como Freud, Lacan acreditava na precariedade da realidade e, por isso, destaca em sua obra que nossa apropriação do real por intermédio do simbólico e do imaginário é sempre, necessariamente, incompleta. Há sempre algo que é impossível recobrir, mesmo com o recurso da linguagem. Nesse sentido, será o recurso à fantasia criada a partir do enodamento entre imaginário e simbólico aquilo que recobrirá o real que, em última instância, aponta para o fato traumático da inexistência de um objeto absoluto de satisfação e também da diferença sexual. Assim sendo, o que se coloca é a assunção de uma falta que estrutura o sujeito, já que a entrada na linguagem pressupõe, desde sempre, uma perda de gozo.

Um ponto a ser considerado é que a indestrutibilidade do desejo inconsciente, destacada por Freud, traz para a cena a questão da repetição, insistência que ocorre no psiquismo que faz retornar o fracasso do encontro com o objeto da satisfação. Dizendo de outro modo, a nostalgia põe o sujeito, sob o signo de uma repetição, a buscar, em cada relação, o objeto perdido, fato que o coloca sempre diante do impossível, pois o objeto encontrado nunca será o mesmo da experiência primária.

#### **4.2 O sujeito de Lacan: uma subversão**

A questão do eu e do sujeito, tal como aponta Ogilvie (1991, p. 11), “retorna com insistência e nitidez particulares” sob a rubrica da filosofia e da psicologia, sendo retomada por Lacan em sua proposta de “repensá-la de modo novo”. Nesse sentido, Lacan propõe uma



subversão cujo sentido é necessário explorar, tendo em vista o embotamento do pensamento a respeito da práxis psicanalítica.

Mas, em que consiste a subversão promovida por Lacan? Para encontrarmos uma resposta para essa questão, faz-se necessário percorrer, ainda que de forma breve, o caminho trilhado por Lacan em seu objetivo de construir e ao mesmo tempo situar sua conceituação a respeito do “sujeito do inconsciente”.

O cerne da questão proposta por Lacan encontra-se em sua intenção de dar ao eu um estatuto radicalmente diferente do que fora pensado, tanto pela filosofia quanto pela psicologia e, com isso, situá-lo em uma referencia que é própria ao campo psicanalítico. Dessa forma, enquanto a filosofia e a psicologia, ancoradas no *cogito* cartesiano, pensam o eu como instância da razão, Lacan o situa no registro imaginário, afirmando que ele “é o sintoma humano por excelência, é a doença mental do homem.” (LACAN, 1953-1954, p. 27). Pode-se dizer que a precariedade do eu demonstrada na clínica e, de modo bastante particular, na clínica com as psicoses, foi o que levou Lacan a pensar o eu em sua função imaginária: “É a partir dessa função imaginária que podemos conceber e explicar o que é o ego em análise. (...) O ego aí se manifesta como defesa, recusa.” (LACAN, 1953-1954, p. 75) Entretanto, surge uma nova questão: onde situar a função do sujeito na psicanálise?

Ogilvie observa que, desde a tese, o que vemos sendo delineado no ensino de Lacan foram “diversos deslocamentos e tentativas de conceitualização’, para colocar a questão do sujeito, “já presente no campo filosófico, num outro terreno.” (LACAN, 1953-1954, p. 18) Para tanto, Lacan toma como ponto de partida a hipótese freudiana do inconsciente, para dali fundamentar sua tese a respeito do “sujeito do inconsciente”.

Em “Subversão do sujeito e dialética do desejo”, (1960), Lacan se propõe a questionar de forma profunda a função do objeto do desejo na psicanálise. Para tanto, mantém um diálogo com a ciência moderna, a filosofia e a psicologia de forma a mostrar “o que acontece com a questão do sujeito, tal como a psicanálise propriamente a subverte.” Ele propõe “demonstrar que a função do sujeito, tal como a instaura a experiência freudiana, desqualifica na raiz o que sob esse título só faz, não importa a forma que se revistam suas premissas, perpetuar um contexto acadêmico.” (LACAN, 1960, p. 809)

A psicanálise, como teoria “apreendida no movimento de uma reflexão iniciada na *práxis*”, (MILNER, p. 29). subverte a noção de sujeito como substância, hipótese defendida pela ciência moderna cujo fundamento encontramos em Descartes. Para Descartes o eu é substancial, sendo essa substância aquilo que garante sua identidade frente à ação do tempo e do espaço. O *cogito* cartesiano defende a tese de que o pensamento é simultâneo à existência

formulando a célebre proposição “penso, logo existo”. (DESCARTES, p. 36).

Lacan retoma a noção freudiana de inconsciente para situar a questão do sujeito na psicanálise. Com isso, destaca o descentramento que a descoberta do inconsciente provocou ao apontar - a partir da experiência psicanalítica - que “o eu não é senhor, nem mesmo em sua própria casa”. A noção de inconsciente, segundo Lacan, insere a psicanálise na posição de “representar o advento de um novo sismo”, a exemplo do abalo provocado anteriormente pelas descobertas de Copérnico e Darwin.

O inconsciente freudiano é situado por Lacan, não em sua negatividade em relação ao consciente, mas sim em uma relação à ideia de “cadeia de significantes que em algum lugar (...) se repete e insiste, para interferir nos cortes que lhe oferece o discurso efetivo e na cogitação a que ele dá forma.” É a lógica do significante que se destaca nesse momento do ensino de Lacan, indicando que o inconsciente é regido pelas leis do significante, nomeada por Freud de processo primário. É a própria estrutura da linguagem que Lacan reconhece no inconsciente para, a partir daí, se perguntar: “Uma vez reconhecida a estrutura da linguagem no inconsciente, que tipo de sujeito podemos conceber-lhe?” (LACAN, 1960, p. 814)

Para Lacan, a estrutura da linguagem pré-existe ao inconsciente e é sua condição, produzindo um sujeito dividido. Nesse momento o sujeito é localizado como um efeito da cadeia significante, diferente do *eu* que é efeito de uma imagem. O sujeito é dividido em função da barra que nega ao significante a função de representar o significado: “Para que não seja vã nossa caçada, a nós, analistas, convém reduzir tudo à função de corte no discurso, sendo o mais forte aquele que serve de barra entre o significante e o significado. Ali se surpreende o sujeito que nos interessa (...).” (LACAN, 1960, p. 815)

Lacan propõe a estrutura topológica do grafo do desejo para mostrar como se dá a divisão ou *Spaltung* do sujeito representado pela escrita \$ (S barrado), sendo que a barra representa a ação do significante sobre o sujeito. Essa proposição tem efeitos diretos sobre a *práxis* psicanalítica pois, na clínica, o corte tem a função de revelar a estrutura do sujeito do inconsciente, a quem o gozo perdido é interditado. É nesse momento, quando o gozo é interditado, que acontece a emergência do sujeito do desejo, um sujeito que se encontra do lado da enunciação e não do enunciado.

A emergência do real no corte da cadeia significante tem como efeito a emergência da “estrutura do sujeito como descontinuidade no real.” E acrescenta:

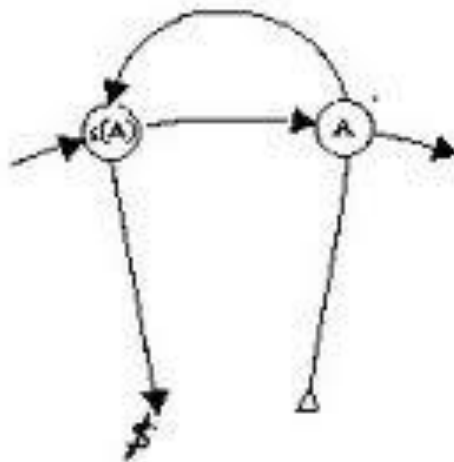
É por essa via que se cumpre o imperativo que Freud leva ao sublime da sentenciosidade pré-socrática: *Wo Es war, soll Ich werden* (...) lá onde isso foi... o que significa? (...) Lá onde isso era, estava no instante exato, lá onde isso era, estava

um pouquinho entre a extinção que ainda brilha e a eclosão que tropeça, [Eu] posso vir a sê-lo, por desaparecer de meu dito. (LACAN, 1960, p. 816)

Encontramos aqui uma posição radical que designa o sujeito, senão no apagamento do significante. É no nível do “ele não sabia” que o sujeito se situa e se constitui como não sabendo, na linha da enunciação. Em contrapartida, o saber abole o sujeito cada vez que ele tenta nomear seu desejo. A questão é que o sujeito não pode dizer nada de si enquanto desejante, “ali onde é desejado, sob a pena de se abolir como desejante e passar para o registro da demanda.” (KAUFMMAN, 1993, p. 504). Em suma, é a impossibilidade de o sujeito nomear seu desejo o que Lacan aponta nesse momento.

Os diferentes momentos de construção do grafo do desejo foram feitos na tentativa de localizar a posição do sujeito em relação ao desejo do Outro, interrogando: *Che vuoi?* Que queres? Trata-se da relação entre necessidade, demanda e desejo, os três pontos que situam o sujeito em sua relação com o Outro.

Grafo 1



No primeiro esboço do gráfico, a cadeia significante é sustentada pelo vetor S, S' em que se produz dois pontos de entrecruzamento que vai de A a \$. No primeiro ponto do cruzamento, a função de A é representar o grande Outro, o “tesouro do significante”. No outro ponto  $s(A)$ , é onde a significação se constitui como produto acabado, ou seja, como mensagem. O que vemos nesse primeiro esboço do grafo é um assujeito que dirige uma demanda a um grande Outro (A), e que, em função dessa resposta, se apropria da linguagem.

Lacan propõe no primeiro patamar do grafo trabalhar a questão da repetição, partindo da relação do sujeito com o significante:

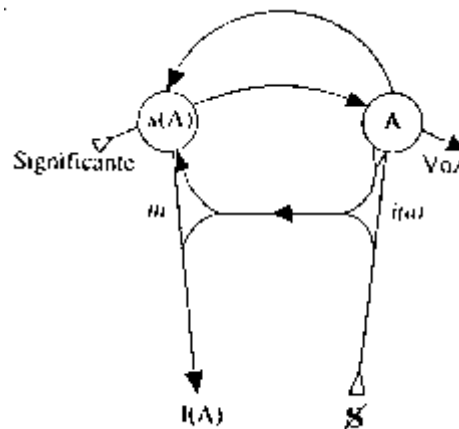
A submissão do sujeito ao significante, que se produz no circuito que vai de  $s(A)$  a

A volta de  $A$  para  $s(A)$ , é propriamente um círculo, na medida em que a asserção que ali se instaura, por não se fechar em nada senão em sua própria escansão, ou, em outras palavras, na falta de um ato em que encontre sua certeza, remete apenas a sua própria antecipação na composição do significante, em si mesmo insignificante (LACAN, 1960, p. 821).

No esquema,  $s(A)$  é chamado de significante do Outro sendo ali o cruzamento em que se dá a pontuação que vem do Outro, originando a significação (sentido). O que vemos se esboçar é um circuito sem saída em que o sujeito, a partir da introdução do significante do Outro, fica alienado na demanda e, por conseguinte, não se constitui como desejante. Como aponta Lacan, o sujeito se constitui como efeito do encontro com a linguagem.

Na parte baixa do grafo vemos sendo delineado por Lacan a questão da estrutura dual, a partir da identificação a um ideal que traz a problemática do eu novamente para o centro.

Grafo 2



A fórmula  $i(a)$  constitui-se como a imagem antecipada que o sujeito tem de si mesmo em seu espelho ( $m$ ). A fixação na imagem constitui o eu ideal, como um ponto a partir do qual o sujeito se detém. Lacan retoma a questão do eu no grafo para mostrar que, por estar preso a uma imagem, ele é “função de domínio, jogo de impotência, rivalidade constituída. (...) Onde o ego transcendental se vê relativizado, implicado como está no desconhecimento em que se inauguram as identificações do eu.” (LACAN, 1960, p. 823)

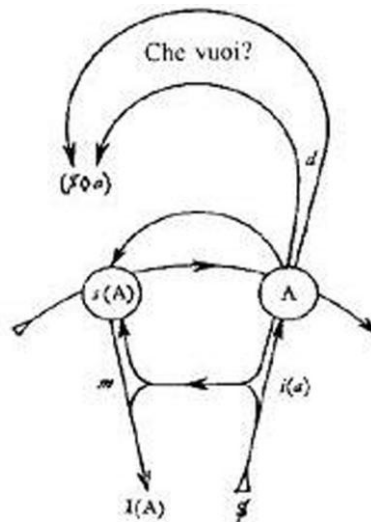
O segundo patamar do grafo mostra que, enquanto que o eu se constitui a partir da imagem do outro (pequeno outro, semelhante), o sujeito se constitui como efeito da cadeia significante, no lugar em que se produz a mensagem e sua retroação.

Entretanto, se num primeiro momento a alienação ao significante do Outro é necessária para a própria sobrevivência do ser vivente, em um segundo ela se torna a causa de muitos problemas, por isso Lacan nos remete a um mais além que aponta para o desejo.

Com efeito, é muito simplesmente – e diremos em que sentido – como desejo do Outro que o desejo do homem ganha forma, porém, antes de mais nada, somente guardando uma opacidade subjetiva, para representar nele a necessidade. Opacidade que diremos de que maneira constitui como que a substância do desejo. O desejo se mostra na margem em que a demanda se rasga da necessidade: essa margem é a que a demanda, cujo apelo não pode ser incondicional senão na relação ao Outro, abre sob a forma da possível falha que a necessidade pode aí introduzir, por não haver satisfação universal (o que é chamado de angústia). (LACAN, 1960, p. 828)

Lacan destaca que em sua relação com o Outro, o sujeito busca se fazer reconhecer mais-além de sua demanda “num ponto em que tenta se afirmar como ser”, entretanto, o que encontra é apenas  $S(A)$ , que significa dizer que o Outro está também marcado pelo significante, ou, melhor dizendo, falta-lhe um significante. Não há Outro do Outro, afirma Lacan, indicando que é pela falha, isto é, pela falta inscrita no Outro que o sujeito pode aceder a seu desejo, mas não sem passar pela angústia. É na medida em que o desejo do Outro se transforma em um enigma – *Che vuoi?* Que queres? - que emerge a angústia.

Grafo 3



Lacan constrói um terceiro patamar no grafo, para melhor situar o sujeito em relação ao desejo do Outro: “... o desejo do homem é o desejo do Outro, onde o “de” fornece a determinação chamada pelos gramáticos de subjetiva, ou seja, é como Outro que ele deseja...”. (LACAN, 1960, p. 829). Lacan afirma que o desejo aparece no sujeito na forma de uma denegação que o insere no desconhecimento de si mesmo. Dito de outro modo, o sujeito transfere a permanência de seu desejo para um eu cuja tendência é se proteger, ou mesmo, se defender.

Lacan introduz no grafo a fórmula da fantasia  $\$ \diamond a$  (sujeito dividido punção de a) para mostrar que o desejo é regulado pela fantasia “assim formulada de maneira homóloga ao que acontece com o eu em relação a imagem do corpo... a fantasia é propriamente o “estojo”

daquele [Eu] que é primordialmente recalcado, por só ser indicável no *fading* da enunciação.” (LACAN, 1960, p. 831). Entendemos que, nesse texto, Lacan faz referência à fantasia originária inconsciente, constituída a partir da instauração da metáfora paterna, que corresponde ao recalque originário em Freud. A fantasia fundamental, enquanto suporte do desejo, tem a função de mediar a relação do sujeito com o real, de uma forma que pode ser denominada de defensiva. A fantasia originária, em último caso, funciona como um ponto de fixação, que regula a relação do sujeito com mundo.

No terceiro patamar do grafo, Lacan distingue o que é da ordem do imaginário e que se relaciona com a imagem do corpo, e o que é da ordem da fantasia, para mostrar que o sujeito indicado pelo Eu com letra maiúscula, é ancorado de um lado pela fantasia e, de outro, pela angústia. A fantasia, entendida como fator que sustenta o desejo, remete o sujeito à realidade de que a pulsão só se satisfaz parcialmente. É o encontro com essa parcialidade da pulsão que apresenta uma resposta, ainda que incompleta para a falta de um significante no Outro representado no grafo pelo matema  $S(A)$ .

O que vemos se esboçar é o fato de Lacan localizar o sujeito na fantasia que, por sua vez é sustentada por um objeto faltoso representado na fórmula pelo  $a$  minúsculo (objeto  $a$ ). O fato é que o encontro com a ausência de um significante no Outro marca o momento de *fading* do sujeito, em que ele não encontra em si algo que lhe garanta e que lhe permita situar-se e nomear-se no nível do discurso do Outro, ou seja, como sujeito do inconsciente. Esse é o momento em que, segundo Lacan, surge o  $a$  enquanto objeto faltoso causador de desejo que se insere como suporte do sujeito barrado na fantasia. Essa operação caracteriza a própria divisão do sujeito, pois enquanto ele tenta autenticar-se na demanda dirigida ao Outro, isto é, enquanto sujeito da fala, fica suspenso pela aparição no nível do Outro da ausência de um significante. A ausência de resposta do Outro é uma experiência que causa no sujeito uma sensação de estranheza, pois a imagem recusada na vivência da relação dual faz com que o sujeito apareça em sua dimensão de objeto  $a$ , revelando sua dependência em relação ao Outro (LACAN, 1962-1963, p. 51). Quando a demanda não é respondida, o que comparece é o vazio. O encontro com o objeto  $a$  remete o sujeito a uma falta que é estrutural, que mostra que não há nenhuma garantia no Outro.

Por conseguinte, a angústia emerge no momento em que o sujeito se apreende como objeto  $a$ , momento esse em que as identificações que o sustentavam sofrem uma fratura e o sujeito não mais se reconhece (LACAN, 1962-1963, p. 56). Na angústia a divisão do sujeito comparece revelando sua posição de objeto no desejo do Outro. Dessa forma, podemos afirmar que a angústia comparece ali onde a falta de um significante no Outro se presentifica,

revelando a opacidade de seu desejo. É o ponto de captura do sujeito no enigma do desejo do Outro, a que o sujeito tem a possibilidade de responder a partir de sua fantasia.

O que há de subversivo nessa proposição é que o sujeito identifica a falta do Outro com sua demanda, ou, melhor dizendo, “a demanda do Outro” vai assumir para ele “a função de objeto em sua fantasia”, o que é representado no grafo pela fórmula  $\$ \diamond D$ . Com isso, podemos afirmar que Lacan subverte a noção de sujeito na medida em que o define como causado pelo objeto *a*. (LACAN, 196, p. 838).

Em O Seminário – livro 6 – “O desejo e sua interpretação” Lacan ratifica essa tese afirmando:

Nesta relação que faz que o \$, no ponto em que ele se interroga como \$, não encontra para se suportar senão uma série de termos que são estes que nós chamamos aqui *a*, como objetos no fantasma (...) Isto é, a via que parte do sujeito enquanto ele é barrado, enquanto é ele que levanta, que suscita o termo do objeto. (LACAN, 1958-59, p. 405)

É como objeto do desejo, ou mesmo, do gozo do Outro que o sujeito vem à existência. A questão é que na operação que articula o campo do Outro com o campo do sujeito, que podemos articular aqui com a entrada do homem na linguagem, resulta um resto que é nominado como *a*. Em outros termos, há uma perda irremediável e que é em torno dessa perda que o sujeito se constitui. Neste sentido o *a* pode ser entendido como o que resta dessa marca imprimida no corpo pelo Outro, libra de carne que deve ser sacrificada, para que o sujeito emergja como sujeito da linguagem para além de um mero organismo.

Lacan identifica três formas pelas quais o objeto se apresenta na experiência psicanalítica que são: *a*,  $\phi$ , *d* e afirma que são elas que desempenham a função de fazer advir “os significantes que o sujeito tira de sua própria substância para sustentar diante dele, precisamente, este buraco, esta ausência do significante ao nível da cadeia inconsciente.” (LACAN, 1958-59, p. 406)

Seguindo esse raciocínio, destaca que é no corte, momento em que a angústia se apresenta elidindo a palavra,<sup>22</sup> que o sujeito se encontra no ponto de sua interrogação e da mesma maneira, é como forma de corte que o *a*, objeto faltoso inapreensível, mostra sua forma. O corte, diz Lacan, é uma marca que instaura a passagem a uma função significante. (LACAN, 1958-59, p. 408), que podemos entender como sendo a função do sujeito. Lacan

<sup>22</sup> “A angústia é esse corte – esse corte nítido sem o qual a presença do significante, seu funcionamento, seu sulco no real, é impensável...” O Seminário - livro 10 - A angústia pg. 88.

conclui:

Parece-me que aqui eu não tenho mais a dizer disso. Eu vou contudo dizer mais para lhes mostrar o que isto quer dizer no discurso freudiano; por exemplo o “*Wo Es war, soll Ich werden*”, “Lá onde Isso era, lá eu devo advir”. É muito preciso, é este *Ich* que não *das Ich* que não é o eu (*moi*), que é um *Ich*, o *Ich* utilizado como sujeito da frase. “Lá onde Isso era, lá onde Isso fala”, ou seja, onde no instante anterior alguma coisa estava que é o desejo inconsciente, lá eu devo me designar, lá “Eu devo ser”, este Eu que é o alvo, o fim, o termo da análise antes que ele se nomeie, antes que ele se forme, antes que ele, antes que ele se articule, a supor que ele nunca faça, pois também na fórmula freudiana este “*soll Ich werden*”, este deve ser este “devo-Eu advir” é o sujeito de um advir, de um dever que lhes é proposto. (LACAN, 1958-59, p. 401)

O texto revela a radicalidade da proposição de Lacan, que consiste em fazer coincidir o sujeito com o desejo inconsciente, o que nos faz pensar que o sujeito é uma função, que possibilita a emergência do desejo.

Entretanto, essa operação só se realiza com a extração do objeto *a*, quando o sujeito se submete aos efeitos do corte, de uma divisão significativa, vindo ocupar uma posição diferente em sua relação com o Outro, sendo que isso se dá a partir do momento em que ele é capaz de se apropriar da ordem significativa, pois, assim como observa Lacan, “não somos objetos do desejo senão como corpo.” (LACAN, 1962-63, p. 237).

O que vemos se delinear nesse momento é uma articulação entre o real e o simbólico, o que significa o mesmo que dizer que o real toma seu lugar no simbólico “para além do sujeito do conhecimento. (...) como alguma coisa que tapeou a esperança no conhecimento.” (LACAN, 1962-63, p. 404).

É possível verificar que as asserções de Lacan objetivam dar uma localização para o sujeito da psicanálise, ao mesmo tempo que refutam a noção de sujeito como uma substância. Como consequência disso, a noção de realidade - definida pelos campos epistemológico, filosófico e científico enquanto um conjunto de dados imutáveis que pode ser apreendida através da observação rigorosa - ganha um novo estatuto na psicanálise. Um estatuto que transpõe as barreiras impostas pelo racionalismo cartesiano, na medida em que aponta para o inconsciente freudiano, e, por conseguinte para a função do sujeito delimitada por Lacan.

O aprofundamento de tais questões se dará em 1966 no texto “A ciência e a verdade”, a propósito de uma discussão a respeito do objeto da ciência, da psicologia e da psicanálise. Nesse texto, Lacan toma Descartes como interlocutor, para estabelecer uma diferenciação entre a verdade da ciência e a verdade do sujeito.

É sabido que Descartes inaugura o campo epistemológico, ao propor um método que pudesse alcançar o conhecimento das coisas de forma indiscutivelmente segura e clara. Vê-se



porém, “enlaçado” por “dúvidas e erros” (DESCARTES, p. 11) que só aumentaram a convicção em sua ignorância. Propõe, então a dúvida, como método para alcançar o perfeito conhecimento, cujo limite se encontra em Deus. Num movimento de generalização crescente, Descartes põe em cheque todo o conhecimento já estabelecido pelo homem, para alcançar uma verdade que resista a qualquer tentativa de destruição. Com isto, observa que, ao desejar considerar tudo como sendo falso conclui que ao pensar, ele fosse alguma coisa e propõe sua célebre fórmula “penso, logo existo”. (LACAN, 1962-63, p. 36) Neste sentido, propõe uma divisão entre mente (pensamento) e corpo, passando a ter como verdadeiro todo pensamento isento de ilusões. Assim nasce a noção de sujeito moderno, o sujeito do conhecimento e, portanto, da razão, na medida em que é capaz de produzir conhecimento. Considera-se que o advento do sujeito em Descartes promoveu uma ruptura em relação a toda a ideologia teológica instituída na Idade Média. A ciência moderna surgiria, então, como consequência do afastamento do homem da filosofia platônica, da teologia e da metafísica. (MILNER, p. 28).

O “sujeito da ciência” é a referência utilizada por Lacan no texto mencionado para localizar de forma precisa a relação entre a ciência e a psicanálise, fazendo então equivaler o sujeito da ciência ao sujeito da psicanálise, uma equivalência que se dá na relação do saber com a verdade. (LACAN, 1966, p. 870). Entretanto destaca a existência de um paradoxo quando afirma que a ciência moderna ao mesmo tempo que favorece o aparecimento do sujeito, sem se dar conta, acaba por excluí-lo, na medida em que nega a existência dos fenômenos inconscientes descritos por Freud.

Ao contrário do que se possa pensar, Lacan não desconsidera a importância do surgimento da ciência moderna a partir de Descartes. Afirma que é impossível que a psicanálise tivesse surgido antes do advento da ciência moderna no séc. XVII, pois esse fato foi o que possibilitou que Freud abrisse “a via que para sempre levará seu nome.” (LACAN, 1966, p. 871). Com isso, Lacan defende a tese de que há uma vocação científica na psicanálise, na medida em que ela é derivada dos ideais que marcaram o advento da ciência moderna. Destaca ainda, a existência de uma correlação entre o sujeito da ciência e o sujeito da psicanálise, porém sublinha que a psicanálise tem uma forma peculiar de operar sobre o sujeito

Em “A ciência e a verdade” Lacan retoma a obra de Descartes para indicar que o *cogito*, ao instituir a dúvida como método, inaugura um momento em que o saber absoluto é colocado em questão. A dúvida como método proposto por Descartes aponta para o processo de destituição subjetiva e para um além da consciência que ele identifica em Deus.

De acordo com Lacan, a *Ichspaltung* freudiana apresentada na segunda tópica, sugere

a ocorrência de um corte, uma cisão fundamental, que situa o sujeito entre o saber e verdade. Nesse sentido, a segunda tópica freudiana propõe um contraponto à proposição “Penso, logo existo” na medida em que aponta para uma divisão constitutiva no sujeito. Tal divisão se revela, de acordo com Lacan, no momento em que a dúvida se estabelece, ou seja, é no momento da dúvida que um saber não sabido pode surgir. Por essa via é que Lacan propõe uma subversão ao cogito cartesiano ao afirmar que “penso onde não sou, logo, sou onde não penso”. (LACAN, 1966, p. 879).

Outro ponto destacado por Lacan no texto referido é a existência de uma especificidade na psicanálise em relação à questão do saber e da verdade. Lacan sublinha que o saber para a psicanálise está do lado do sujeito do inconsciente, sendo que o acesso a ele vai depender de um trabalho analítico que se realiza através de um determinado método - a psicanálise – e requer uma função operante - a do psicanalista. A experiência psicanalítica seria, portanto a via pela qual esse saber, que na verdade é não sabido, ou seja, é inconsciente pode ser acessado pelo sujeito. A experiência psicanalítica traz de volta o sujeito foracuído pela ciência à medida que o convoca a palavra plena. É a fala do sujeito que lhe indicará o caminho de acesso ao saber inconsciente, pois como afirma Lacan em outro momento, “O inconsciente é um saber enquanto falado” (LACAN, 1979, p. 561).

Lacan também questiona as relações do sujeito do inconsciente com a verdade, indicando que este tem a verdade como causa e não como consequência do acesso ao saber pelo uso da razão. A verdade como causa é o que resta do saber, sendo, portanto indecifrável. A verdade não é mais do que aquilo do qual o saber nada pode apreender, ou seja, a verdade não pode ser delimitada ou mesmo circunscrita em um determinado campo do saber. Não é também uma verdade *da* psicanálise, uma *Weltanschauung* (visão de mundo) tal como referiu Freud, mas uma verdade referida ao sujeito, posto que só ele pode semi-dizê-la, assim como Lacan propõe no Seminário XVII “O avesso da psicanálise”: “nenhuma evocação da verdade pode ser feita se não for para indicar que ela só é acessível por um semi-dizer, que ela não pode ser integralmente dita porque, para além de sua metade, não há nada a dizer” (LACAN, 1969-70, p. 53).

Com essa afirmação Lacan atesta que há um ponto da verdade que a fala do sujeito não consegue alcançar, sendo, portanto indecifrável. A esse indecifrável Freud chamou de “umbigo do sonho”. Há um fora do discurso que não pode ser referido pelo sujeito, porque é impossível, sendo que isto aponta para o fato, de que a relação sexual, não existe. Em outros termos, a impossibilidade de se alcançar a plenitude é o que causa o sujeito na medida em que este não abre mão de obtê-la, constituindo-se dessa forma como sujeito do desejo. Lacan

sustenta que o objeto *a*, enquanto faltoso, é o objeto em torno do qual o sujeito se constitui. A divisão do sujeito, portanto, é a encarnação desse nível em que a verdade recobra seus direitos, e sob a forma de um real não sabido, desse real impossível que é esse real do sexo. (LACAN, 1964-65, p. 413).

Dessa forma, Lacan afirmará que o sujeito da psicanálise é um correlato antinômico da ciência, pois por mais que ela se esforce em suturá-lo, esse esforço faz dele um impossível, ou seja, um real. A psicanálise por sua vez aborda esse sujeito não pela via da sutura dessa fenda que o institui, mas ao contrário, faz da fenda a via de acesso ao inconsciente, no propósito de elevá-lo à máxima potência, para que, ao fim, o sujeito possa se responsabilizar pelo desejo que o habita.

Conclui-se, portanto, que o sujeito da psicanálise se estrutura a partir do objeto *a*, mostrando que o que falta na psicologia é um reconhecimento da relação do sujeito com a pulsão. Mas o que significa dizer que o sujeito se estrutura a partir do objeto *a*?

Significa dizer que o sujeito é considerado em sua dimensão de vazio, que ele não vem ao mundo a não ser pela intervenção do Outro. Que é o Outro quem introduz o primeiro significante ( $S_1$ ), o que pressupõe que não há sujeito sem o significante, que ele é fundado a partir da nomeação do vazio e que é essa nomeação que o retira do real. Conforme afirma Lacan no seminário sobre a Ética da psicanálise, o significante opera um corte no real, impondo barreiras e limites à indiferenciação do real, ao qual o sujeito nasce exposto.

São esses significantes que vão, inicialmente, possibilitar a diferenciação de um “dentro” e um “fora”, presença e ausência que instaura o campo do discurso em sua alienação ao significante do Outro, como única chance de esse sujeito não se apagar, não desaparecer. No entanto se, por um lado, a alienação ao significante do Outro é necessária para que o sujeito se constitua, por outro ele é também a causa de sua *afânise*, tal como declara Lacan no Seminário XI, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”: “o sujeito nasce de um lado como sentido, produzido pelo significante, no outro ele aparece como *afânise*” (LACAN, 1964, p. 213). Na experiência psicanalítica, o sujeito resulta do corte na cadeia significante, um corte que o remete ao não sentido, e, por conseguinte, ao fato de que não há no Outro um significante que o represente. É por essa razão que Lacan afirma que o sujeito se encontra no intervalo entre dois significantes. Surge daí a proposição de que *o significante é o que representa o sujeito para outro significante*.

Com efeito, é necessário que o sujeito renuncie ao sentido que o aliena ao discurso de Outro, para que ele possa advir como desejante. Por outro lado, o objeto *a* como resto da divisão significante do sujeito e em sua dimensão de vazio, de falta, não se reduz a nenhum

significante, está fora da cadeia, não se articulando a nenhum discurso. O objeto *a* está ligado ao que é mais *intimo* e, ao mesmo tempo, *ex-timo* ao sujeito. Situando-se do lado do real ele é causa do desejo, um desejo que insiste em se revelar as expensas do eu, nos domínios da fala e da linguagem.

Para além da filosofia e da psicologia, o que vemos aqui é uma oposição entre o sujeito do inconsciente (*Je*) e o eu (*moi*) revelada na operação de separação. Enquanto que o sujeito do inconsciente está do lado da verdade, isto é, da falta, o eu, por seu turno, se encontra do lado da alienação ao Outro, o quer dizer que ele está fixado em uma relação dual, intersubjetiva, que faz oposição, que busca se defender de qualquer aproximação do desejo. O que nos faz concluir que é contra o desejo que o eu se defende, afinal.

A questão essencial que aqui se apresenta é que a experiência psicanalítica evidencia que operação de separação está intimamente ligada à travessia da fantasia, travessia essa que indicaria uma mudança de posição do sujeito em relação ao sintoma, e, portanto, ao gozo.

A fantasia fundamental, surge da relação do sujeito com o Outro, uma intersecção que dá origem ao objeto *a* causa de desejo. (LACAN, 1966-67, p. 18). Ela seria, portanto uma maneira muito peculiar de o sujeito interpretar o enigma em torno do desejo do Outro. Sua função é recobrir a falta que é inerente à condição humana, por isso, podemos afirmar que - enquanto defesa contra o real - é o que organiza e, ao mesmo tempo, constitui a realidade do sujeito humano. Na neurose, é a fantasia que promove o enlace entre o real, o simbólico e o imaginário na medida em que constrói uma representação, ainda que imaginária, para o objeto perdido, constituindo-o como matriz para o desejo do sujeito, ao mesmo tempo em que funciona como proteção em relação ao gozo mortífero.

Na experiência psicanalítica a travessia da fantasia se configura pela queda do objeto *a*, operada a partir da desidentificação do sujeito ao Outro, o que Lacan chamou de destituição subjetiva. É a possibilidade de fazer essa travessia, a partir do encontro avassalador com o real, aquilo que faz com que, no final da análise, ocorra a destituição subjetiva e o surgimento de um sujeito desejante.

A experiência psicanalítica deve, portanto possibilitar que o sujeito se aproprie da incompletude que lhe é inerente. O sujeito deve, no final da análise, recusar “ceder de seu desejo”, porque a ética da psicanálise é uma ética do desejo, que tem como direção o encontro do real, por isso não é regulada por nenhum ideal normativo; antes ela procura colocar em vigor uma lei particular que liga o sujeito ao que lhe é mais íntimo e *ex-timo*. O desejo, como fundamento da relação humana, tem a função de nortear a experiência psicanalítica, conduzindo o sujeito a um juízo ético imprescindível: “Agiste conforme o desejo que te

habita?”<sup>23</sup> O que significa dizer que, no final da análise, o sujeito deve emergir como desejante, uma posição que admite a castração como expressão do real.

---

<sup>23</sup> Ibidem O Seminário - livro 7 – *A ética da psicanálise* pg. 367.

## CONCLUSÃO

Finalizo este trabalho com a sensação de ter cumprido uma etapa, não só no que tange ao percurso teórico empreendido nesses últimos anos, mas principalmente no que se relaciona a um outro percurso de ordem particular. Isso me impele a pensar que a escrita em psicanálise é, acima de tudo, uma experiência de passagem, em que somos remetidos a um mais além que aponta para um tornar-se desejante, mas também para um impossível de tudo concluir. Entendo que o ganho obtido com a pesquisa não se restringe à simples aquisição de conhecimento, o que na academia é supervalorizado, em detrimento do percurso singular que cada um empreende durante o processo de construção de uma dissertação ou tese.

Há uma especificidade na pesquisa em psicanálise que a liga à construção de um saber que de modo algum é exterior àquele que o busca, estando, portanto, intimamente vinculado à experiência de análise, sem o que não se poderia falar de um “tripé” na formação do psicanalista, ou seja, o estudo teórico, a análise pessoal e a supervisão, já que esses três elementos não se desvinculam em momento algum do percurso de formação do psicanalista. Por essa razão, considero que uma pesquisa em psicanálise não é simplesmente mais uma pesquisa, mesmo que ela seja realizada no âmbito de uma Pós-Graduação universitária.

Iniciei esta jornada a partir de uma questão que surgiu numa experiência vivenciada durante o estágio em uma instituição psiquiátrica, e foi na busca por respostas que essa dissertação foi, aos poucos, tomando forma. Retomemos a questão e vejamos o que dela pudemos apreender: *Qual a importância do eu (moi) e do sujeito (je) em suas relações com a constituição da realidade para o sujeito humano?*

Logo no início, percebemos que empreender uma pesquisa a respeito do eu na psicanálise não seria uma tarefa muito simples. Começamos delimitando os diferentes tempos em que o eu fora teorizado por Freud e Lacan, o que resultou na escrita de quatro capítulos a respeito da temática. No que diz respeito a Lacan, optamos em deixar em aberto uma pesquisa que envolvesse o final de seu ensino, que incluiria a teoria do nó borromeano e um aprofundamento dos conceitos de gozo e do real em suas relações com o tema proposto. Tal opção se fundamentou nas dificuldades que encontraríamos para concluir em tempo hábil tal empreitada, mas que nos aponta outras possibilidades de pesquisa.

O percurso empreendido foi fecundo, no sentido de evidenciar a importância que a temática do eu em suas relações com a constituição da realidade psíquica ganha para a *práxis* analítica. De certo modo, é em torno da noção de eu que veremos se constituírem diferentes

maneiras de se pensar, tanto a formação do analista, quanto a direção do tratamento psicanalítico.

Devemos a Lacan o reestabelecimento de uma ética própria ao campo psicanalítico que servirá de baliza para a *práxis* psicanalítica. Lacan se propõe a repensar a maneira como a análise e a formação dos psicanalistas era conduzida em sua época, ao mesmo tempo em que se empenha em sistematizar a teoria psicanalítica, para diferenciá-la da *ego psychology*, difundida pelos analistas pós-freudianos que representavam as escolas inglesa e americana.

Seguindo a lógica do discurso universitário, a IPA havia instituído regras para a formação, que deveriam ser seguidas por todos os institutos, o que acarretou na transformação daquilo que era da ordem do desejo, em obrigação e o que é da ordem do rigor, em rigidez, sendo esse o cerne das críticas empreendidas por Lacan em torno da formação do psicanalista. O modelo de formação adotado determinava quando tempo duraria a formação criando uma espécie de ilusão em torno da questão do final da análise. Por outro lado, a recomendação feita por Freud, de que todo analista deveria ser analisado, não se pautou em uma formalização da formação, mas na necessidade de que o analista aperfeiçoasse sua escuta.

É possível verificar que Freud, ao contrário da IPA, nunca impôs técnicas rígidas para que a experiência psicanalítica acontecesse, colocando que a única regra fundamental da psicanálise seria do lado do analisante – a associação livre – e sua contrapartida – do lado do analista – a escuta flutuante. A aparente liberdade conferida por esta regra, na verdade estabelece questões que comprometem o ser do próprio analista, exigindo que sua postura ética seja o diferencial na direção do tratamento.

Lacan também sustenta que a ausência de rigor na leitura do conjunto da obra de Freud por parte dos psicanalistas pós-freudianos acabou por promover um equívoco teórico que deu origem a uma clínica voltada para o fortalecimento do ego, o que ocasionou um distanciamento da proposta original de Freud, ou seja, a análise do inconsciente.

No texto “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”, Lacan tece uma crítica severa aos psicanalistas pós-freudianos, ressaltando seu distanciamento da ética analítica, tal como aquela proposta por Freud, ao fazerem uso da sugestão no tratamento analítico. Aponta ainda os desvios a que a psicanálise se submeteu ao empenhar-se numa “reeducação emocional”, aos “princípios de um adestramento do chamado Eu fraco, e por um Eu o qual a quem goste de considerar capaz nesse projeto, porque é forte” (LACAN, 1958, p.594).

De modo contrário ao que Freud propõe em seus escritos técnicos, a experiência analítica transformou-se “num manejo da relação analista-analisando” onde a sugestão, a

compreensão, as identificações e o ser do analista são oferecidos como forma de satisfazer a demanda de amor do analisando. Com isso assinala que foi em torno da noção de Ego que giraram todos os desvios a que a psicanálise pós-freudiana se prestou.

Lacan mostra que, ao situar o final da análise no fortalecimento do Ego e na identificação com o analista, os pós-freudianos privilegiam o plano imaginário em detrimento do plano simbólico, favorecendo a dualidade imaginária entre analista e analisando. Como visto, todo o ensino inicial de Lacan tem o objetivo de demonstrar que as relações duais basculam entre a paixão e o ódio, engendrando uma destrutividade mortífera, que somente a intervenção da palavra e, portanto do simbólico, é capaz de mediar, na medida em que possibilita que o sujeito nomeie seu desejo.

Contrariando essa maneira de pensar a formação do analista, Lacan recoloca a ética da psicanálise para que a análise volte “a favorecer, no mais alto grau, a função fecunda do desejo como tal.” (LACAN, 19559-1960, p. 23). Na *práxis* do psicanalista, não se trata, portanto da adaptação do sujeito a uma suposta realidade, do “conformismo as categorias estabelecidas” ou aos costumes aceitos socialmente. A ética da psicanálise aponta em outra direção, ela “se constitui por referência ao Real, como uma ética do desejo e da diferença.” (RINALDI, 1996, p. 134).

Em Lacan veremos que as diferentes formas do sujeito se relacionar com a cadeia significante revelam a forma como ele lida com esse Real que comparece sob a forma do objeto *a* em sua dimensão de vazio, de objeto faltoso e de resto não simbolizável da operação significante.

A travessia da fantasia na experiência psicanalítica é o que possibilita o encontro com o real no final de análise, sendo que esse momento não acontece sem a vivência da angústia. Nota-se, portanto, que uma direção de tratamento que leva em conta o Real, não propõe nenhum ideal de felicidade ou harmonia, mas ao contrário, o analisando é levado a confrontar-se com seu próprio desamparo, para que no final de um percurso ele seja capaz de assumir um posicionamento diferente frente ao desejo que o habita.

Na Proposição de 9 de outubro de 1967, Lacan destaca que “há um real em jogo na própria formação do psicanalista”, um real que aponta para a existência de um não-saber que é inerente à experiência psicanalítica. O discurso psicanalítico deve acolher esse real, o que consiste em um abrir mão das aparências que sustentam o discurso universitário. (LACAN, 1971, p. 11)

A importância da função do real na formação do psicanalista precisa ser reconhecida pelas Escolas de psicanálise na atualidade. Os critérios rígidos em torno da formação do



psicanalista por parte das instituições psicanalíticas, vinculadas a IPA consista justamente numa defesa contra o real. E hoje, quais seriam as defesas predominantes? Tal interrogação torna-se fundamental para mantermos viva a contribuição de Lacan.

Como vimos, Lacan propôs uma nova maneira de pensar a formação do psicanalista em que o rigor conceitual vem em substituição à rigidez imposta pelos Institutos encarregados pela formação. A IPA ao constituir um modelo de formação dogmático sem qualquer reflexão a respeito dos dispositivos inerentes à formação (análise pessoal, supervisão e estudo teórico), garantiu a manutenção do controle em torno da seleção dos analistas, o que talvez esteja sendo repetido hoje em muitas instituições ditas “lacanianas”, que adotam um modelo de formação que em muito se assemelha ao que é praticado pelos pós-freudianos, na medida em que favorecem uma ideologização em torno da questão do passe e do final de análise. Algumas Escolas, sem se darem conta, acabam por promover a volta do processo de ideologização da experiência psicanalítica, tão duramente criticado por Lacan.

Concluimos esta dissertação indicando que é a própria dimensão da experiência e, portanto, do desejo, que fica excluída quando as instituições que deveriam garantir a formação dos analistas na atualidade se organizam de forma tão hermética, que torna inviável a própria transmissão da psicanálise. A rigidez adotada em algumas instituições em torno da questão da formação do psicanalista na atualidade, talvez esteja apontando para a necessidade de um retorno a Lacan e à ética por ele formalizada. Se o desejo de Freud foi o que possibilitou a construção do campo psicanalítico, somos levados a pensar que uma instituição psicanalítica só formará analistas de fato, se houver espaço para que o estilo de cada analista em formação advenha. Ao acolher a diferença e o estilo dos analistas em formação, não estaria a instituição psicanalítica acolhendo o real inerente a toda formação? Não haveria um real em jogo na própria instituição psicanalítica?

## REFERÊNCIAS

- BRAUNSTEIN, Nestor. *Gozo*. São Paulo: Escuta, 2007.
- BULCÃO, Marcos. *Enigmas freudianos: o problema da consciência e outros paradoxos*. Tese de pós-doutorado. Disponível em: <<http://marcosbulcao.wordpress.com>>.
- DIDIER-WEILL, Alain. *Os três tempos da lei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- COSTA, Ana. *Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- COSTA, Terezinha. *Édipo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. Impress. (ano não informado).
- JORGE, M. A. C. Fundamentos da Psicanálise de Freud e a Lacan. Rio de Janeiro: Zahar. 2010. v. 2: *A clínica da fantasia*.
- FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1895[1950]) *Projeto para uma psicologia científica*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.
- \_\_\_\_\_. (1896) *Carta 52*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.
- \_\_\_\_\_. (1897) *Carta 69*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.
- \_\_\_\_\_. (1897) *Carta 71*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.
- \_\_\_\_\_. (1893-1895) *Estudos sobre histeria*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. II.
- \_\_\_\_\_. (1894) *As neuropsicoses de defesa*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. III.
- \_\_\_\_\_. (1894) *Rascunho E*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.

FREUD, Sigmund. (1894) *Rascunho F*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.

\_\_\_\_\_. (1895) *Projeto para uma psicologia científica*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.

\_\_\_\_\_. (1895) *Manuscrito G: Melancolia*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.

\_\_\_\_\_. (1895) *Rascunho H*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.

\_\_\_\_\_. (1895) *Carta 52*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.

\_\_\_\_\_. (1895) *Carta 69*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.

\_\_\_\_\_. (1895) *Carta 71*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. I.

\_\_\_\_\_. (1895) *Sobre os critérios para destacar a neurastenia de uma síndrome particular intitulada neurose de angústia*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. III.

\_\_\_\_\_. (1900) *A interpretação dos sonhos*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. V.

\_\_\_\_\_. (1905) *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. VII.

\_\_\_\_\_. (1910) *Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XI.

\_\_\_\_\_. (1911) *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XII.

\_\_\_\_\_. (1911) *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XII.

\_\_\_\_\_. (1914) *Recordar, repetir e elaborar*. Novas recomendações sobre a técnica em psicanálise. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XII.

FREUD, Sigmund. (1914) *Sobre o narcisismo: uma introdução*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIV.

\_\_\_\_\_. (1914) *A história do movimento psicanalítico*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIV.

\_\_\_\_\_. (1915) *Pulsões e destinos das pulsões*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIV.

\_\_\_\_\_. (1915) *O recalque*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIV.

\_\_\_\_\_. (1915) *Pulsões e destinos da pulsão*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIV.

\_\_\_\_\_. (1916) *Conferência XXII – Algumas ideias sobre desenvolvimento e regressão – Etiologia*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XVI.

\_\_\_\_\_. (1917) *História de uma neurose infantil*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XVII.

\_\_\_\_\_. (1920) *Além do princípio de prazer*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XVIII.

\_\_\_\_\_. (1921) *Psicologia de grupo e análise do eu*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XVIII.

\_\_\_\_\_. (1923) *O eu e o isso*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIX.

\_\_\_\_\_. (1923) *A organização genital infantil. Uma interpolação na teoria da sexualidade*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIX.

\_\_\_\_\_. (1924) *A perda da realidade na neurose e na psicose*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIX.

\_\_\_\_\_. (1924) *O problema econômico do masoquismo*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIX.

\_\_\_\_\_. (1924) *A negativa*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XIX.

\_\_\_\_\_. (1926) *Inibições, sintomas e angústia*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XX.

FREUD, Sigmund. (1927) *Fetichismo*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XXI.

\_\_\_\_\_. (1933) *Conferencia XXXI – A Dissecção da personalidade psíquica*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XXII.

\_\_\_\_\_. (1933) *Conferencia XXXII – Angústia e vida pulsional*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XXII.

\_\_\_\_\_. (1940 [1938]) *Esboço de psicanálise*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XXIII.

\_\_\_\_\_. (1940 [1938]) *A divisão do eu no processo de defesa*. In: \_\_\_\_\_. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XXIII.

GARCIA-ROSA, L. A.. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HANS, Luiz. *Dicionário comentado do Alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

LACAN, Jacques. *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. (1936) *Para além do “Princípio de realidade”*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1946) *Formulações sobre a causalidade psíquica*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1949) *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1953) *Algumas reflexões sobre o eu*. Publicado em Papéis Pesquisa e Transmissão da Psicanálise – Corpo Freudiano Escola de Psicanálise.

\_\_\_\_\_. (1953) *Função e campo da fala e da linguagem*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1953) *Discurso de Roma*. In: \_\_\_\_\_. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. (1954) *Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud* in Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. (1954) *Comentário falado sobre a “Verneinung” de Freud, por Jean Hyppolite*. In Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1954) *Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud*. In Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1956) *Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1957) *A psicanálise e seu ensino*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1958) *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. *De nossos antecedentes*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1958) *Observações sobre o relatório de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1960) *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1960) *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1966) *A ciência e a verdade*. In: \_\_\_\_\_. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. (1968) *Da psicanálise e suas relações com a realidade*. In: \_\_\_\_\_. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. (1979) *“Joyce, o Sintoma”*. In: \_\_\_\_\_. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. (1953-54) *O Seminário – livro 1 – Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

\_\_\_\_\_. (1954-55) *O Seminário – livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. (1955-56) *O Seminário – livro 3 – As psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. (1957-58) *O Seminário – livro 5 – As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

\_\_\_\_\_. (1958-59) *O Seminário O desejo e sua interpretação*. Seminário não estabelecido oficialmente. Trad. Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Centro de Estudos Freudianos, Recife.

LACAN, Jacques. (1959-60) *O seminário – livro 7 – A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. (1960-61) *O Seminário A identificação*. Seminário não estabelecido oficialmente. Trad. Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Centro de Estudos Freudianos, Recife.

\_\_\_\_\_. (1962-63) *O Seminário – livro 10 – A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. (1964) *O Seminário – livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. (1964-65) *O Seminário – livro 12 – Problemas cruciais para a psicanálise*. Seminário não estabelecido oficialmente. Trad. Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Centro de Estudos Freudianos, Recife.

\_\_\_\_\_. (1966-67) *O Seminário – livro 14 – A lógica do fantasma*. Seminário não estabelecido oficialmente. Trad. Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Centro de Estudos Freudianos, Recife.

\_\_\_\_\_. (1969-70) *O Seminário – livro 17 – O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. (1971) *O Seminário – livro 18 – De um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LAPLANCHE; PONTALIS. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEITE, Sonia. *Angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LEITE, Sonia. A Verwerfung e algumas soluções possíveis. In: III Encontro Nacional e III Simpósio Internacional do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise. *A psicanálise e a lei*. Fortaleza, outubro de 2012.

LOEWENSTEIN, Rudolph M. Heinz Hartmann. In: \_\_\_\_\_. *A história da psicanálise através de seus precursores*. Revista da SPID.

MANNONI, Octave. *Eu sei, mas mesmo assim*. In: \_\_\_\_\_. *Chaves para o imaginário*. Petrópolis: Vozes, 1973.

MASSON, Jeffrey Moussaieff. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

OGILVIE, Bertrand. *LACAN a formação do conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

PORGE, Erik. *Psicanálise e tempo: o tempo lógico de Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

RABINOVICH, Diana. *La teoria Del yo em La obra de Jacques Lacan*. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2007.

RINALDI, Doris. *A ética da diferença*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ROUDINESCO, E. *Jacques Lacan – esboço de uma vida história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.